UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GEOGRAFIA

Espaço e Ciclo Sistêmico de Acumulação

A dinâmica espacial do capitalismo histórico

André Fialho Eiterer

Juiz de Fora
2016

Espaço e Ciclo Sistêmico de Acumulação

A dinâmica espacial do capitalismo histórico

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Doutor Júlio César Gabrich Ambrozio.

Juiz de Fora
2016

ANDRÉ FIALHO EITERER

Espaço e Ciclo Sistêmico de Acumulação

A dinâmica espacial do capitalismo histórico

Banca examinadora

_____

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Gabrich Ambrozio.

_____

Prof. Dr. Elias Lopes Lima

_____

Prof. Drª. Maria Lúcia Pires Menezes

Juiz de Fora

2016

Dedicado a todos aqueles que buscam a compreensão do mundo por inteiro.

AGRADECIMENTOS

A monografia designa a síntese de um percurso, assim, os agradecimentos deveriam ser a todos com quem topei, esbarrei, que me mudaram de alguma forma ao longo desses últimos quatro anos.

Tudo se inicia no ano de 2012, quando entrei na faculdade de Geografia, logo nos primeiros campos do curso tive a oportunidade de conhecer o Prof. Leonardo Carneiro, o qual me indicou para trabalhar num projeto de pesquisa com a Profª. Maria Lúcia.

Os nove meses subsequentes foram de puro entusiasmo, campo atrás de campo seguia a pesquisa. Em meio as conversas nesse percurso, a Profª Maria Lúcia não só nos orientava, nos dava verdadeiras aulas sobre o mundo. Tornou-se uma amiga. Meu muito obrigado Profª Maria Lúcia por todas as conversas, os conhecimentos, por todas as dicas ao longo do curso.

Agradeço também aos membros do projeto: Guilherme Goretti, Vitor Morais e a Rafaela Alves, os quais muito me ensinaram sobre o que era São Pedro de Cima e o quilombo.

Em 2013, fui transferido para o projeto do Prof. Leonardo Carneiro, com quem trabalhei por volta de dois anos. Com Prof. Leonardo aprendi mais do que pesquisar, aprendi que era possível ter a sensibilidade do olhar humano. O cuidado para com o outro durante a pesquisa. A cada debate que tivemos sobre as questões da humanidade, da fome, das resistências, mudaram minha forma de olhar a realidade. A você, Professor e amigo Leonardo, meu muito obrigado por tudo.

Os dois anos (2013-2014) de projeto extensão foram anos profícuos de debates, prosas, pesquisa e extensão que muito me engrandeceram. Agradeço a cada membro, em especial, à Mara Linda, à Carol Mendonça, ao Felipe Pacheco, ao Jefferson Nunes e ao Timothy Orsi.

Assim, os anos se passavam, os corredores do bloco B do ICH ficavam mais interessantes, em cada laboratório uma pesquisa, um livro, uma conversa. Agradeço ao Diego Dhermani, Daniel Fonseca, Vitor Barreto, Elver Lonie, Jader Moreira, Verônica Sakaragui, Gabriel de Sá e todos aqueles que nos corredores me ensinaram e me ensinam.

Ao lado dos corredores do ICH, transitei também pelos corredores da Faculdade de Letras, onde fiz bons amigos que muito me ensinaram e ainda me ensinam. Agradeço aos amigos do curso de francês por todos os debates e conversas. Meus agradecimentos ao

Guilherme Schettini, ao Bruno Portes, ao Francklin Batista, ao Luan Alves e, em especial, ao Prof. Ailton Augusto pelas conversas e pela indicação do livro *Las palabras andantes* de Eduardo Galeano.

No final de 2014 tive a oportunidade em conjunto com o Prof. Vicente de criar um projeto de pesquisa em Geografia Política, o qual sou muito grato pela oportunidade e ensinamentos.

Em 2015, dois Professores, Prof. Júlio Ambrozio e Prof. Elias Lima, muito enriqueceram as discussões que latejavam em meu ser. Com eles comecei a encontrar alguns caminhos que deveria seguir na busca dos conhecimentos que me instigam.

Ao Prof. Júlio Ambrozio agradeço todas as contribuições para elaboração desta monografia, todas as chamadas à leitura, todas as correções, os empréstimos de livros, todo conhecimento passado nestes últimos anos que estivemos mais próximos.

Ao Prof. Elias Lima agradeço as conversas para além da sala, todas as dicas, as críticas, o mostrar que a geografia deve ser *lócus* de nossas pesquisas. A você, meu professor e amigo, meu muito obrigado.

E, por fim, agradeço à minha base, aos meus pais, à minha companheira e aos amigos próximos.

Agradeço aos meus pais por todo o suporte para a realização deste curso, não só financeiramente, mas também psicologicamente e intelectualmente. À minha companheira, Elisa, agradeço por toda paciência, pelas conversas, pelas leituras de muito dos textos aqui escritos, muito obrigado por todo seu apoio. E, aos amigos próximos, um agradecimento especial ao Augusto Junqueira e ao Felipe Júlio. Ao Augusto agradeço à tradução para o inglês do resumo, tarefa está realizada num momento em que eu não tinha mais forças para pensar. Ao Felipe Júlio, meu obrigado por todo o incentivo dado, pelas leituras e correções do texto e por tudo que apreendo com você e sua história. Aos demais, agradeço a paciência e o apoio. A todos vocês, meu muito obrigado.

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.

Antonio Machado

Mas que coisa é homem,
que há sob o nome:
uma geografia?

um ser metafísico?
uma fábula sem
signo que a desmonte?

Como pode o homem
sentir-se a si mesmo,
quando o mundo some?

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O trabalho trata-se de uma contribuição à compreensão geográfica dos ciclos sistêmicos de acumulação, a partir das leituras de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e David Harvey. Deste modo, procura-se compreender a produção do espaço no interior do capitalismo histórico. Discute-se preliminarmente a noção de totalidade; em seguida faz-se uma revisão de literatura das teorias do sistema mundo, ciclo sistêmico de acumulação e ajuste espacial. Utilizando o modelo arrighiano, o resultado é a demonstração de uma chave de leitura espaço-temporal e a compreensão da dinâmica de um ciclo sistêmico geo-histórico.
Palavras-chave: Sistema mundo. Ciclo sistêmico de acumulação. Ajuste espaço-temporal. Totalidade.

ABSTRACT

The paper consists of a contribution to the geographic comprehension of the systemic cycles of accumulation, based on the reading of Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi and David Harvey. That way tries to understand the production of the space in the interior of the historic capitalism. It is discussed preliminarily the notion of totality; then it makes a literature review of the theories of the world system, systemic cycle of accumulation and spatial fix. Utilizing Gionanni Arrighi´s Model, the outputs is the demonstration of one spatiotemporal reading key and the comprehension of the systemic geo-historical cycle dynamics.

Keywords: World system. Systemic accumulation cycle. Spatio-temporal fix. Totality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 A NOÇÃO DE TOTALIDADE 16

3 O SISTEMA MUNDO 21
3.1 Economias-mundo e Impérios-mundo 24
3.2 Da história a teoria, da teoria a história: Um breve resumo do Sistema Mundo 25
3.3 Sistema-interestatal no interior do Sistema Mundo 28
3.4 O Ciclo Hegemônico 28

4 CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO 32
4.1 Fórmula Geral do Capital 34
4.2 O sistema interestatal no interior do ciclo sistêmico de acumulação 38
4.3 A lógica territorial e a lógica capitalista 40
4.4 O conceito de Hegemonia Mundial 41
4.5 O Caos sistêmico 42
4.6 Um breve resumo dos principais processos dos ciclos sistêmicos acumulação. 43
4.6.1 O primeiro ciclo sistêmico de acumulação (Ibero-genovês) 44
4.6.2 O segundo ciclo sistêmico de acumulação (Holandês) 45
4.6.3 O terceiro ciclo sistêmico de acumulação (Britânico) 47
4.6.6 O quarto ciclo sistêmico de acumulação (Norte-Americano) 51
4.7 O modelo de compreensão arrighiano 52

5 ESPAÇO 57
5.1 As formas geográficas 57
5.2 A categoria espaço 59

6 AJUSTE ESPACIAL 67
6.1.1 O Estado como realidade “ética” 68
6.1.2 O salário fronteiriço 69
6.1.3 Expansão geográfica ou destruição de capital: A encruzilhada do capitalismo 71
6.2 Ajuste espacial 75

7 UMA LEITURA ESPACIAL DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO 79
7.1 A lógica capitalista do poder e a lógica política/territorial do poder. 79
7.2 Superacumulação e financeirização 82
7.3 A dinâmica espacial do capitalismo histórico 84
7.3.1 O primeiro ciclo geo-histórico 84
7.3.2 O segundo ciclo geo-histórico 86
7.3.4 O terceiro ciclo geo-histórico 90
7.3.5 O quarto ciclo geo-histórico 94
7.4 O modelo geo-histórico 99

CONSIDERAÇÕES FINAIS 103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 105

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se apresenta como um esforço de compreensão da teoria do ciclo sistêmico de acumulação de Giovanni Arrighi (1937-2009) e sua dívida teórica para com a geografia, valendo sobretudo da relação com o conceito do ajuste espaço-temporal de David Harvey (1935).

As teorias apresentadas neste trabalho buscam compreender o funcionamento do mundo. Mas como compreender as transformações do mundo? E, no interior da divisão científica do trabalho, como compreender as transformações do mundo a partir da ciência geográfica? Essas perguntas, decerto inconclusivas, se postam no âmago deste trabalho.

O mundo, uma entidade em constante totalização, se apresenta sempre como uma representação incompleta. Na incapacidade de se compreender tudo e todos, ou seja, a completitude, busca-se representações históricas que exprimam os complexos processos de transformação; para que assim, se possa ter uma ideação do todo em que vivemos.

O sistema mundo, como o próprio nome nos indica, apresenta-se como uma representação sistematizada, uma forma de perceber o mundo que nos rodeia. Uma tentativa de alcançar a realidade que se faz, sem dúvida, como um todo integrado.

Essa categoria – sistema mundo – é um alargamento do sistema social europeu cujo modo de vida se produziu e produz como capitalista. Iniciado no século XIV, esse gênero de vida amplia-se, produzindo e reproduzindo a lógica deste sistema social em (quase) todos territórios habitados, tornando-se, assim, um sistema mundial.

No interior deste sistema mundial, há ciclos sistêmicos de acumulação, isto é, rodadas de "acumulação de capital" organizadas sob a égide de uma hegemonia. Em cada ciclo, as competições econômicas entre os territórios do centro do capitalismo se acirram, tornando-se uma a luta por território, capital e poder. O *hegemon*, em melhores condições, avalia a tendência da queda de lucro, lança-se ao ramo financeiro, tornando-se o financiador da competição. Essa estratégia da hegemonia a beneficia, tem-se as *Bellés époques*, contudo, ao financiar a competição, cria mais "centros de poder".

Cada "centro de poder" para se manterem competitivos, produzem novos territórios de acumulação, assim, o capitalismo como um sistema se expande. A hegemonia para se manter como organizadora do sistema, já distante da produção, é arrastada da competição econômica a competição militar, sucumbe, um novo ciclo de acumulação emerge da destruição.

A partir desta ideação, deriva-se uma lógica espacial do capitalismo, ou seja, a produção de espaços cujo objetivo é a reprodução do gênero de vida capitalista, o que noutras palavras significa que o capitalismo só sobrevive mediante a expansão geográfica (ajuste espaço-temporal). A despeito de muitos, acredita-se que a geografia possa contribuir para as respostas do desenvolvimento do capitalismo.

O objetivo do trabalho é compreender a relação entre a teoria dos ciclos sistêmico de acumulação e a produção do espaço. Desta maneira, fez-se uma revisão de literatura cujo objetivo fora: a) A compreensão teórica e metodológica do Sistema Mundo cujo cerne se encerra na complexa problemática da totalidade; b) A compreensão dos ciclos sistêmicos de acumulação, os quais ocorrem no interior do Sistema mundo; c) Compreender a dinâmica espacial, sobretudo, a partir da teoria do ajuste espaço-temporal.

Salienta-se que o método deste trabalho se encerra numa revisão de literatura, sobretudo, nas obras: Immanuel Wallerstein (Nova York, 1930), Giovanni Arrighi (Milão, 1937 – Baltimore, 2009) e David Harvey (Gilingham, 1935).

O trabalho se justifica como uma análise dos pressupostos epistemológicos e na produção de um arcabouço teórico para a utilização de tais teorias pela ciência geográfica.

A monografia se dividiu em seis capítulos, as três primeiras partes buscou-se ter uma representação do todo e as três últimas buscou-se enxergar o espaço nesta totalidade-pensada.

O primeiro capítulo atacou a problemática intrínseca da totalidade cujo objetivo fora retirar as amarras do dogmatismo e avançar numa discussão teórica, na qual a totalidade é vista como a uma representação e que mais que avancemos em categorias, conceitos, teorias e métodos, ainda sim, seremos alienados de tantos outros fenômenos que constituem a realidade, assim, a compreensão de mundo é representação ilimitada e, decerto, nunca chegaremos a conhecer em sua completitude.

O segundo capítulo, apresentou-se a teoria do sistema mundo de Immanuel Wallerstein. A saber, Wallerstein nasceu em Nova York (Estados Unidos) em 1930. Formou-se em sociologia, com mestrado e doutorado em sociologia pela Universidade Columbia, onde lecionou até 1971, tendo em seguida lecionado no Canadá (1972-1976) e na Universidade Binghamton em Nova York (1977-1999). Desde 2000, é pesquisador-sênior do Departamento de Sociologia da Universidade Yale, professor emérito de Sociologia na Universidade de Binghamton (Nova York) e diretor do Centro Fernand Braudel para Estudos de Economias e

Sistemas Históricos e Civilizações[1]. O autor, em sua teorização sobre o sistema mundo, cria um quadro geral, descreve a realidade tentando delinear o que sempre esteve se transformando e o que permanece estático (WALLERSTEIN, 2001). Assim, concebe o capitalismo como um sistema histórico que se espraia a partir da península europeia por todo o globo.

O terceiro capítulo apresenta a teoria do ciclo sistêmico de acumulação, o qual em nossa interpretação, operacionaliza o sistema mundo. O ciclo sistêmico de acumulação é uma teoria cunhada por Giovanni Arrighi. A saber: Arrighi nasceu em Milão (Itália) em 1937 e faleceu em Baltimore (Estados Unidos) em 2009. Graduou em economia pela Universidade de Bocconi, onde também obteve seu doutorado em economia em 1960. Na década de 1960 fora para África, lecionando na Tanzânia e em Zimbábue, onde se interessou pelo desenvolvimento econômico de países periféricos. Em 1970 retorna à Itália, para a cidade de Trento, onde tornou-se professor de sociologia. Em 1980, se desloca para os Estados Unidos, tornando-se professor de sociologia da Universidade de Binghamton (Nova York) e, posteriormente, professor catedrático da Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, onde se concentrou por quase três décadas ao estudo da crise da hegemonia norte-americana e as transformações do sistema mundial moderno. O pensamento marxiano teve uma presença decisiva na formação do pensamento de Giovanni Arrighi, mas sua extensa investigação sobre os ciclos e as crises econômicas e políticas da história capitalista partiu do historiador francês Fernand Braudel[2].

A teoria do ciclo sistêmico de acumulação demonstra que no interior do sistema mundo há uma conformação cíclica de ordem e caos, fase financeira e fase material, sendo estas mudanças enunciadas por crises de superacumulação. A ordem é estabelecida por um Estado-nação hegemônico, o qual propicia ao sistema mundo uma rodada de acumulação por vias materiais. Em dado momento, a fase de ordem cria uma competição intercapitalista intensa, o qual propícia uma queda do mais-valor e, por conseguinte, a possibilidade de sua própria reprodução, assim, rompe-se com a fase material, tem-se uma crise de superprodução, o que a aponta a financeirização do sistema mundo e o declínio desse ciclo sistêmico de acumulação.

O quarto capítulo busca-se demonstrar que o espaço não é algo dado e não se constitui só de *formas*; o espaço é algo produzido e, assim, constituído de formas com conteúdos, ou seja, *forma-conteúdo*, formas que possuem em si as relações sociais e históricas. Deste modo,

1 Cf. Wallerstein, 2016.
2 Cf. Fiori, 2016.

o espaço engendra em si as lógicas locais e globais, implicando em escala local a destruição daquilo que existia, transformando, assim, os territórios e os objetos de uma relação de uso (valor de uso) a relação de troca (valor de troca); as *formas, portanto,* metamorfoseiam os territórios, atualmente se fazem como motor do sistema capitalista.

O quinto capítulo apresenta-se a categoria de ajuste espaço-temporal, a qual é cunha por David Harvey, a saber, Harvey nasceu na Inglaterra em 1935, formado pela Universidade de Cambridge, na qual obteve o mestrado e doutorado. É professor de antropologia da pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York (The City University of New York – Cuny) na qual leciona desde 2001. Foi também professor de geografia nas universidades Johns Hopkins e Oxford. Harvey, em sua jornada intelectual, passa da epistemologia da geografia, em seu primeiro livro, para as questões urbanas. *A posteriori* se debruça sobre o pensamento marxista e apresenta uma posição heterodoxa em relação às teorias de Karl Marx. Assim, tornou-se um dos marxistas mais influentes da atualidade e um dos principais nomes da Geografia Humana contemporânea, tendo sido agraciado em 1995 com o Prêmio Vautrin Lud, o Nobel da Geografia[3].

Harvey apresenta a categoria do ajuste espaço-temporal demonstrando como as contradições internas de dado Estado-nação ou sistema social, pode ser solucionado a partir da expansão geográfica. Assim, as crises capitalistas, fases da exacerbação das contradições internas, só poderiam se resolver mediante um ajuste espacial.

O sexto capítulo retoma-se o sistema mundo operacionalizado através dos ciclos sistêmicos de acumulação interpretando-os a parir da produção do espaço. Deste modo, as crises de superacumulação, descritas por Arrighi, seriam o auge do ciclo, ou seja, o sinal de maturidade, o que demonstra a erupção das contradições internas. Para solucionar o problema de superacumulação do sistema, ou seja, as contradições internas – entre capital e trabalho – Harvey aponta que o capital superacumulado só possui duas saídas: autodestruição, conhecidas como as altas inflações ou buscar a destruição de outros espaços, isto é, (re)produzir em novos territórios a lógica do sistema capitalista e, assim, promover novas rodadas de acumulação, mas não mais sob a mesma base organizadora, dar-se-á o início a um novo ciclo de acumulação. Deste modo, neste último capítulo conclusivo, demonstra-se como se imbricam o ajuste espaço-temporal e ciclo sistêmico de acumulação, os quais juntos formam uma chave de leitura espaço-temporal, isto é, um ciclo geo-histórico do capital.

Nas considerações finais fez-se breves comentários, retomando o desenvolvimento

3 Cf. Harvey, 2016.

deste trabalho, suas dificuldades e questionamentos acerca do ciclo geo-histórico.

Salienta-se que o método de compreensão dos autores discutidos, são uma construção dialética entre teoria e história. Como nos afirma Wallerstein (2010, p.489) "o teorizar não é uma atividade separada da análise dos dados empíricos. As análises só se podem fazer em termo de proposições e esquemas teóricos". Arrighi, indo ao encontro de Wallerstein, aponta que suas teorizações seguem

> (…) o método que Philip McMichael (1990) chamou de "comparação incorporada". Os ciclos não são presumidos, mas construídos, factual e teoricamente (…) [Assim]os ciclos que emergem da investigação não são partes subordinas de um todo preconcebido, nem tampouco exemplos independentes de uma situação, são exemplos interligados de um **único processo histórico de expansão capitalista**, que eles mesmos constituem e modificam. (grifos nossos. ARRIGHI, 2012, p. 24)

Assevera-se que o método deste trabalho – uma revisão de literatura – tem como objetivo a compreensão epistemológica das teorias e categorias expostas, cujo objetivo é uma interpretação espaço-temporal. Deste modo, utiliza-se dos processos históricos somente para demonstrar os constructos teóricos, não tendo a intenção, neste trabalho, de reproduzir e interpretar os dados históricos integralmente.

2 A NOÇÃO DE TOTALIDADE

A totalidade, uma das noções "mais fecundas que a filosofia clássica nos legou", (SANTOS, 2014) se mostra como uma necessidade para o conhecimento e a análise da realidade. Embora poucas disciplinas se aventuraram em sistematizar essa questão.

O geógrafo, como afirma R. Brunet (1962 apud SANTOS, 2014), "se esforça por realizar o velho sonho do filósofo: apreender o real em sua totalidade", entretanto, essa é uma ambição errônea, o que cabe ao geógrafo é "propor uma visão totalizante de mundo a partir de sua província do saber" (SANTOS, 2014). Ou seja, propor teorias, conceitos e modelos de compreensão a partir da própria geografia.

Como totalidade, neste trabalho, compreende-se um modelo de compreensão do real, não o real em si. Neste aspecto, o conceito de totalidade utilizado se aproximaria do neomarxismo.

O historiador Jürgen Kocka problematiza a questão, afirmando que

> [A totalidade] É sobretudo um conceito tomado de Hegel e transformado em sentido materialista, um conceito que localiza uma unidade estruturada em toda a multiplicidade, um cerne em todos os fenômenos – é este conceito que permite a Marx reivindicar para ciência a apreensão da essência das condições históricas, isto é, conhecimento da substância ou apreensão da totalidade. Em contraposição, o pensamento pós-hegeliano, neokantiano de Weber, o qual só consegue imaginar a realidade como "*continuum heterogêneo*" é obrigado a contentar-se com conhecimento parcial e condenar como má metafísica a distinção entre essência e aparência, bem como condenar como ilusão presunçosa a intenção de chegar a um conceito do todo. (KOCKA, 1994. p. 46)

Concorda-se com Kocka sobre a presunçosa intenção de um conhecimento de todo, sobretudo, quando este todo é compreendido como completitude. Contudo, sem querer cair num relativismo vil, tem-se a representação marxista como a mais próxima do real, como "(...) Heidegger, na Carta sobre o Humanismo, pôde escrever (...) <<a concepção marxista da história é superior a qualquer outra historiografia>>" (HEIDEGGER apud AGAMBEN, 2008. p. 126).

O objeto do trabalho se encerra dentro de teorias, ou como optamos em chamar, modelos de representação[4], o que nos leva a compreender a totalidade como representação

4 O modelo de compreensão que se busca não faz relação ao "tipo ideal" weberiano. Compreende-se que o

histórica e não como a realidade ou como uma apropriação da própria verdade.

Os modelos de compreensão da totalidade[5] se apresentam como mais do que somente as somas das partes da realidade, isto é, cada "coisa"[6] se faz como parte de um todo e a simples soma dessas partes não se bastam como explicação. Pois, a totalidade, se configura como um *devir.* Caso se analise somente as partes não se poderia compreender as mudanças que estão acontecendo na totalidade. Milton Santos exemplifica de forma esquemática o *devir* da totalidade.

> A totalidade B, ou seja, o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide-se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas partes correspondentes à Totalidade A. São diferentes. As partes A (a^1, a^2, a^3 … a^n) deixam de existir na Totalidade B, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes B (b^1, b^2, b^3 … b^n). E não são as partes a^1 a^2 a^3 … que se formam em b^1 b^2 b^3 …, mas a totalidade A que se transforma em totalidade B. (SANTOS, 2014, p. 116)

Desse modo, compreende-se porque a totalidade é maior do que a soma das partes, sobretudo, através do seu *devir*. Pois, se se apreende somente as partes perde-se a mudança do todo. Sartre (apud SANTOS, 2014) indo ao encontro dessa afirmação salienta que a totalidade é incompleta e sempre está buscando se totalizar. Nos conceitos sartrianos, a totalidade é um retrato – uma totalidade já produzida – e o movimento é a totalização, isto é, a totalidade em produção[7].

Para Wallerstein "No se debe confundir totalidad com completitud. El todo es más que la suma de las partes, pero también es sin duda menos"[8]. Assim sendo, ganha-se na compreensão de uma representação do todo, entretanto, se perde os ruídos, o caos e as demais "coisas" - as quais somos alienados – que não se encerram em dada teoria ou modelo, mas que também fazem parte do real[9].

---

modelo weberiano dá passos à frente do positivismo clássico, sobretudo, quando afirma a existência de juízos de valores na formulação da investigação científica. Entretanto, indo ao encontro de Michel Löwy (1991), considera-se que há juízo de valor em nossa formulação, durante os processos e em nossos resultados. Pois, compreendemos que nossas perguntas podem ser processadas e respondidas de várias maneiras, entretanto, fora nossos juízos de valor, ideologias, visões sociais de mundo e opções morais, que nos dirigem durante a pesquisa.

5 Para afastar equívocos interpretativos do conceito de totalidade neste trabalho, afirma-se que a totalidade se apresenta como conceito distinto de universalismo, totalitarismo, ideia única. Optou-se para o uso desse conceito de maneira restritiva como modelo teórico de totalidade, ou seja, uma representação histórica.

6 Coisa é entendida como qualquer objeto ou fenômeno não reificado.

7 Cf. "Para nós, a verdade é algo que se torna, ela tem e terá de tornar-se. É a totalização que está sendo totalizada continuamente. Fatos isolados não significam nada; não são nem verdadeiros nem falsos enquanto não são relacionados, pela mediação das diferentes totalidades parciais, à totalização em processo". (Sartre, J. Search for a Method, 1968, pp. 30-31 apud SANTOS, 2014)

8 "Não se deve confundir totalidade com completitude. O todo é mais que as soma das partes, mas também é, sem dúvida, menos" (tradução nossa, WALLERSTEIN 2010. p. 14)

9 Para maiores esclarecimentos sobre ordem e caos, ver em Ilya Prigoggine; Isabelle Stengers(1991) e Edgar

Para compreender a distinção entre totalidade e modelo de compreensão da totalidade precisa-se adentrar na discussão entre “coisas reais” e “ideias”. Ruy Moreira salienta que

> Raramente nos damos conta de que em cada canto trabalhamos com as coisas reais a partir de suas ideias. Isto é, com a representação que temos do real. Por isso que tomamos a ideia pela realidade, a ideia da coisa pela coisa, confundindo a leitura com as próprias coisas. (…) E isso pela simples razão de que são nossas ideias que formam o que chamamos de mundo e orientam nossas práticas. (MOREIRA, 2015. p. 105)

A confusão entre a ideia e o real podem propiciar duas consequências: A primeira é “dispensarmos o real, tomando por real a ideia”(MOREIRA, 2015, p. 106), desse modo estaríamos absolutizando verdades. A segunda é “dispensarmos a ideia a título de que não é o próprio real” (MOREIRA, 2015, p. 106) e caindo, assim, num empiricismo.

O que se conhece como “real” resulta de dois campos distintos: o campo do sensível e o campo do intelectivo.

O campo do sensível se subdivide em dois, a saber, sentidos e percepção. Os sentidos são compreendidos como a visão, audição, tato entre outros, já a percepção são as sensações reunidas, internalizadas numa única imagem em nossa mente.

O campo do intelectivo é compreendido como o lócus do pensamento, do conceito, das teorias, dos modelos de compreensão, entre outros modos de racionalização.

Para Moreira, “a ideia é o resultado da nossa relação intelectual com a realidade sensível, o real sensível traduzido como construção do intelecto através do conceito. Daí dizemos que é uma representação” (MOREIRA, 2015. p. 106)

É preciso compreender o movimento da “coisa” do sensível ao intelectivo para que se possa se apropriar dessa definição.

Quando sentimos, vemos ou tocamos, em nossa mente essas sensações são reunidas e percebidas através de uma imagem, o que seria a produção de um mundo externo, ou seja, o primeiro processo de objetificação. Em outras palavras, a criação de formas de imagens, é a primeira síntese da realidade, o que se conceituou como senso-percepção.

Num segundo momento nosso campo intelectivo atua sobre nossas senso-percepções (imagens singulares) comparando-as por sua semelhança e diferença, separando-as e agrupando-as por níveis de identidade e, assim, produzindo o conceito. Os conceitos que a partir desse momento vão interpretar nossas senso-percepções tirando-os do singular para um plano da totalidade (MOREIRA, 2005). E, é nessa estrutura de ideias – não hierárquicas – que

---

Morin (2005).

passa do fenômeno a nossos conceitos, teorias e modelos que ao retornarem ao real, ter-se-ia, não uma totalidade-concreta, mas um "concreto-pensado" (MOREIRA, 2015. p. 115).

Com nossas práticas, a teoria retorna ao mundo externo, tendo o papel de orientar nossas relações com o mundo. Ou seja, é o campo sensível e o campo intelectivo se interligam através de nossas práticas, formando assim, o que se conceitua como práxis. Para Ruy Moreira (2015, p. 106) a "Nossa relação com o mundo é, assim, uma práxis, isto é, nossa prática combinada com a nossa teoria numa interação dialética".

Chega-se a conclusão que a representação[10] é o que se chama de mundo.

> Chamamos mundo ao modo como estruturamos nossa relação com as coisas que nos rodeiam a partir da ideia que formamos delas. O modo como a partir desse entendimento as trazemos para nosso campo de significações. Daí dizemos que o mundo são as nossas representações. (MOREIRA, 2015.p. 107)

O "modelo de compreensão da totalidade" é uma tentativa de se apreender o todo; como tentativa, apresenta-se como um método ainda limitado. Contudo, pode-se afirmar que somente a busca pelo todo nos aproxima do real.

Contudo, a totalidade como sinônimo de completitude se faz como utopia. E a utopia como descrita por Eduardo Galeano (2001), citando Fernando Birri, se faz como horizonte, ao se aproximar dois passos, ela se afasta dois passos. Caminha-se dez passos e o horizonte corre dez passos. Ou seja, sabe-se que jamais alcançará. Então para que serve a utopia? Para isso: para que não deixe de se caminhar. A busca pela totalidade, é a busca pela verdade, pelo real, é o que nos aproxima da apreensão dos processos e fenômenos, apesar de compreender que jamais o faremos em sua totalidade, sendo assim, teremos somente uma ideia, uma sistematização da totalidade, isto é, um modelo de compreensão do total.

A pergunta que se faz, é como pensar num corpo geral de teoria ou modelo de representação de mundo dentro da ciência específica que é a geografia?

Deste modo, o trabalho objetiva a busca de um modelo de compreensão da produção do espaço. Para isso, nos capítulos subsequentes, buscou-se compreender o Sistema Mundo, o Ciclo Sistêmico de Acumulação, a categoria Espaço e a teoria do ajuste espaço-temporal. Este último interpretado numa escala espaço-temporal alargada, a qual propicia uma leitura

---

10 A importância de ter essa consciência da representação é elencada por Ruy Moreira:

"Por que é importante essa consciência da representação? Porque uma vez entendida, a ideia pode ser submetida ao fio crítico do debate, permitindo-nos: 1) A refletir sobre nossas leituras do mundo; 2) clarificar o modo como as produzimos e praticamos; 3) desfazer o dogma do conhecimento; 4) estabelecer os limites da teoria; 5) perceber que várias alternativas de representação são possíveis; e; 6) compreender o poder das ideias na transformação da sociedade em que vivemos" (MOREIRA, 2015. p. 106).

geográfica do ciclo sistêmico de acumulação. Esta leitura, por sua vez, considera-se como um próprio modelo de compreensão geográfica.

3 O SISTEMA MUNDO

A teoria do sistema mundo preconizada por Immanuel Wallerstein, surge na década de 1970, tendo como objetivo analisar as transformações sociais em escala espaço-temporal alargada. Wallerstein ao mudar a escala, transforma também suas conceituações e análises, apresentando, assim, um olhar de todo, que possui em si uma crítica à teoria econômica do desenvolvimento.

O modelo de compreensão, sistema mundo, resulta dos questionamentos de Wallerstein (2010) acerca do papel das ciências sociais. Aponta que esta ciência deveria restringir-se aos estudos de fenômenos duradouros, focando-se, sobretudo nas mudanças sociais. Perseguindo estes pressupostos, ele se pergunta qual seria a melhor unidade de estudo para analisar as mudanças sociais de longa duração[11]. Para Wallerstein, seria está a grande busca das ciências sociais modernas.

As teorias desenvolvimentistas possuíam respostas, entretanto, a maneira comparativa, destoadas de um contexto histórico e social mais amplo. Wallerstien (2010) salienta que os desenvolvimentistas estavam imersos numa análise de sociedade em etapas, progressista. Ou seja, naturalizavam a história, a cultura e a sociedade de cada país, afirmando - num conceito de tempo progressivo – que os países periféricos passariam por todas as etapas que o centro do capitalismo havia passado e, assim, ao término desta escalada histórica chegariam ao desenvolvimento.

Wallerstein (2010) afirma que somente abstrações teóricas davam conta dessas aberrações científicas, que eram os estudos desenvolvimentistas, cujas dificuldades operacionais eram imensas e não tinham o menor sentindo comparar países em contextos históricos distintos.

Para Wallerstein (2010), esses modelos se baseavam, sobretudo em categorias de análise limitadas, como Estado-nação, sociedade nacional, tribos, comunidades. Compreende que essas categorias se fecham sobre si mesmas, numa abstração político-jurídica[12], a-

11 Cf. “Cuáles son las unidades de estudio apropiadas si se desea describir esta <<diferencia>> y justificarla?” (Quais são as unidades de estudo apropriadas se se deseja descrever está diferencia e a justificar?) (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010. p.7).

12 Cf. “Lo que aquí es relevante es que así me hice consciente del grado en que la sociedad como abstracción quedaba grandemente limitada a sistemas políticos-jurídicos como realidad empírica era una perspectiva falsa el adoptar una unidad como la <<tribu>> e intentar analisar su funcionamiento sin hacer referencia al hecho de que,

histórica e comparativa. Destarte, somente seria possível analisar as mudanças sociais da modernidade num modelo de compreensão total, o qual denominou de "sistema social"[13].

O sistema social é um sistema autônomo, ou seja, um sistema cuja produção e reprodução de sua existência estaria auto incluída, em outras palavras, teria uma dinâmica própria de desenvolvimento, se auto gestaria. Wallerstein o caracteriza como:

> Lo que caracteriza a un sistema social, desde mi punto de vista, es el hecho de que la vida en su seno está en gran medida autoincluida, y que la dinámica de su desarrollo es en gran medida interna. El lector puede pensar que la utilización de la expresión <en gran medida>> es un ejemplo de ambigüedad académica. Admito que no puedo cuantificar. Probablemente nadie pueda harcerlo jamás, dado que la definición está basada en una hipótesis contrafáctica: si el sistema, por cualquier razón, quedara aislado de todas las fuerzas externas (lo que no ocurre virtualmente nunca), la definición implica que el sistema continuaría funcionando sustancialmente de la misma manera. Una vez más, por supuesto, es difícil traducir el término sustancialmente en criterios operacionales fuertes. No obstante, la cuestión es importante, y resulta clave para muchas parte del análisis empírico de este libro. Tal vez debiéramos considerar la idea de autoinclusión como un absoluto teórico, una especie de vacío social, raras veces visible y aún más implausible de crear artificialmente, pero que aun así constituye una asíntota socialmente real, la distancia a la cual es mensurable de alguma forma." (WALLERSTEIN, 2010. p. 489,490)[14].

---

em una situación colonial, las instituciones gobernantes de una <tribu>>, lejos de ser <<soberanas>> estaban seriamente circunscritas por las leys (y las costumbres) de una entidad mayor de la cual formaban parte indisociable, léase la colonia. De hecho esto me llevó a la generalización más amplia de que el estudio de la organización social era en su mayor parte deficiente debido a la muy extendida falta de consideración del marco legal y político en el que tanto las organizaciones como sus miembros operan." (O que é relevante aqui é que assim que me fiz consciente do quanto a sociedade como abstração foi em grande parte limitado a sistemas político-legais como uma realidade empírica era uma falsa perspectiva adotar uma unidade como uma unidade a tribo e tentar analisar a seu funcionamento sem fazer referência ao fato de que, em uma situação colonial, as instituições governantes de uma tribo, longe de ser soberana ficaram gravemente circunscrito pelas leis (e os costumes) de uma entidade mais ampla que formam uma parte inseparável, leia a colônia. De fato isso me levou a generalização mais ampla do que o estudo da organização social era em sua maior parte deficientes devido a generalizada falta de consideração ao quadro jurídico e político em que ambas as organizações e seus membros operam generalização) (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010. p. 9 e 10)

13 Cf. "(…) fue em esse momento cuando abandoné definitivamente la idea de tomar como unidade de análises tanto el Estado soberano como esse outro concepto aún más vago, la sociedad nacional. Decidí que ninguno de los dos era un sistema social y que solamente podía hablarse de cambios sociales en sistemas sociales. En este esquema el único sistema social era el sistema mundial. " (Foi nesse momento em que, definitivamente, abandonei a idéia de tomar como Unidade de Análise tanto o Estado soberano como Esse conceito Outro ainda mais vago, a sociedade nacional. Eu decidi que nenhum dos dois era um sistema social e só poderia falar de mudança social nos sistemas sociais. Neste esquema o único sistema social foi o sistema mundial.) (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010. p.12)

14 "O que caracteriza um sistema social, do meu ponto de vista, é o fato de que a vida em seu interior está em grande medida autoincluída, e que a dinâmica de seu desenvolvimento é em grande medida interna. O leitor pode pensar que a utilização da expressão "grande medida" é um exemplo de ambiguidade acadêmica. Admito que não posso quantificar. Provavelmente ninguém possa fazê-lo jamais, dado que a definição está baseada em hipóteses contrafactuais: se o sistema, por qualquer razão, ficar isolado de todas as forças externas (o que não ocorre na prática nunca), a definição implica que o sistema continuaria funcionando essencialmente da mesma maneira. Uma vez mais, claramente, é difícil traduzir o termo, sobretudo em critérios operacionais fortes. Não obstante, a questão é importante, e resulta uma chave para muitas partes das análises empíricas deste livro.

As categorias limitadoras – Estado-nação, tribo, sociedade, comunidade – devem ser consideradas como um tipo de estrutura organizada entre outras no interior de um único sistema social. Ou seja, a totalidade passa a ser o *lócus* da análise de Immanuel Wallerstein, como afirmam Arienti e Filomeno:

> o objetivo declarado era analisar a mudança social em sua totalidade. Essa pretensão implicava definir um sistema social que superasse a dicotomia fatores internos e externos na explicação da dinâmica. Centro e periferia deveriam ser conceitos dentro do mesmo de um mesmo sistema. Em uma análise sistêmica, os elementos estão em interdependência, não havendo sentido em considerar elementos autônomos, de um lado, e elementos dependentes de outros. (ARIENTI; FILOMENO, 2007. p. 103)

Indo ao encontro destes, Magda Holan Yu Chang salienta que

> (…) a definição de Wallerstein (2000) das "totalidades históricas" como as unidades de análise adequadas aos interesses da pesquisa social. Para o autor, só a História pode fornecer as causas, fontes e condições reais das mudanças sociais, criticando o baixo poder explicativo dos estudos a-históricos e métodos comparativos despidos de considerações de tempo e espaço (CHANG, 2013. p. 49)

Na história humana, Wallerstein, mapeia dois sistemas sociais, a saber, os "minisistemas" e o "sistema mundo". (1999, p. 489, 490 apud COSTA, 2005. p.26)

Os minisistemas[15] são conceituados como "las economías relativamente pequeñas, autónomas, de subsistencia, que no formen parte de ningún sistema que exija tributo regular"[16] Ou seja, "entidades bastante pequenas, desde o ponto de vista espacial como temporal" (COSTA, 2005. p. 26). Em outras palavras, "os minisistemas dizem respeito a

---

Talvez deveríamos considerar a ideia de autoinclusão como um absoluto teórico, uma espécie vazio social, raras vezes visível e ainda mais implausível de criar artificialmente, mas que ainda sim constitui uma assintota socialmente real, a distância a qual é mensurável de alguma forma. " (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010. p. 489,490)

15 Cf. "(…) los únicos sistemas sociales reales son [minisistemas], por una pate, las economías relativamente pequeñas, autónomas, de subsistencia, que no formen parte de ningún sistema que exija tributo regular;y, por otra parte, los sistemas mundiales. Es preciso, sin duda, distinguir a estos últimos de los primeros, porque son relativamente grandes; es decir, constituyen, en lenguaje familiar, vedaderos <<mundos>>. Más precisamente, no obstante, quedan definidos por el hecho de que su autoinclusión como entidades econômico-materiales está basada em una división extensiva del trabajo, y de que contienen em su seno una multiplicdad de culturas". (Os únicos sistemas sociais reais são [mini-sistemas], por um lado, economias relativamente pequenas autônomas de subsistência, que não fazem parte de qualquer sistema que exige um tributo regular, e, por outro lado, os sistemas mundiais Certamente deve distinguir este último dos primeiros, porque são relativamente grande; ou seja, constituem, na linguagem familiar, verdadeiros mundos. Mais precisamente, no entanto, eles são definidos pelo fato de que sua autoinclusión como entidades de materiais econômico é baseado em extensa divisão do trabalho, e contendo no seu interior uma multiplicidade de culturas). (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010. p. 490).

16 "economias relativamente pequenas, altamente autônomas, de subsistência, que não formam parte de nenhum sistema que exija tributo regular." (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010, 490)

economias tribais integradas através da reciprocidade e que envolvem uma única divisão do trabalho efetiva, uma única política e única cultura" (ARIENTE; FILOMENO, 2007. p. 103). Para Wallerstein (apud ARIENTE; FILOMENO, 2007), todos os minissistemas sucumbiram ao Moderno Sistema mundo.

O sistema mundo é uma entidade de escala espaço-temporal alargada. Diferencia-se do minissistema não somente por seu tamanho e duração, mas também por se basear num modelo econômico perpetrado por uma extensiva divisão do trabalho, o qual contém em seu interior uma multiplicidade de culturas (WALLERSTEIN, 2010). Como explicam Ariente e Filomeno,

> Um sistema mundo, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-existente a divisão social do trabalho que possibilita a reprodução material desse "mundo". Sua dinâmica é movida por forças internas e, sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada por sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. (ARIENTE; FILOMENO, 2007. p.104)

Assim, o sistema social atual é chamado de sistema mundo por sua abrangência espacial, sobretudo, por se produzir e reproduzir para além de um minissistemas. Compreende-se que o sistema social moderno, inicia-se na Europa no século XIV, expandindo-se e integrando sua organização social e divisão do trabalho para todas as demais áreas geográficas, atando as economias em um sistema interestatal[17] com múltiplas culturas. Ou seja, pode-se dizer que o sistema social moderno tornou-se o próprio "mundo".

3.1 Economias-mundo e Impérios-mundo

O sistema mundo ainda se subdivide, até a história do presente, em duas variações, a saber, "economias-mundo" e "impérios-mundo" (WALLERSTEIN, 2010. p. 490).

Os impérios-mundo caracterizam-se como sendo "um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que possa estar seu controle efetivo" (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010. p. 490) . Ariente e Filomeno contribuem para o entendimento deste conceito ao definirem os impérios-mundo:

> Os impérios-mundo envolvem dois ou mais grupos culturalmente distintos, que dependem, de um sistema de governo único, vinculado, à elite de um

17 O sistema interestatal inicia-se ao término da "Guerra dos 30 anos" (1618-1648), no tratado de Vestfália, sendo consagrado a igualdade dos Estados soberanos a despeito das diferenças em termos de poderio militar, político, econômicas e religioso (KISSINGER, 2015).

> centro, que mantém limites geopolíticos específicos, dentro dos quais controla a divisão do trabalho e estabelece a apropriação forçada de excedente, através de uma redistribuição de tributos feita por burocracia e exércitos extensos. (ARIENTI; FILOMENO, 2007. p. 104)

Ou seja, o conceito se caracteriza pela concentração de poder político e econômico, o qual possibilita o controle de um único sistema social sobre os demais.

Já as economias-mundo configuram-se como "sistemas em que tal **sistema político único** não existe sobre toda ou virtualmente toda sua extensão" (grifos nossos, tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010. p. 490). Como Ariente e Filomeno salientam:

> A economia-mundo, ao contrário, é constituída por uma divisão do trabalho integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas são interdependentes economicamente. Assim, há uma unidade econômica dada pela divisão do trabalho, por isso uma economia-mundo, e não há uma unidade política, por isso não império mundo, e sim um sistema interestatal" (ARIENTE; FILOMENO, 2007, p. 105)

Wallerstein retoma o conceito de economia-mundo do historiador francês Fernand Braudel, o qual destaca que não se deve confundir economia mundial com economia-mundo.

> [A economia mundial] estende-se à terra inteira: representa (…) o mercado de todo o universo, o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado". A economia-mundo, por sua vez, "envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica" (BRAUDEL, 1998, p. 12 apud COSTA, 2005, p. 27)

Segundo Wallerstein (2010), na história não houve somente uma economia-mundo, mas, sim, várias. As economias-mundo tinham a tendência de ser dominadas por uma única unidade política cujo objetivo era tornar-se um império-mundo. Entretanto, a economia-mundo capitalista apresentou-se superior a essa tendência. A organização política imperial se mostrou como uma arcaica forma de dominação econômica, fazendo "o capitalismo (...) oferecer uma fonte alternativa e mais lucrativa de apropriação do excedente (ao menos mais lucrativa no longo prazo) " (WALLERSTEIN, 1979 apud ARIENTE; FILOMENO, 2007. p. 106).

3.2 Da história a teoria, da teoria a história: Um breve resumo do Sistema Mundo

Wallerstein (apud COSTA, 2005) concebeu um "mundo social" de múltiplos sistemas

sociais históricos – minissistemas –, os quais culminaram no Moderno Sistema Mundo.

Ao sistematizar seus conhecimentos numa teoria baseada nos conceitos "minissistemas" e "sistemas-mundo", elaborou um panorama de escala espaço-temporal alargada da humanidade, partindo do estágio de sedentarização humana até o século XIX.

A partir da provável data de sedentarização, 10.000 anos a.C, até aproximadamente 1500 d.C tem-se a existência e a coexistência de inúmeros "minissistemas" e um número contável de "economias-mundo" e de "impérios-mundo". A saber, os impérios-mundo mais bem-sucedidos foram a China, a Pérsia e Roma (WALLERSTEIN apud COSTA, 2005. p. 27).

Os impérios-mundo absorviam tanto minissistemas como as possíveis economias-mundo, trazendo aos seus domínios políticos estes territórios. Costa (2005) salienta que todas os sistemas possuem limites espaciais e temporais, os impérios-mundo têm a duração temporal de 500 anos e, em termos espaciais, sempre há um ponto inflexão, no qual a autoridade central perde o controle de seu território, desintegrando o sistema imperial.

Com a perda de controle de um império-mundo, não se tem um vazio de poder, esses espaços tornam-se territórios de outros impérios-mundo, de outros minissistemas ou de novas economias-mundo.

As economias-mundo são sistemas sociais de escala espaço-temporal limitadas, ou seja, não havia nenhuma economia-mundo até a economia-mundo capitalista que se prolonga no espaço-tempo.

Entretanto, por volta de 1500 tem-se uma mudança estrutural, ainda pouco explicada. Wallerstein sugere a ocorrência de uma espécie de inversão de forças entre impérios-mundo e uma economia-mundo em particular, a "economia-mundo europeia" (WALLERSTEIN apud COSTA, 2005. p. 28). A economia mundo europeia, isto é, o modo de produção capitalista, teria "superado a fragilidade típica de sua modalidade" (COSTA, 2005, p. 28) sucumbindo os demais – minissistemas, economias-mundo e impérios – à sua lógica.

No final do século XV até o final do século XIX, a economia-mundo europeia se expande através da Terra, atravessando-a em quase toda sua integridade. E, fora esse fenômeno que deu origem ao conceito de "Moderno Sistema Mundo" (WALLERSTEIN, 2010) ou, como também conceituado pelo próprio Wallerstein, "sistema do capitalismo histórico".

> (…) o [sistema do] capitalismo histórico é o lócus concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a "lei" que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem

> prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operaram segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que sua imposição se tornou cada vez mas firme e sua penetração no tecido social cada vez maior, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada. (WALLERSTEIN, 2001. p. 18).

O que diferencia o "moderno sistema mundo" dos demais sistemas sociais é o capital, mas o que é o capital? Não se pode compreender capital exclusivamente como estocamento de dinheiro e riqueza. O capital é processo, ou seja, sua produção e reprodução se dá no movimento, em diferentes formas, cujo o fim é sua auto-expansão. Como exemplo, pode-se pensar numa empresa cujo dinheiro (D) torna-se capital constante (insumo) e capital variável (trabalhador), o trabalhador agrega valor ao insumo criando uma mercadoria (M) que geraria novamente dinheiro (D'), entretanto este dinheiro estaria acrescido de mais valor. O capital, portanto, se faz como processo[18]. Warllestein conceitua capital como:

> (…) no contexto do capitalismo histórico, o conceito de capital tem uma definição mais específica. Não é somente o estoque de bens consumíveis, de máquinas ou de demandas reconhecidas (ou seja, que se expressam sob forma de dinheiro) de coisas materiais. É claro que o capital continua a referir-se, no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado, ainda não consumidos. Mas se isto fosse tudo, poder-se-ia dizer que todos os sistemas, desde o do homem de Neanderthal, teriam sido capitalistas. Todos possuíam, em algum grau, estoques que materializavam o trabalho passado.
>
> Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é "capital" na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa. (WALLERSTEIN, 2001. p. 13)

Outra diferenciação marcada por Walerstein (apud COSTA, 2005), no que concerne ao "moderno sistema mundo", é sua longevidade, salienta-se que antes da era moderna as economias-mundo eram estruturas altamente instáveis cuja tendência era converte-se em impérios-mundo, entretanto, a economia-mundo europeia expandiu-se e resiste há cerca de 500 anos aos intentos da formação de um império-mundo. "Esta peculiaridad es el aspecto político de la forma de organización económica llamada capitalismo. El capitalismo ha sido capaz de florecer precisamente porque la economía-mundo contenía dentro de sus límites no

18 Cf. HARVEY, David. 2013.

uno, sino múltiples sistemas políticos”[19](WALLERSTEIN, 2010. p. 491). Ou seja, o capitalismo para funcionar como sistema necessita da existência de instituições políticas, os quais, Wallerstein (apud COSTA, 2005), chamou de sistema de Estados.

3.3 Sistema-interestatal no interior do Sistema Mundo

O moderno sistema-mundo comporta uma única economia-mundo, sendo formada por múltiplas entidades políticas, sobretudo, o Estado-nação. Assim, compreende-se que “[O sistema de Estados] não é algo que esteja separado da economia-mundo capitalista, (…) o sistema de Estados e a economia mundial nasceram no mesmo momento, o que significa que, se tivessem origens separadas, seria uma incrível coincidência”. (WALLERSTEIN apud COSTA, 2005. p. 29). Wallerstein busca está definição em Fernand Braudel (1977, p. 64 apud ARRIGHI, 2012. p. 12), o qual afirma que “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, *quando é o Estado*.” Conceito este trabalhado de forma aprimorada por Giovanni Arrighi [20].

O Estado-nação é uma criação do século XVI-XVII, sobretudo com o advento do Tratado Vestfália em 1648, o qual previa que todos Estados nacionais seriam soberanos, indicando, desse modo que não haveria um poder político centralizado, isto é, não existiria impérios-mundo. Para Wallerstein (apud COSTA, 2005. p. 29) o sistema de Estados é uma estrutura normativa, soberana, formada por fronteiras delimitadas, não existindo territórios habitáveis – no tempo presente – fora da juridição de algum Estado-nação, observando que qualquer ponto do espaço está sob a soberania de um único Estado.

A soberania de cada Estado-nação conceitua-se pela sua capacidade de tomar decisões normativas e políticas, tendo como freios e contrapesos o reconhecimento recíproco da “soberania dos demais Estados no sistema, e que o façam a maior parte do tempo”. (WALLERSTEIN apud COSTA, 2005. p.29).

3.4 O Ciclo Hegemônico

Contudo, esse reconhecimento mútuo da soberania não é um fenômeno que se dá sem tensão. Salienta-se que Wallerstein reconhece que o moderno sistema mundo sempre esteve

---

19 “Esta peculiaridade é o aspecto político da forma de organização econômica chamada capitalismo. O capitalismo tem sido capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro de seus limites, não um, mas múltiplos sistemas políticos” (tradução nossa, WALLERSTEIN, 2010, p. 491).
20 Cf. Capítulo 4, item 4.2.

sob ameaça de se tornar um império-mundo e fora nesta tensão que surgira as potências hegemônicas. Para ele,

> Desde o início do sistema-mundo moderno, nós tivemos três tentativas de transformar o sistema num império-mundo – a de Charles V, a de Napoleão e a de Hitler. Todas três fracassaram, e o sistema capitalista sobreviveu. Todas as três tiveram como consequência o estabelecimento de uma potência hegemônica no sistema-mundo: as Províncias Unidas, o Reino Unido e os Estados Unidos. (WALLERSTEIN[21] apud COSTA, 2005, p. 30)

Para Wallerstein[22] (apud COSTA, 2005) fora o esforço para conter a constituição de um império-mundo que deu origem as "potências hegemônicas", a saber: as Províncias Unidas em meados do século XVII, o Reino Unido por volta do século XIX, e os Estados Unidos no século XX.

> A hegemonia no sistema interestatal refere-se à situação em que a rivalidade entre as chamadas "grandes potências" é tão desequilibrada que uma potência é realmente *primus inter pares*, ou seja, uma potência pode impor suas regras e desejos (…) nas arenas econômica, política, militar, diplomática e até cultural. A base material desse poder reside na capacidade de as empresas domiciliadas nessa potência atuarem de maneira mais eficiente em todos os três grandes campos econômicos – produção agroindustrial, comércio e finanças. Tão grande é a diferença de eficiência de que estamos falando, que essas empresas podem não apenas sobrepujar as empreses domiciliadas em outras grandes potências do mercado mundial em geral, como também, especificamente e em inúmeros casos, nos mercados interno das próprias potências rivais" (WALLERSTEIN, 1984b. p. 38,39 apud ARRIGHI; SILVER, 2001. p. 32,33 apud COSTA, 2005. p. 30)

As três hegemonias supracitadas possuem uma estrutura de crescimento comum. Para Wallerstein, a produção de uma hegemonia sempre fora resultado de longos períodos de expansão competitivas no sistema interestatal, gerando um desiquilíbrio, o qual se denominou como guerra dos trinta anos (1618-1648) – fez-se alusão ao primeiro desiquilíbrio gerador da hegemonia Holandesa – como resultado desta tensão tem-se a concentração de poder econômico e político em determinado Estado.

No que concerne à economia, em todos os casos, iniciou-se pela produção, passando por ampla competição comercial, finalizando-se na esfera financeira. Este ciclo de fuga de capital para diferentes esferas será demonstrado de maneira mais aprofundada quando discutirmos as contribuições de Giovanni Arrghi.

---

21 WALLERSTEIN, I. Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.
22 WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como concebemos:** ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Reavan, 2002.

Wallerstein (apud COSTA, 2005, p. 31) salienta que os ciclos hegemônicos "consistem na ascensão e declínio de sucessivos fiadores da ordem global, cada um com seu padrão particular de controle" possuindo uma duração média de 100 a 150 anos por ciclo. Ou seja, todas as hegemonias possuem uma dimensão temporal restrita. Assim, manter uma hegemonia significa "concentrar-se cada vez mais em investimentos no setor militar, o que com o passar do tempo mina a competitividade econômica, a legitimidade política e a liderança ideológica" (COSTA, 2005. p. 31,32). Assim, seu sucesso cria condições contraditórias para sua própria manutenção como *hegemon*.

Salienta-se que o conceito de "hegemonia" utilizado por Wallerstein é restritivo, significando literalmente dominação. Diferenciando-se do conceito de hegemonia mundial cunhado por Giovanni Arrighi, o qual será explicado no capítulo subsequente.

A figura 1 resume de forma esquemática o ciclo hegemônico proposto por Wallerstein. O ciclo divide-se em duas fases: rivalidade e hegemonia. Na fase da rivalidade, o sistema mundo entraria num período de expansão competitiva, um Estado-nação sairia em vantagem econômica tornando-se o *hegemon*.

Entrando na fase da hegemonia, uma grande guerra consolida este Estado-nação hegemônico, que passa para o período de bonanças globais, esse período caracteriza-se pelo aumento da renda dos trabalhadores, difusão do conhecimento, dos saberes científicos, tecnológicos e financeiros. Essa difusão geraria uma perda da vantagem competitiva do Estado hegemônico criando, assim, uma nova disputa pela hegemonia do sistema mundo.

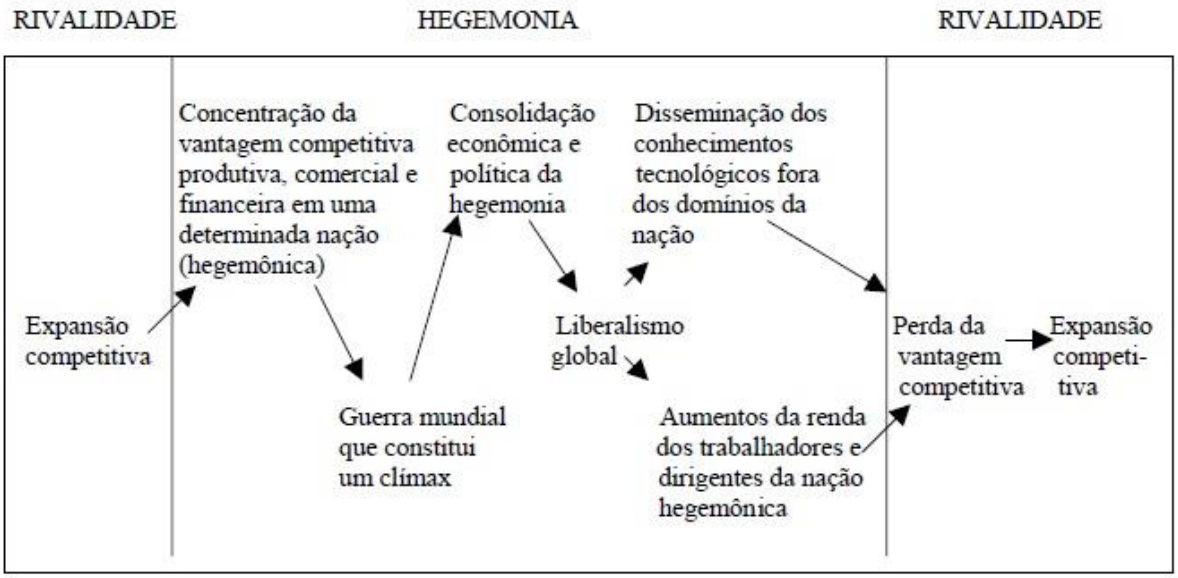


Fig. 1 Ciclo Hegemônico de Wallerstein (Fonte: ARRIGHI; SILVER, 2001. p. 34 apud COSTA, 2005. p. 32)

Embora Wallerstein alargue sua visão ao utilizar os sistemas sociais, buscando um olhar de todo, ainda sim, ao recorrer aos conceitos de hegemonia suas análises limitam-se ao Estado-nação como unidade de análise, entretanto, não mais com um olhar progressivo e de uma comparação simplista. O autor constrói um cabedal teórico no qual o Estado-nação interage num sistema interestatal atravessado por uma economia-mundo capitalista, a qual se apresenta como um sistema peculiar – acumulação como um fim em si mesmo – e único.

Entendido de forma geral o modelo de compreensão de Immanuel Wallerstein, pode-se passar para as contribuições teóricas de Giovanni Arrighi, as quais podem ser compreendidas como um aprofundamento dos ciclos hegemônicos de Wallerstein. E é isto que será discutido no próximo capítulo.

4 CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO

A partir dos ciclos hegemônicos de I. Wallerstein compreende-se que Giovanni Arrighi navega pelos mares internos da teoria do Sistema Mundo, o que, em última análise, é progredir sobre as teses originárias de Fernand Braudel. Uma vez que Immanuel Wallerstein, como indica Milton Santos (2014), populariza suas conceituações[23].

Giovanni Arrighi, em seu livro *O longo Século XX*, busca responder às mudanças ocorridas na década de 1970, sobretudo, com relação a financeirização do mundo. No seu caminhar científico encontra na "investigação das tendências atuais à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial" (ARRIGHI, 2012. p. 4) as respostas para seus questionamentos. Como afirma Arrighi,

> [Sua] investigação é, essencialmente, uma análise comparativa dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, numa tentativa de identificar (1) os padrões de recorrência e evolução, que se produzem na atual fase de expansão financeira e reestruturação sistêmica, e (2) as anomalias da atual fase de expansão financeira, que podem levar a rompimento com padrões anteriores de recorrência e evolução. Serão identificados quatro ciclos sistêmicos de acumulação, cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação do capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV ao início do XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. Como se vê por essa periodização aproximada e preliminar, os ciclos sistêmicos consecutivos de acumulação se superpõem e, embora, adquiram uma duração progressivamente mais curta, todas duram mais de um século: daí a ideia de "século longo", que será tomada como unidade temporal básica na análise dos processos mundiais de acumulação de capital. (ARRIGHI, 2012. p. 6)

Compreende-se que Arrighi, em suas análises, parti do arcabouço teórico do sistema mundo[24], isto é, não problematiza a unidade de análise dos sistemas sociais, sendo um ponto

---

23 Cf. "(…) o apelo à noção de sistema-mundo proposta por F. Braudel e vulgarizada por I. Wallerstein". (SANTOS, Milton. 2014, p. 113-114).

24 Cf. "Se Perry Anderson é o grande culpado por meu envolvimento neste projeto ultra-ambicioso, Immanuel Wallerstein é o grande culpado por eu o haver tornado ainda mais ambicioso do que era originalmente. Ao estender o horizonte temporal da investigação para abarcar a *longue durée* de Braudel, eu estava, na verdade, seguindo seus passos. Durante nosso trabalho cotidiano no Centro Fernand Braudel, tão perturbadora foi a insistência de Wallerstein em que as tendências e conjunturas de meu longo século XX talvez refletissem

pacífico a existência de somente um sistema social vigente (o sistema mundo europeu ou, como denomina-se, o Moderno Sistema mundo), o qual contém uma economia mundo capitalista.

No interior da narrativa do Sistema mundo, Arrighi contribui ao declarar a existência de mudanças sistêmicas, não de sistemas sociais, mas de ciclos de acumulação de capital.

Contudo, Arrighi afirma que foi Fernand Braudel, em seu livro *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, que originou "o esquema interpretativo que se converteu na base" (ARRIGHI, 2012, p. IX) das suas análises[25]. Para Arrighi (2012, p. XI), "a ideia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos" o permitiu decompor o sistema capitalista mundial – o que Braudel denominava de *longue durée* – em unidades de análise "mais manejáveis", as quais ele denominou de ciclos sistêmicos de acumulação. Embora cada ciclo sistêmico tenha sido denominado[26] de acordo com Estado-nação hegemônico, isto é, o fiador da nova ordem global, "os ciclos em si referem-se ao sistema como um todo, e não a seus componentes. "

Em suas análises, Arrighi focaliza as estratégias e estruturas dos agentes governamentais e empresariais de quatro componentes do moderno sistema mundo, a saber: os genoveses, holandeses, britânico e norte-americano. Por considerar que estes ocuparam uma posição central, de forma sucessiva, na formação das fases ou etapas do capitalismo histórico.

Indo ao encontro de nossas reflexões sobre a totalidade[27], Arrighi, reconhece que sua " (…) construção [teórica] (...) é apenas uma entre várias explicações válidas, embora não necessariamente dotadas de mesma pertinência, sobre o longo século XX".

Arrighi assiná-la seu foco na relação entre poder e dinheiro, salientando que expõe a relação centro-periferia e as lutas de classes em outros textos e livros.

---

estruturas e processos instaurados desde o século XVI, que fui levado a verificar a validade dessa afirmação. Ao verificá-la, vi as coisas diferentes das que ele tinha visto, e até ao ver as mesmas coisas dei-lhes um tratamento e uma aplicação diferentes dos que ele lhes concedeu em *The Modern World-System*. Mas Wallerstein estava absolutamente certo ao insistir em que a *longue durée* do capitalismo histórico era o arcabouço temporal adequado para o tipo de construção que eu pretendia. Sem seu estímulo e provocações intelectuais, eu nem sequer teria pensado em escrever este livro da maneira como o fiz". (ARRIGHI, 2012. p. XII)

25 Cf. " (…) para enfrentar as dificuldades inerentes a qualquer explicação mais completa do desenvolvimento do capitalismo mundial e do sistema interestatal. Em vez de saltar do navio da análise histórica mundial de Braudel, permaneci nele para fazer coisas que não eram típicas do temperamento intelectual do comandante, mas que estavam ao alcance de minha visão mais fraca e minhas pernas mais bambas. Deixei Braudel singrasse os mares revoltos dos dados históricos mundiais e escolhi para mim a tarefa, mas modesta, de processar seu abundantíssimo suprimento de conjecturas e interpretações de modo a convertê-lo numa explicação econômica, coerente e plausível, da ascensão e plena expansão do sistema capitalista mundial". (ARRIGHI, 2012. p. XI)

26 Ciclo sistêmico de acumulação holandês, britânico, americano.

27 Cf. Capítulo 2.

> Trata-se de um foco restrito, reconheço. Como explico (...) os ciclos sistêmicos de acumulação são processos ligados ao "alto comando" da economia capitalista mundial – o "verdadeiro lar do capitalismo", segundo Braudel. Graças a esse foco restrito, pude acrescentar ao levantamento braudeliano do capitalismo mundial uma certa coerência lógica e um pouco mais de chão – os dois séculos que nos separam de 1800, ano em que Braudel terminou sua viagem. Mas o estreitamento do foco tem também alto custo. A luta de classes e a polarização da economia mundial em centros e periferias – ambas as quais desempenharam um papel destacado em minha concepção original do longo século XX – desapareceram de cena quase por completo" (ARRIGHI, 2012. p. XII)

Quando Arrighi explicita seu foco restrito, analisa-se o ciclo sistêmico de acumulação como um modelo de compreensão da totalidade, isto é, uma tentativa de se compreender as estruturas, porém não a completitude em si. Desse modo, torna-se uma sistematização do real, pode-se dizer, um real-pensado, no qual não se encerra toda a realidade.

4.1 Fórmula Geral do Capital

O ponto de partida das investigações de Giovanni Arrighi fora a afirmação de Fernand Braudel sobre as características fundamentais do capitalismo histórico, a saber, a flexibilidade e o ecletismo do capital.

O grande capital, isto é, o capital financeiro teria uma flexibilidade ilimitada e, para autor, é neste andar que se deve buscar unicidade da história do ocidente. Ou seja, a estrutura organizadora de todo o sistema. Como o próprio Braudel afirma:

> Permitam-me enfatizar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de *adaptação*. Se há, segundo creio, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XVIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí, acima de tudo que essa unidade deve ser situada e observada. (BRAUDEL, 1982, p. 433 apud ARRIGHI, 2012. p. 4)

Salienta-se que em certos períodos houve especializações, sobretudo, no século XIX com a expansão da indústria, fazendo que certos historiadores apontassem a indústria como a verdadeira identidade do capitalismo. Entretanto,

> [Após] a explosão inicial da mecanização, o tipo mais avançado de capitalismo retornou ao ecletismo – a uma indivisibilidade de interesses, por assim dizer –, como se a típica vantagem de estar no alto comando da economia, tanto hoje quanto na época de Jacques Coeur (o magnata do século XIV), consistisse precisamente em *não* ter que estar restrito a uma única opção, em ser eminentemente adaptável e, por conseguinte, não especializado (BRAUDEL, 1982, p. 381 apud ARRIGHI, 2012. p. 5)

Arrighi interpreta a teoria de Braudel – momentos de flexibilidade e momentos de especialização –, a partir da fórmula geral de Karl Marx para o capital (DMD').

Para Marx a formulação DMD' é compreendida como: (D) significando como capital-dinheiro, isto é, liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha; (M) como capital-mercadoria, isto é, capital aprisionado em insumo e/ou produto. Ou seja, significando concretude, rigidez; (D') é dinheiro acrescido da mais valia, isto é, a ampliação da liquidez, flexibilidade e de uma liberdade de escolha para processar o capital. (ARRIGHI, 2012)

A fórmula do capital apresenta duas conclusões: A primeira concerne aos investimentos dos agentes capitalistas em "combinações específicas de insumo-produto", cujo efeito é a menor flexibilidade e liberdade. Contudo, esses investimentos se fazem como um meio e não um fim em si. Em outras palavras, os agentes capitalistas estão sempre em busca de uma maior flexibilidade e liberdade para o seu capital no futuro. (ARRIGHI, 2012. p.5)

A segunda conclusão concerne a expectativa dos agentes capitalistas em aumentar sua liberdade de escolha. Quando essa possibilidade se esvai ou é frustrada, "o capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo, à sua forma monetária". (ARRIGHI, 2012. p. 5). O que seria na linguagem de Braudel a volta ao ecletismo ou, como Wallerstein denominou, liberalismo global.

Essa segunda conclusão da fórmula do capital faz menção a caracterização braudeliana sobre a expansão financeira, quando afirma que "[Todo] desenvolvimento capitalista desse tipo, ao atingir o estágio de expansão financeira, parece anunciar, em certo sentido, sua maturidade: [é] *um sinal do outono*" (BRAUDEL, 1984, p. 246 apud ARRIGHI, 2012. p. 6)

> Em suma, a ligação entre os ciclos seculares de Braudel e a acumulação *capitalista* de capital não tem um claro fundamento lógico ou histórico. A ideia dos ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário, deriva diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior "não especializada" da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os "lucros em larga escala". Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista "monopolize" as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação. (ARRIGHI, 2012. p. 8)

Arrighi utiliza a fórmula geral do capital de Karl Marx, não em seu sentido estrito, ou seja, na lógica dos investimentos dos capitalistas individuais. Ele expande fórmula tornando-a um modelo teórico (ver fig. 2), a interpretando como um "padrão reiterado do capitalismo

histórico" no "sistema mundial" (ARRIGHI, 2012, p.6). Desse modo, a fórmula geral do capital torna-se uma chave de leitura, a qual é compreendida como fases ou épocas do capitalismo histórico, assim, formando o ciclo sistêmico de acumulação. Como Arrighi salienta:

> (...) o aspecto central desse padrão é alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiro (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadora); na fase de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD'). (ARRIGHI, 2012, p. 6)

A diferença do modelo arrighiano para os demais – como os ciclos seculares de Braudel, ciclos de kondratieff[28] ou ciclos de Mensch – se dá pela sua estruturação baseada nas altas finanças, isto é, um modelo cujo objetivo é apreender o desenvolvimento da economia mundial e não somente uma determinada indústria, preços ou economia nacional.

Como Arrighi afirma, os ciclos sistêmicos de acumulação são totalmente diferentes do "ciclos seculares" de Braudel (ou como denominado curvas logísticas e de preços) e dos ciclo de Kondratieff, os quais na obra de Braudel tivera tanta importância[29].

Os ciclos sistêmicos de acumulação, como afirma Arrighi, têm semelhanças com os ciclos seculares, sobretudo, no que concerne a duração de cada ciclo, por volta de um século e seu progressivo encurtamento temporal. Todavia, ambos os ciclos são assincrônicos entre si, como demostrado na fig.2.

Observa-se a partir da fig.2 que Braudel não tenta conciliar os períodos de picos (expansão financeira) com o início do "outono", isto é, a fase de financeirização do sistema mundo. Como Arrighi (2012, p. 7) salienta: "A expansão financeira tem igual probabilidade de surgir no começo, no meio ou no fim de um ciclo secular (de preços).

---

28 Nikolai Dmitrievich Kondratiev (1892-1938) fora um economista russo. Membro do Partido Social-revolucionário (1905-1919), em outubro de 1917 encabeçou o Ministério da Alimentação. Em seguida, em 1919, se vincula a Academia Petróvskaia tornando-se professor e por volta de 1926 consagra seus estudos dos ciclos econômicos alargados. Kondratiev ao defender que a URSS deveria dar subsídios aos pequenos camponeses (proprietários) para o crescimento da economia fora tachado de direitista. O que culminou em sua morte por fuzilamento. (SANDOVAL, 1990)

29 Cf. ARRIGHI, 2012, p.6

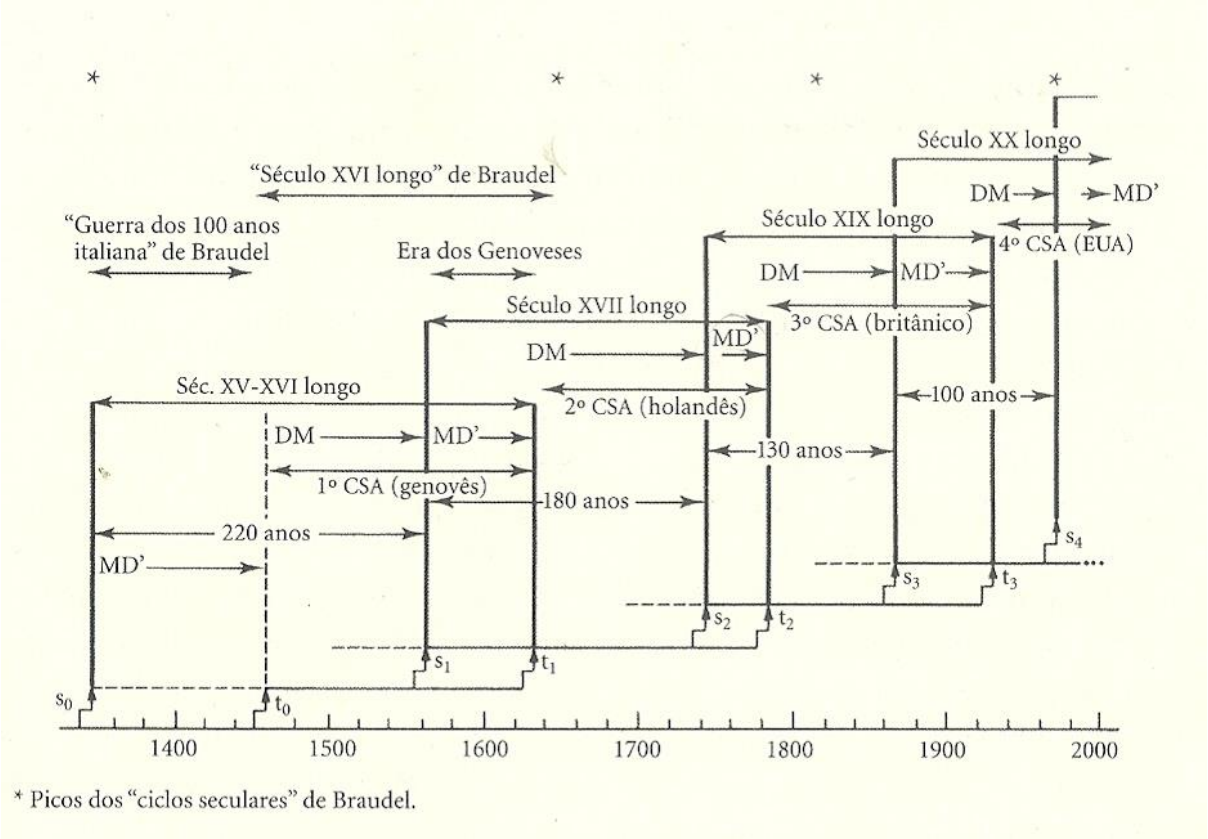


Fig. 2. Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA). (Fonte: ARRIGHI, 2012, p. 219)

Quanto aos ciclos de Kondratieff, Arrighi (2012, p. 6) assevera, são "constructos teóricos empíricos cuja base teórica é incerta", isto é, os ciclos de Kondratief são ciclos de curta duração – por volta de cinquenta anos – não sendo, assim, indicadores fidedignos das contrações e expansões do capitalismo no moderno sistema mundo[30].

Já o modelo de metamorfose do desenvolvimento socioeconômico de Mensh possui uma estreita semelhança com os ciclos sistêmicos de acumulação. "O modelo menschiano retrata fases de crescimento estável num rumo bem definido, alternando-se com fases de crise, reestruturação e turbulência, que acabam recriando as condições do crescimento estável". (ARRIGHI, 2012, p. 9)

Arrighi salienta que Mensch (apud ARRIGHI, 2012, p. 9), abandona a ideia que a economia se desenvolve em ondas, sua tese é de que a economia cresce a partir de impulsos inovadores intermitentes, "que assumem a forma de ciclos sucessivos em forma de S".

30 Ver mais em ARRIGHI, 2012, p. 5-7

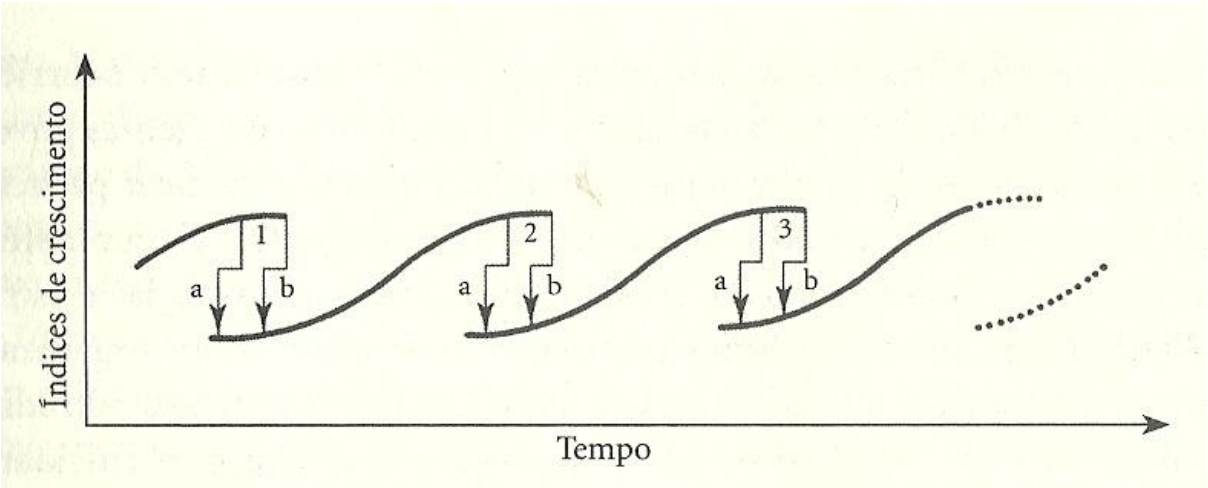


Fig. 3 O modelo de metamorfose de Mensch. (Fonte: MENSCH[31]apud ARRIGHI, 2012, p. 9)

Arrighi aponta que o modelo de Mensh (fig.3) trata sobre o crescimento de determinadas indústrias e economias nacionais, o que não teria importância direta para os ciclos sistêmicos de acumulação. Entretanto, a ideia de fases de crescimento estável alternadas a fases de crises está intrínseco no modelo arrighiano. “A diferença é que [no ciclo sistêmico de acumulação] (…) o que se 'desenvolve' não é determinada indústria ou economia nacional, mas a economia mundial capitalista como um todo, ao longo de toda a sua existência”. (ARRIGHI, 2012, p. 9)

Compreendido a construção dos ciclos passa-se para as categorias chaves que formam o constructo teórico do modelo arrighiano.

4.2 O sistema interestatal no interior do ciclo sistêmico de acumulação

O conceito de sistema interestatal é interpretado como competição interestatal pelo capital circulante, uma noção tão cara ao ciclo sistêmico de acumulação, tem como base as observações de Marx Weber. O qual se parece muito com a narrativa do sistema mundo, no que concerne aos conceitos de império-mundo e a economia-mundo[32].

> Na antiguidade, a liberdade das cidades foi eliminada por um imperialismo mundial burocraticamente organizado, dentro do qual já não havia lugar para o capitalismo político. (…) [Em] contraste com a Antiguidade, [as cidades, na era moderna] ficaram sob o poder de Estados nacionais concorrentes, numa situação de luta perpétua pelo poder, na paz ou na guerra. Essa luta competitiva criou as mais amplas oportunidades para o moderno capitalismo

31 Cf. MENSCH, Gerhard. **Stalemate in Technology.** Cambridge, MA: Ballinger, 1979, p. 73.
32 Cf. Item 3.1, p. 24.

> ocidental. Os estados, separadamente, tiveram que competir pelo capital circulante, que lhes ditou as condições mediante as quais poderia auxiliá-los a ter poder. (…) Portanto, foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento – e, enquanto o Estado nacional não ceder lugar a um império mundial, o capitalismo também persistirá. (WEBER, 1961, p.247-249 apud ARRIGHI, 2012, p. 12)

Arrighi, seguindo Weber, aponta que a disputa pelo capital circulante entre

> Estruturas grandes, aproximadamente equivalente politicamente (…) [resultou] na memorável aliança entre os Estados em ascensão e as forças capitalistas, disputadas e privilegiadas, que foi um fator fundamental para a criação do capitalismo moderno. (…) Nem o comércio nem as políticas monetárias dos Estados modernos (…) podem ser compreendidos sem essa singular competição e "equilíbrio" político entre os Estados europeus durante os últimos quinhentos anos. (WEBER[33] apud ARRIGHI, 2012, p. 12)

Se apropriando deste conceito – a competição interestatal – o coloca em seu modelo teórico como um componente crucial, o qual produziria a fase de expansão financeira.

A tese de Arrighi (2012, p. 13), numa restrita posição aos conceitos Weberianos, mostra que a "concentração de poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresárias foi (...) essencial para as reiteradas expansões *materiais* da economia mundial capitalista", quanto a disputa interestatal para a produção da fase financeira.

A ideia de concentração de poder num determinado bloco poder está contida em Karl Marx, sobretudo, em seu sistema de endividamento nacional.

> O endividamento nacional, isto é, a alienação do Estado – seja ele despótico, constitucional ou republicano – imprimiu sua marca na era capitalista (…) Como pelo toque de uma vara de condão, [a dívida pública] confere ao dinheiro estéril capacidade de multiplicar-se e, com isso, transforma-o em capital, sem a necessidade de que ele se exponha aos problemas e riscos inseparáveis de seu emprego na indústria ou até na usura. Os credores do Estado, na verdade, não dão coisa alguma, pois a soma emprestada é transformada em títulos públicos, fáceis de negociar, que podem continuar funcionando em suas mãos tal como o faria o dinheiro sonante. (MARX[34], apud ARRIGHI, 2012, p. 13)

Assim, Arrighi interpreta as dívidas nacionais como um meio de cooperação intercapitalista para além do Estado-nação, mas também como o elemento que une o Estado

---

33 WEBER, M. **Economy and Society.** Berkeley, CA: University of California Press, 1978, p. 353-354.
34 MARX, K. Capital, v. III. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1959, p. 745.

ao capital. Arrighi aponta que o próprio Marx acentua essa imbricação:

> Com a dívida nacional surgiu um sistema de crédito internacional, que amiúde oculta uma das fontes de acumulação primitiva deste ou daquele povo. Assim as vilanias do sistema veneziano de ladroagem formaram uma das bases secretas de riqueza da Holanda, a quem Veneza, em sua decadência, emprestara grandes somas em dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. No início do século XVIII, (…) a Holanda deixara de ser a nação preponderante no comércio e na indústria. O empréstimo de imensas somas de capital, especialmente para sua grande rival, a Inglaterra [tornou-se] então um de seus principais ramos de negócios. [E o] mesmo vem acontecendo hoje entre a Inglaterra e os Estados Unidos. (MARX, 1959, p. 755-756 apud ARRIGHI, 2012, p. 14)

Deste modo, compreende-se que há duas lógicas que se imbricam[35], a saber, lógica territorial e capitalista. A qual analise-se no próximo item.

4.3 A lógica territorial e a lógica capitalista

Outro conceito chave e de interesse basilar na epistemologia do ciclo sistêmico de acumulação são as duas lógicas – territorial e capitalista – de governo e poder apresentadas no modo de organizar os territórios.

No interior do modelo de compreensão, Arrighi aponta dois tipos de governos no que concerne a formação de Estados absolutistas e cidades-Estados, a saber, a lógica territorial e a lógica capitalista. Deste modo, anterior a formação do Estado-nação, o capitalismo e territorialismo se apresentam como modos opostos de governo ou de lógica de poder. Para Arrighi,

> Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital. (ARRIGHI, 2012, p. 33)

A diferença entre essas duas lógicas se dá pelo seu objetivo final. O objetivo dos governantes territorialistas é aumentar seu poder expandindo as dimensões de seu território, pois a estratégia é o controle do território e da população, enquanto o capital circulante se faz somente como um meio.

Em contraste, os governantes capitalistas tendem a aumentar seu poder acumulando

35 Harvey observa está questão – a lógica territorial e capitalista – de forma distinta. Ver mais em capítulo 7.

riqueza dentro de um pequeno território, e a só aumentar as dimensões se isso for justificável pelos requisitos da acumulação de capital, uma vez que o controle do capital circulante é o fim, a incorporação de população e território apenas o meio (ARRIGHI, 2012, p. 33-34).

Contudo, salienta-se que as duas lógicas na história não se fazem isoladas e sim são relacionadas entre si. Para Arrighi,

> Historicamente, as lógicas capitalistas e territorialista de poder não funcionaram isoladamente uma da outra, mas relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal. Como consequência, os resultados desviaram-se significativamente, ou até diametralmente, do que estava implícito em cada lógica concebida em termos abstratos. (ARRIGHI, 2012. p. 34)

Baseando-se na história do moderno sistema interestatal, Arrighi deriva essa conceituação amalgamada entre a lógica territorial e a lógica capitalista.

4.4 O conceito de Hegemonia Mundial

O conceito de hegemonia mundial, se faz como um dos conceitos chaves da teorização arrighiana, este se apresenta como um alargamento do conceito de hegemonia nacional de Antonio Gramsci. Que por sua vez, é uma reformulação dos conceitos de coerção e consentimento de Maquiavel. Para Gramsci,

> (…) a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como "dominação" e como "liderança intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a "liquidar" ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer "liderança" antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas, ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a "liderar". (GRAMSCI, 1971. p. 57-58 apud ARRIGHI, 2012. p. 28)

Portanto, o conceito de hegemonia mundial "refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governabilidade sobre um sistema de nações soberanas" (ARRIGHI, 2012, p. 27). Algo que vai além da dominação pura e simples, o conceito trata de uma liderança intelectual e moral do sistema. Ou seja, para que um Estado-nação possa ser hegemônico, precisa se ter um poder combinado de consentimento e coerção. Desse modo, um Estado-Nação hegemônico implica em gerenciar o sistema mundo ou superá-lo com mudanças estruturais.

4.5 O Caos sistêmico

O último conceito caro ao modelo de compreensão arrighino é a noção de caos. Para o autor, o caos sistêmico não é o mesmo que anarquia, embora muitos estudiosos aleguem que o sistema interestatal e as relações internacionais que daí derivam balizam suas ações num estado anárquico. O que se tem é um sistema anárquico ordenado, isto é, não possui um governo central.

O sistema interestatal possui Estados hegemônicos ou grupos de Estados centrais da economia-mundo que se apresentam como organizadores, através do consenso dos demais Estados, deste sistema. Como Arrighi afirma,

> A "anarquia" designa a "ausência de um governo central". Nesse sentido, o moderno sistema de nações soberanas e o sistema de governo da Europa medieval, de que ele emergiu, classificam-se como sistemas anárquicos. Todavia, cada um desses dois sistemas teve ou tem seus próprios princípios, normas, regras e procedimentos implícitos e explícitos, que justificam nossa referência a eles como "anarquias ordenas" ou "ordens anárquicas. (ARRIGHI, 2012. p. 30)

Para além da anarquia organizada que são as relações internacionais, o conceito de caos sistêmico, por sua vez, refere-se a uma ausência total de organização, o qual geraria uma escalada de conflito e uma pressão por uma nova ordem. Como salienta Arrighi,

> O "caos" e o "caos sistêmico", em contraste, referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além dos limites dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de "ordem" - a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! - tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico. (ARRIGHI, 2012. p. 30)

Compreende-se que o caos sistêmico se caracteriza pela falta de "equilíbrio de poder", ou seja, a falta de um ambiente internacional que tenha o mínimo de garantias, como os princípios, as normas – tácitas ou explícitas – cujo objetivo é garantia da existência do próprio sistema interestatal. Em outras palavras, o caos sistêmico é o momento no qual o sistema interestatal é ameaçado, podendo deste caos erigir não um novo ciclo de acumulação (no

interior da economia-mundo), mas sim um império-mundo.

4.6 Um breve resumo dos principais processos dos ciclos sistêmicos acumulação.

Para compreender as categorias chaves, precisa-se fazer um breve resumo dos processos históricos do ciclo sistêmico de acumulação, tendo como objetivo pinçar os principais fatos que corroboraram para a criação do modelo de compreensão arrighiano.

Arrighi divide a história moderna em quatro ciclos, a saber, o primeiro ciclo sistêmico de acumulação (genovês), o segundo ciclo sistêmico de acumulação (holandês), o terceiro ciclo de acumulação (britânico) e o quarto ciclo sistêmico de acumulação (norte-americano).

A narrativa de Arrighi inicia-se no século XIII dentro dos sistemas medievais, apontando a emergência de um subsistema regional anômalo no norte da Itália[36].

Para o autor, o equilíbrio de poder fora o grande responsável pelo desenvolvimento destes enclaves anômalos.

Arrighi observou que existia três tipos de "equilíbrio de poder" no sistema social europeu anterior ao desenvolvimento do capitalismo histórico: a) entre as autoridades centrais dos sistemas medievais (como o papa, imperadores e reis) e os burgueses; b) entre as cidades-estados (Veneza, Florença, Gênova e Milão), o qual resultou numa separação e autonomia em termos comerciais; c) E, o equilíbrio de poder entre os Estados territorialistas (como Estados imperiais da Europa Ocidental, como Portugal e Espanha) e as cidades-estados italianas cuja lógica se baseava no capital.

O equilíbrio de poder pode ser interpretado como um "mecanismo por meio do qual os Estados capitalistas, separadamente ou em conjunto, conseguem reduzir os custos de proteção, tanto em termos absolutos quanto em relação a seus concorrentes e rivais" (ARRIGHI, 2012, p. 38). Ou seja, o beneficiário reduziria os custos da gestão e proteção do Estado e abria possibilidade de maiores oportunidades com relação ao comércio. Contudo, para o equilíbrio de poder ser esse mecanismo de controle, os Estados capitalistas precisam possuir meios para manipular esse equilíbrio em benefício próprio (ARRIGHI, 2012, p.38).

A grande riqueza das quatro cidades-estados italianas (Gênova, Veneza, Florença e Milão) eram o comércio de longo curso, o sucesso destas deviam ao controle monopolista de

36 Cf. "esse subsistema constituiu um sistema essencialmente capitalista de gestão do Estado e da guerra. O estado mais poderoso do subsistema, Veneza, é o verdadeiro protótipo do Estado capitalista, no duplo sentido de "exemplo perfeito" e "modelo" para os exemplos futuros" desse tipo de Estado. " (ARRIGHI, 2012. p. 37)

rotas comerciais distintas que ligavam Europa Ocidental à Índia e à China. Ou seja, de uma divisão do trabalho, resultante de uma cooperação entre as atividades comerciais das quatro cidades-estados[37].

No começo do século XIV a expansão do comércio eurasiano havia diminuído, a concorrência entre as cidades-estados aumentava. A causa provável fora a busca de novos mercados pela massa de capital excedente no interior de cada rede comercial. Ao buscar novos investimentos, as "quatro grandes" romperam a divisão do trabalho, destruíram os seus monopólios. Fez-se da concorrência comercial a guerra, uma guerra de todos contra todos cuja duração fora cerca de um século. Como Arrighi explica,

> À medida que se intensificaram as pressões competitivas e que houve uma escala na luta pelo poder, o capital excedente, que já não encontrava investimento lucrativo no comércio, foi mantido em estado de liquidez e usado para financiar a crescente dívida pública das cidades-estados. (ARRIGHI, 2012. p. 112)

No momento que o império militar-comercial do século XVI e início do século XV de Gênova deteriorou-se, a aristocracia feudal se recolheu do comércio, ou seja, cessou seus investimentos no comércio. O comerciante genovês, sem a proteção da aristocracia rural, mas com imensas reservas de capital líquido buscava por proteção num mundo cada vez mais hostil.[38]

4.6.1 O primeiro ciclo sistêmico de acumulação (Ibero-genovês)

A fim de substituir as rotas perdidas pela competição interestatal e a proteção dada pela aristocracia rural, Gênova encontrou nos emergentes governos territorialistas emergentes, Portugal e Espanha, os aliados adequados (ARRIGHI, 2012, p. 121).

Os Estado-nação de cunho territorialista não tinham força para dominar as cidades-estados italianas ou tomar posse desse monopólio comercial. A alternativa, liderada pela Espanha e Portugal, fora desviar os fluxos das cidades-estados italianas para seus territórios.

Ao mesmo tempo, Portugal e Espanha tentavam romper com os comerciantes, buscando novas rotas. Nessas aventuras além mar, sobretudo, a Espanha tropeça numa nova

---

37 Cf. "Florença e Milão empenhavam-se, ambas, na manufatura e no comércio terrestre com o noroeste da Europa; mas enquanto Florença se especializava no comércio de produtos têxteis, Milão especializava-se no de Metais. Veneza e Gênova especializavam-se no comércio marítimo com o Oriente; mas enquanto Veneza especializava-se nos negócios com o sul asiático, baseado no comércio de especiarias, Gênova especializava-se em negócios com o circuito centro-asiático, baseados no comércio da seda. " (ARRIGHI, 2012, p. 90).
38 Cf. Ibidem, p,120.

fonte de riqueza e poder: As Américas.

As cidades-estados italianas, com este achamento tornaram-se bancários trocavam prata por ouro, tinham um sistema de poupança e seguro de viagens[39].

A Espanha, durante todo o século XVI, fora o Estado-nação que mais se beneficiara ao longo deste processo. Contudo, seu poder fora utilizado para manter o decadente sistema de governo medieval em vez de supervisionar a transição para o moderno sistema interestatal.

A luta europeia pelo poder, desde do século XV, havia esfacelado os antigos sistemas medievais, emergindo no noroeste da Europa novos Estados cujas lógicas eram um híbrido entre a lógica territorial e capitalista de poder – os Estados dinásticos: francês, inglês e sueco. Contudo,

> (...) individualmente, eles não podiam equiparar-se ao poderio da Espanha, mas coletivamente não poderiam ser subordinados a nenhuma autoridade política central, velha ou nova. A tentativa da Espanha, juntamente com o papado e a Casa Imperial de Habsburgo, de desfazer ou subordinar essas novas realidades de poder não apenas fracassou, como também traduziu-se numa situação de caos sistêmico que criou as condições para a ascensão da hegemonia holandesa e a liquidação final do sistema de governo medieval" (ARRIGHI, 2012, p. 41)

A tentativa da Espanha, em 1566, de impor a tributação aos Países Baixos, teve o efeito adverso, transformou a Holanda, a fez desenvolver habilidades, como navegação, evasão fiscal e a pilhagem.

O abastecimento de cereais e suprimentos navais advindos do mar báltico, controlado pela Holanda, se fizeram essenciais durante a Guerra dos trinta anos. As rotas do mediterrâneo estavam obstruídas pela guerra (ARRIGHI, 2012, p. 136).

4.6.2 O segundo ciclo sistêmico de acumulação (Holandês)

Os holandeses emergem de sua luta pela independência da Espanha, na qual forjaram uma sólida liderança intelectual e moral entre os demais Estados dinásticos.

Com a deflagração da guerra dos trinta anos (1618-1648), tem-se o ápice do caos

39 "Através do sistema dominante das feiras de Piacenza [atual província Piacenza, Itália – A.F.E], todo o capital das cidades italianas foi drenado por Gênova. E uma multiplicidade de pequenos investidores, genoveses e outros, confiaram sua poupança aos banqueiros, em troca de rendimentos modestos. Houve, portanto, um elo permanente entre as finanças da Espanha e a economia da península italiana – donde as perturbações que se seguiram sistematicamente às falências em Madri; a falência de 1595 foi passada adiante e causou muitos danos aos poupadores e investidores de Veneza. Enquanto isso, na própria Veneza, os genoveses, por controlarem a oferta de prata, que era entregue por eles em vastas quantidades aos Zecca [a casa da moeda oficial de Veneza - A.F.E] assumiram o controle do câmbio da moeda e dos seguros marítimos. " (BRAUDEL, 1984, p. 168 apud ARRIGHI, 2012, p. 128)

sistêmico, o que deu as Províncias Unidas a oportunidade de conduzirem uma coalização de Estados dinásticos ao moderno sistema interestatal.

Assim, as "propostas holandesas para uma grande reorganização do sistema pan-europeu de governo", o que se convencionou como tratado Vestfália, conquistaram mais e mais defensores entre os governantes da Europa, até que a Espanha ficara totalmente isolada. (ARRIGHI, 2012. p. 43)

O tratado de Vestfália organizou a Europa ocidental e, posteriormente o mundo, num novo sistema de governo. A ideia de equilíbrio de poder, direito internacional e o conceito de soberania nacional fundamentou este tratado. Contudo, fora no campo do comércio a aplicação mais importante. Arrighi, salienta que

> Nos tratados que seguiram ao tratado de Vestfália, inseriu-se uma cláusula que visava a restabelecer a liberdade do comércio, abolindo as barreiras comerciais que se haviam desenvolvido no curso da Guerra dos Trinta anos. Acordos subsequentes introduziram normas para proteger a propriedade e o comércio dos não combatentes. Assim, a limitação das represálias pelo bem do comércio, que fora típica do sistema de cidades-estados da Itália setentrional (…), encontrou acolhida entre as normas e regras do sistema europeu de Estados nacionais. (ARRIGHI, 2012, p. 43-44)

A hegemonia da Holanda fora uma formação efêmera, passados quatro anos ao tratado Vestfália eclodira a guerra anglo-holandesa (1652) e posteriormente as Guerras napoleônicas (1804-1815). Em termos de poder mundial, os principais beneficiários foram ex-aliados das Províncias Unidas, isto é, a França e a Inglaterra.

Como no século XV, tal como a França e Espanha haviam tentado conquistar as cidades-estados italianas, a Inglaterra e a França tentaram internalizar sobre seus domínios as redes de comércio e poder do Estado capitalista holandês[40], entretanto, não foram exitosos.

A Grã-Bretanha como uma "ilha" fez-se da desvantagem continental, na luta pelo poder frente as ameaças da França e da Espanha, uma vantagem na área comercial[41].

> No comércio marítimo e no poderio naval, a Grã-Bretanha conquistou a supremacia por ter sido favorecida, como Veneza, por dois fatores interligados: sua situação insular e o novo papel que assumiu, como intermediária entre dois mundos. Diversamente das nações continentais, a Grã-Bretanha pôde voltar toda a sua força para o mar; ao contrário de seus concorrentes holandeses, não teve que guarnecer uma frente terrestre. (DEHIO42 apud ARRIGHI, 2012, p. 51)

---

40 Cf. ARRIGHI, 2012, p.28.
41 Cf. Ibidem. p. 51
42 DEHIO, Ludwig. **The Precarious Balance:** Four Centuries of the European Power Struggle. Nova Tork: Vintage, 1962.

O sucesso do mercantilismo inglês e francês, no fim do século XVII, impunha restrições a capacidade de crescimento do sistema de comércio holandês. Não havia nada que os holandeses poderiam fazer para barrar o aumento na competição, a única saída fora se concentrar nas altas finanças.

A princípio, tem-se conflitos comerciais entre a França e Inglaterra, que posteriormente desembocou na Guerra dos Sete anos (1756-1763), na qual a Grã-Bretanha, com a vantagem marítima vence e detém a França e seus aliados. Salienta-se que o Reino Unido não se tornou a hegemonia ao fim desta guerra.

A Holanda, num primeiro momento, tentou lucrar com a escalada dos conflitos, mas logo foram arrastados para os confrontos, marcharam e perderam ao lado de Paris, fatos estes que culminaram numa quarta guerra anglo-holandesa (1781-1784).

O período se caracteriza como caos sistêmico, há uma onda de revoltas que tomam os anos 1776 a 1848. Tem-se a independência norte-americana em 1776, atingindo o Reino Unido. A França emprestando dinheiro aos Estados Unidos para independência, numa campanha revanchista que gera sua própria revolução (1789).

As Guerras napoleônicas são o ápice do caos sistêmico, o período é de "generalização da revolta dos colonos, dos escravos e da classe média". (ARRIGHI, 2012. p. 52). Napoleão rompe com tratado Vestfália, infla revoluções, desrespeita soberanias, desrespeita os direitos de propriedade e a liberdade de comercializar – ao fazer bloqueios e desapropriações – varrem as Províncias Unidas do mapa da Europa.

4.6.3 O terceiro ciclo sistêmico de acumulação (Britânico)

O Reino Unido, como a Holanda nos séculos anteriores, lidera uma vasta aliança em prol da reestruturação do Sistema de Vestfália. Essa restruturação só fora possível com o término das guerras napoleônicas (1804-1815), a qual proporcionou a Grã-Bretanha a hegemonia mundial.

O Tratado de Viena em 1815 e o subsequente Congresso de Aix-al-Chapelle, em 1818, foram os instrumentos de reestruturação da Grã-Bretanha no que concerne o sistema interestatal, tendo como objetivo a acomodar as novas realidades criadas, como então os recentes formados Estados Republicanos.

O congresso de Viena (1815) retomava o antigo sistema interestatal. Com os tratados

que daí surgiram, propiciou que os membros do sistema interestatal gozassem de uma considerável liberdade para organizar suas relações internas e internacionais. Salienta-se que não havia organizações independentes do poder estatal com capacidade ou poder para gerir o sistema mundo, embora o Concerto de Nações Europeias, a *haute finance* e o mercado mundial, funcionassem acima dos chefes da maioria dos Estados-nação. Ainda assim, tinham pouco ou nenhuma autonomia organizacional em relação ao poder (ARRIGHI, 2012, p. 67).

Assim, o Reino Unido criou um novo modo de organizar, o qual fora denominado imperialismo de livre-comércio.

> O sistema de Vestfália baseara-se no princípio de que nenhuma autoridade operaria acima do sistema interestatal. O imperialismo de livre-comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica – um mercado mundial, regido por suas próprias leis –, supostamente dotada de poderes sobrenaturais maiores do que tudo o que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval. Ao apresentar sua supremacia mundial como a encarnação dessa entidade metafísica, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo. (ARRIGHI, 2012. p. 55)

Assim, o terceiro ciclo sistêmico de acumulação (britânico) criou uma ideologia, a apresentou ao mundo como uma propulsora de uma "expansão generalizada de riqueza das nações" (ARRIGHI, 2012. p. 56). Ou seja, o Reino Unido além de sua armada naval e de seus exércitos continentais se fazia como uma hegemonia consensual. Vale ressaltar, os cem anos de paz europeia de 1815-1914 causados pela organização do sistema interestatal liderados pelos britânicos.

A partir de 1776 até 1848 o Reino Unido concretizou o objetivo de todos os Estados capitalistas, assenhorou o equilíbrio de poder global integralmente, o que lhe deu poder para envolver-se na política de todas as regiões do mundo[43].

A desintegração dos impérios coloniais, sobretudo, no mundo ocidental fora acompanhada pela expansão dos Estados ocidentais. Como Magdoff (apud ARRIGHI, 2012. p. 54) salienta: "No princípio do século XIX, os Estados ocidentais reivindicavam 55%, mas controlavam, na verdade, cerca de 35% da superfície territorial do planeta. Em1878, esta última proporção havia-se elevado para 67% e, em 1914, para 85%".

A partir dessa dominação imperial em escala mundial por parte dos Estados Ocidentais, sendo que a Grã-Bretanha ficara com a maior porção, Arrighi (2012, p.52)

43 Cf. ARRIGHI, 2012, p. 53.

denomina a Grã-Bretanha como sendo um império.

> (…) expressão *imperialismo* de livre-comércio – expressão que usamos não apenas para enfatizar o domínio britânico sobre o sistema mundial, mediante a prática e a ideologia do livre-comércio (…), mas também e especialmente para sublinhar as bases imperialistas do regime britânico de governo e acumulação em escala mundial com base no livre comércio (ARRIGHI, 2012, p. 54)

A Grã-Bretanha não se deu como uma "progressão" da lógica capitalista, a exemplo dos Estados capitalistas anteriores – Veneza e Holanda – sua expansão fora um imbricado da lógica territorialista e capitalista, as quais se fertilizaram e sustentaram uma à outra[44].

O Reino Unido, a partir de 1870, inicia sua progressiva perda do controle do equilíbrio de poder europeu e, em seguida, do equilíbrio do poder mundial. "Em ambos os casos, a ascensão da Alemanha à condição de potência mundial foi um acontecimento decisivo" (KENNEDY, 1987, p. 209-2013 apud ARRIGHI, 2012, p. 59). Entretanto, não o único, no âmbito econômico, uma nova economia nacional, os Estados Unidos da América auxiliavam o esfacelamento da posição central do Reino Unido na economia mundial capitalista.

A primeira fase do caos sistêmico, que se configura pela incorporação do principal Estado capitalista, não houve, fora suprimida. Arrighi aponta que "nem a Alemanha nem os Estados Unidos jamais tentaram incorporar em seus domínios o principal Estado capitalista, como haviam tentado a França e a Espanha no século XV e a França e a Inglaterra no século XVII" (ARRIGHI, 2012, p. 61).

A supressão dessa primeira fase teve como causa a imbricação da lógica territorialista e capitalista nos dois candidatos da supremacia mundial – Alemanha e Estados Unidos. Assim, a luta só pôde começar pela segunda fase, a qual os desafiantes procuram "suplantar a vantagem comparativa em termos de riqueza e poder do principal Estado capitalista" (ARRIGHI, 2012, p. 61).

Nesses termos,

> (...) os Estados unidos estavam numa posição muito melhor do que a Alemanha. Suas dimensões continentais, sua insularidade e sua dotação extremamente favorável de recursos naturais, bem como a política sistematicamente seguida por seu governo, de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, mas abertas ao capital, à mão de obra e à iniciativa do exterior, haviam transformado o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre-comércio (ARRIGHI, 2012, p. 61)

No momento que recomeçara a luta pela hegemonia mundial, os Estados Unidos, com

44 Cf. ARRIGHI,2012, p. 54.

relação a sua economia interna, avançaram muito no caminho se tornar o novo centro da economia mundial.

A Alemanha tentara reproduzir em seu territorialismo tardio, os dois modelos estatais, a saber, Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Primeiro segue a via britânica, tentando disputar a hegemonia marítima, posteriormente a via norte-americana, cujo modelo é a expansão territorial.

O objetivo da expansão territorial para fins da acumulação de capital tornou-se uma obsessão dos governos alemães, o *Labensraum* (termo cunhado por Frederich Ratzel[45], literalmente significa: espaço-vital, ou seja, o território vital para existência da nação) "teve suas origens sistêmicas nessa situação de impossibilidade de efetuar uma rápida transformação das aptidões militares-industriais, cada vez maiores, num aumento equiparável de seu domínio sobre os recursos econômicos mundiais" (ARRIGHI, 2012. p. 62).

A tentativa alemã de se desenvolver através do *Labensraum* desencadeou um súbito aumento da escalada conflituosa no sistema interestatal, minando a hegemonia britânica, entretanto, infligindo danos maiores à própria Alemanha.

A nação que mais se beneficiou dessa escalada de lutas interestatais fora os Estados Unidos da América ao herdar a posição insular da Grã-Bretanha, num conflito de dimensões que jamais fora visto. Como Goldstein e Rapkin salientam:

> O que faltava de insularidade ao canal da Mancha por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o oceano Atlântico ainda proporcionava. Os Estados Unidos haviam ficado extraordinariamente protegidos da guerra hegemônica em 1914-1915. Além disso, à medida que a economia mundial se desenvolveu e a inovação tecnológica continuou a superar as limitações da distância, essa economia passou a abranger todas as partes do mundo. Assim, a localização distante da América tornou-se uma desvantagem menor em termos comerciais. Na verdade, no que o Pacífico começou a emergir como uma zona econômica que rivalizava com o Atlântico, a posição dos Estados Unidos tornou-se central – uma ilha de dimensões continentais, com acesso irrestrito aos dois maiores oceanos do mundo (GOLDSTEIN; RAPKIN, 1991, p. 946 apud ARRIGHI, 2012, p. 62)

O ápice do caos sistêmicos do século XX fora durante as duas grandes guerras, as quais Arrighi as interpreta como uma única guerra, compreendendo o período de 1914 a 1945, assim, perfazendo trinta anos. Quantitativamente possui o mesmo lapso de temporal que deu origem a sua análise do caos sistêmico[46].

---

45 Cf. ARRIGHI, 2012.

46 A guerra dos 30 anos (1618-1648) fora seu modelo histórico de caos sistêmico.

4.6.6 O quarto ciclo sistêmico de acumulação (Norte-Americano)

Como o Reino Unido, no início do século XIX, os Estados Unidos tornam-se hegemônicos, e conduziram, após a segunda guerra, o sistema interestatal a reestruturação das normas e regras do Sistema de Vestfália. Nos dizer de Arrighi,

> Em comparação com o imperialismo de livre-comércio, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram consideravelmente os direitos e poderes de as nações soberanas organizarem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como lhes aprouvesse. Os governos nacionais têm estado menos livres do que nunca para perseguir seus objetivos por meio da guerra, da expansão territorial e, grau menor, mas ainda assim significativo, das violações dos direitos civis e humanos de seus cidadãos. Na visão original de Franklin Roosevelt sobre o mundo do após-guerra, essas restrições equivaleram a nada menos que uma completa superação da própria ideia de soberania do Estado. (ARRIGHI, 2012, p. 67)

A Organização das Nações Unidas teria este objetivo, entretanto, a visão de Roosevelt é reduzida para um projeto político mais realista, o qual denominou-se de Doutrina Truman.

> O idealismo revolucionário de Roosevelt, que via na institucionalização da ideia de um governo mundial o instrumento primário pelo qual o New Deal norte-americano seria estendido ao mundo inteiro, foi afastado pelo realismo reformista de seus sucessores, que institucionalizaram o controle norte-americano do dinheiro mundial e do poderio militar global como o instrumento primário da hegemonia dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2012, p. 68)

As organizações criadas pelo tratado de Brettoon Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundo – somados à ONU, tornaram-se os instrumentos que garantiram aos Estados Unidos o controle do equilíbrio de poder mundial.

Com o sucesso econômico norte-americano pós Segunda Guerra Mundial – idade de ouro do capitalismo – fora o ciclo de expansão material da potência hegemônica, tendo sua expansão financeira nas décadas de 1970 e 1980, demonstrando uma retomada a tendência ao caos sistêmico.

A década de 1970 marca a crise inicial da hegemonia norte-americana – e seu fim definitivo ainda é uma incógnita – com mudanças estruturais no capitalismo mundial, advento do neoliberalismo e da acumulação flexível, e no sistema interestatal as competições das grandes empresas transnacionais buscando novos espaços, locais onde a classe trabalhadora recebesse baixa remuneração e com legislações ambientais menos restritivas.

Desde o final da década de 1960 o acumulo de excedente de capitais vinha crescendo e

sofre majoração exponencial a partir da própria valoração fictícia nos mercados financeiros, ou seja, a "ampliação e a falta de controle dos mercados financeiros permitiram a crescente autonomia da esfera financeira em relação à produção de valor". Com este predomínio do capital financeiro a economia mundial passou a um estágio de instabilidade crônica, ocorrendo sucessivas crises de 1990 a 2007.

Com a ascensão os blocos econômicos e a consolidação da Ásia, sobretudo, da China como um atrativo de investimentos para forças produtivas, compreende-se que temos o segundo elemento do caos sistêmico: ascensão de novos centros de acumulação e poder.

A tese de Arrighi prevê uma transição para uma hegemonia com sede na Ásia, instaurando uma nova lógica de acumulação de capital com o prognóstico de mudanças para próximas décadas. Vários especialistas apontam neste sentido, entretanto, existe um ponto atípico, a falta de uma rivalidade geopolítica. Os Estados Unidos possuem quase o monopólio do uso legítimo da força em escala mundial. Contudo, seu endividamento financeiro o torna vulnerável diante de países que controlam a liquidez internacional, como a China, o Japão e outros asiáticos. Outra anomalia enunciada por Arrighi, que os caos sistêmicos anteriores foram marcados pela fusão do poder financeiro e militar sob a jurisdição da hegemônica ascendente, todavia, atualmente não é o que ocorre, e sim uma fissão destes dois poderes (o financeiro migrando para Ásia Oriental, e o militar permanecendo no EUA).

Ao se ter uma noção de como os conceitos chaves e a história se imbricam na construção teórica de G. Arrighi, tem-se os subsídios necessários para compreender as estruturas que modelam está compreensão. Assim, passa-se para análise do modelo em si.

4.7 O modelo de compreensão arrighiano

O modelo arrighiano pode ser sintetizado na figura 4, o qual se explica a partir de suas categorias-chaves. A saber, hegemonia mundial, expansão material, expansão financeira, crise sinalizadora, crise terminal e caos sistêmico.

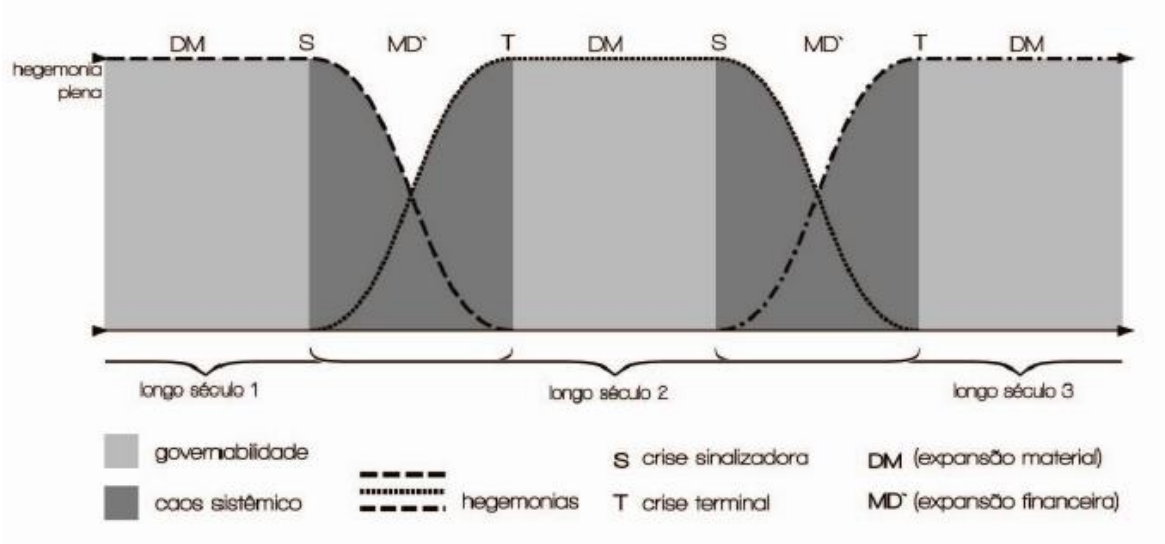


Fig. 4 Funcionamento do ciclo sistêmico de acumulação. (REIS; HANDLER, 2010, p. 5)

O conceito de Fernand Braudel, *longue durée*, refere-se aos fenômenos de longa duração, o que corresponderia a não exatos cem anos. Como categoria de análise o longo século de cada hegemonia perpassa três fases: "1) Ascensão; 2) Plena Expansão; 3) Declínio". (REIS; HENDLER, 2010. p.5). Arrghi (2008; 2012), analogamente compreende todo ciclo sistêmico passa pela ascensão, governabilidade, declínio concomitante a uma fase de caos sistêmico, o qual tem pôr fim a transição da hegemonia.

O processo de expansão material (MD) e expansão financeira (DM') podem ser compreendidos, como já explicado, a partir da fórmula de reprodução de capital de Karl Marx (DMD`), o qual Arrighi identifica duas tendências: A expansão material que ocorre quando a hegemonia está em seu auge, ou seja, expansão material que impulsiona as esferas "reais" da economia (produção e comércio), consolidando uma nova divisão internacional do Trabalho (DIT), mais valor agregado às atividades econômicas centrais ante as periféricas. O momento em que este modelo de acumulação atinge sua máxima eficiência:

> A expansão material traz um afluxo de capital maior do que os "canais estabelecidos" de produção e comércio são capazes de reabsorver em forma de investimentos. Desta forma, o motor da economia mundo, a hegemonia, torna-se o centro da expansão financeira que a afeta (...) o globo. (SMITH, Adam apud REIS; HENDLER, 2010. p. 7)

A acumulação de capital da hegemonia é tanta que a taxa de lucros na economia real torna-se decrescente. A expansão financeira coincide com a crise sinalizadora (S) da hegemonia, mostrando o início de seu declínio, esse processo inicia-se com uma crise de hiperacumulação, o dinheiro e o crédito tornando-se extremamente baratos, os preços caem e

as empresas comerciais e produtivas da hegemonia recebem menos investimentos.

Aponta-se outro fenômeno, com ocorrência concomitante as expansões financeiras, o que Arrighi conceituou como intensificações da competição entre os Estados nacionais pelo capital circulante. Segundo Arrighi,

> (...) não é um mero acidente histórico. Trata-se, antes, do efeito de uma tendência dupla, gerada por expansões do comércio e da produção particularmente rápidas, amplas e lucrativas. Por um lado, quando a acumulação de capital é muito superior à que pode ser reinvestida com lucro nos canais estabelecidos de comércio e produção, as organizações e indivíduos capitalistas reagem a ela retendo em forma líquida uma proporção crescente de seus rendimentos. Essa tendência cria uma massa de liquidez excessivamente abundante, que pode ser mobilizada, diretamente ou através de intermediários, na especulação e na tomada e concessão de empréstimos. Por outro lado, as organizações territorias [os Estados nacionais] reagem às restrições orçamentárias mais acentuadas, decorrentes da redução da expansão do comércio e da produção, competindo intensamente entre si pelo capital que se acumula nos mercados financeiros. Essa tendência acarreta redistribuições sistêmicas maciças da renda e da riqueza de todo tipo de comunidades para os agentes que controlam o capital circulante, com isso inflacionando e sustentando a lucratividade de negócios expansões financeiras sistêmicas, passadas e presentes, são o resultado do desenvolvimento conjunto, ainda que desigual, dessas duas tendências complementares. (ARRIGHI e SILVER[47] apud COSTA, 2005, p. 48)

A ascensão de um Estado-nação como hegemônico deriva do seu poder consensual, ou seja, o poder de organizar, de ter a credibilidade de representar as vozes coletivas. Segundo Arrighi,

> As hegemonias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode torna-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles. (ARRIGHI, 2012, p. 29-30)

A fase do declínio da hegemonia pode ser caracterizada por cinco processos distintos:

> 1) O processo de financeirização da economia-mundo centrado na hegemonia em declínio; 2) A ascensão de novos centros de acumulação de

47 ARRIGHI, G. e Silver, B. J. (orgs). Caos e governabilidade no moderno Sistema Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da UFRJ, 2001, p. 40-41.

> poder e riqueza; 3) A obsolescência das instituições internacionais; 4) A perda da capacidade coercitiva relativa do poder hegemônico; 5) Guerra dos trinta anos. (REIS; HENDLER, 2010, p. 5-6)

O processo de financeirização do ciclo sistêmico de acumulação hegemônico, abre precedente para iniciar expansões materiais em outros Estados-nações – os processos demonstram que dois se destacam – um destes optam pelo confronto político direto com a hegemonia declinante, o outro, ciclo de acumulação inovador, limita-se a concorrer com o ciclo hegemônico na esfera econômica, evadindo, quando possível, das rivalidades políticas e militares.

Destarte, o ciclo de acumulação hegemônico com suas vantagens competitivas reduzidas ou anuladas perde seu apelo consensual (*soft Power*) e sua superioridade coercitiva (*hard Power*), ambos aspectos fundamentais para manutenção da hegemonia, tendo início a obsolescência das instituições internacionais e a perda da capacidade coercitiva (aspectos que caracterizam o caos sistêmico).

As obsolescências das instituições internacionais ocorrem quando os mecanismos jurídicos e os argumentos ideológicos não conseguem absorver as transformações ocorridas no sistema-mundo, os novos *players* não mais se sujeitam a governabilidade e às regras imposta pela hegemonia, o apelo ideológico é questionado, acirrando ainda mais a competição, contribuindo assim, para intensificação do caos sistêmico.

A perda da capacidade coercitiva relativa do poder hegemônico é quando a assimetria de poder bélico, predominante durante a fase de governabilidade se esvai quando novos *players* utilizam de sua expansão financeira para desenvolver métodos de guerra, cujo objetivo perpassa em fazer frente ao poder hegemônico. Deste modo, com aumento da belicosidade dos outros sistemas sociais, a hegemonia é obrigada a aumentar seus gastos em defesa, o que assola ainda mais a sua economia. Tendo como consequência a perda da capacidade coercitiva relativa criando um vácuo de poder que estimulando os novos *players* avançar para conquistas na área econômica e territorial.

O *soft Power* tende a predominar no auge da hegemonia, entretanto, quando o apelo ideológico começa a enfraquecer, o *hard Power* tende a ser mais usado para compensar as desvantagens econômicas e os reveses políticos. Assim o confronto entre a hegemonia decadente e um poder em ascensão torna-se praticamente inevitável.

O clímax do caos sistêmico é dado por uma guerra, a primeira guerra derivada do caos sistêmico fora a Guerra dos trinta anos, a qual dera origem ao nome das guerras estruturais

dentro do ciclo sistêmico de acumulação.

A guerra dos trinta anos caracteriza-se pela imbricação dos quatro elementos[48] anteriores, tornando o conflito armado cada vez mais provável (Arrighi, o vê como inevitável), formando o clímax do caos sistêmico, a crise terminal da hegemonia. O padrão dessa guerra, é a formação das alianças, o aspirante a hegemonia do sistema mundo, expansionista, contesta diretamente a ordem mundial centrada na hegemonia em declínio e persegue a conquista através da força das fontes de poder e riqueza. Como resposta surge uma coalizão de unidades políticas ameaçadas por esta expansão, que são lideradas pela hegemonia em declínio, mas, sobretudo, por outro modelo de acumulação que, como a aspirante a hegemonia do sistema mundo, surgiu da expansão financeira centrada na hegemonia. A *Guerra dos trinta anos* é, portanto, a substituição de uma hegemonia pela outra, após ambas terem lutado lado a lado contra aspirante hegemonia do sistema mundo.

48 Financeirização do sistema social; A obsolescência das instituições internacionais; A perda da capacidade coercitiva relativa do poder hegemônico; A perda do *Soft Power*.

5 ESPAÇO

O espaço, tanto na teoria do sistema mundo quanto no ciclo sistêmico de acumulação, apresenta-se muitas vezes de forma metafórica, sente-se uma ausência com relação ao constructo teórico.

O Espaço se faz como uma categoria complexa de furtiva definição. Pode-se dizer que há tantas definições de espaços quanto o número de geógrafos. Entretanto, essa definição seria errônea, seria uma definição de um espaço delimitado, ou seja, de um espaço adjetivado. Como exemplos: “Os espaços metafóricos, liminar, pessoal, social ou psíquico”. (HARVEY, 2012, p. 8)

Dentro da ciência geográfica, o filósofo e sociólogo Henry Lefebvre contribui para o aparecimento de um viés importante na geografia, a chamada geografia crítica.

O primeiro avanço de Henry Lefebvre (2006), se faz por compreender que o espaço não é algo dado, natural. Para ele o espaço é produção – não entendido somente como a produção de objetos ou como um produto social acabado. O espaço se apresentaria como uma construção social, isto é, um processo.

O espaço seria uma produção de *formas-conteúdos* Ou seja, em cada *forma* do espaço tem-se a existência de um *conteúdo* velado, ofuscado por aquela formação. Pode-se dizer que ocorre um processo análogo ao fetichismo da mercadoria, isto é, tem-se um fetichismo do espaço, em outras palavras, aliena-se do espaço suas relações sociais e modos de produção. (LEFEVBRE, 2006)

O conteúdo, portanto, seria as relações sociais, o modo de produção que engendra aquela conformação. Ou seja, o espaço é a história de sua produção e reprodução.

Deste modo, o espaço é um devir, está sempre tornando-se espaço, sempre produzindo e se reproduzindo de acordo com as relações sociais homem-homem e homem e natureza.

5.1 As formas geográficas

Milton Santos (1979), embora não cite Lefebvre, contribui para uma maior compreensão da relação entre as forma-conteúdo e as mudanças sociais. O autor afirma que as

“formas transferidas de uma formação socioeconômica[49] para outra podem comportar a força de modificar esta última.” (SANTOS, 1979, p. 153)

Santos (1979) parte da afirmação que os objetos produzidos pelas economias centrais carregam em seu conteúdo uma potencialidade, uma intencionalidade e finalidade. Estes conceitos, Santos deriva de Hegel e de Tranc-Duc-Thao.

Hegel compreende que os objetos são dotados de “conteúdo e finalidade”[50]. Já para Tranc-duc-Thao os objetos teriam uma “forma de intencionalidade”.

Deste modo, as coisas possuem conteúdos, uma espécie de força modificadora. Santos, alega que a ideologia e os métodos do planejamento urbanos da década de cinquenta e sessenta caíram em descredito e as *formas* seriam um mecanismo mais sútil para manter a produção de espaço para a acumulação e a circulação do capital. Como Santos (1979, p. 155) assevera,

> Não mais se pode ver as formas como desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos. Como um resultado de outro sistema de relações, em uma outra Temporalidade e em uma outra Totalidade – em poucas palavras, num sistema diferente de determinações – elas tornaram-se dotadas da força de gerar novos relacionamentos.

Para o autor, a dinâmica do capital se dava pela inserção das formas e estruturas juntas, o que necessitaria de uma maior submissão dos territórios que eram constrangidos a está ação. Contudo, ele afirma, após a década de setenta, sobretudo nos países cujo governo tentam se fechar a esta dinâmica – como o caso dos países não alinhados ou de orientação socialista, que o capitalismo se insere através das *formas*.

> As formas não constituem apenas uma figura de matéria vagamente percebida; elas são uma figura de matéria que comporta uma finalidade a ser cumprida. Todas as formas são dotadas de uma estrutura técnica que compromete o futuro. Isto se torna ainda mais intenso no presente período tecnológico. (SANTOS, 1979, p.164)

Quando novas formas são assimiladas em um dado território possuem um conteúdo importado, isto é, ela contém um modo de produção específico de outros territórios como parte do seu conteúdo. Deste modo, incorporar novos objetos significa incorporar um modo de produção.

---

49 Para Santos, a Formação Econômica Social seria “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as **forças externas** de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”. (grifos nossos, SANTOS, 1977)

50 HEGEL, 1821 apud SANTOS, 1979, p. 154.

A nova forma produz um novo relacionamento entre os habitantes daquele território e os objetos, criando nestes uma dependência crescente que produzirá um outro espaço. Nos dizeres de Milton Santos (1979, p. 165): “As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas”.

Neste trabalho interpreta-se a questão da forma-conteúdo de maneira distinta de Milton Santos, parte-se da mesma noção que as formas podem produzir transformações nos territórios. Contudo, diferencia-se por não utilizar a categoria “formação socioeconômica”. Nesta monografia, trabalha-se com uma única categoria, o sistema mundo.

5.2 A categoria espaço

Para Lefebvre (2006, p. 68), o espaço seria uma relação dialética tripla entre o percebido-concebido-vivido ou, em termos de espacialidade, prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação. Para simplificar as nomenclaturas, neste trabalho, conceitua-se como: Espaço concebido, percebido e vivido.

O espaço percebido[51] se faz como o espaço material, o espaço da experiência, da percepção. Conceitua-se como o *lócus* da interação tátil e sensorial com a matéria. Harvey, de maneira sucinta, o explica:

> O espaço material corresponde simplesmente para nós, humanos, ao mundo da interação tátil e sensorial com a matéria, é o espaço da experiência. Os elementos, momentos e eventos deste mundo são constituídos da materialidade de algumas qualidades. A maneira pela qual representamos este mundo é outra coisa, mais ainda aqui nós não concebemos ou representamos o espaço de maneira arbitrária; nós procuramos as descrições apropriadas, se não exatas, das realidades materiais que nos circundam por meio de representações abstratas (palavras, gráficos, cartas, diagramas, imagens, etc). (HARVEY, 2012, p. 19)

O espaço concebido é a maneira de representar o espaço, ou seja, são as imagens, as conceituações, as teorias, os modelos de compreensão, a poesia, o romance, são todas as tentativas de representar o espaço. E, mais do que isto, é o modo o qual se projeta, se pensa o espaço, sendo assim, um modelo arbitrário sobre a realidade. Como Lefebvre salienta:

---

51 Cf. “A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço”. (LEFEBVRE, 2006, p. 65)

> As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas "retalhadores" e "agenciadores", de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e "canhões"). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente". (LEFEBVRE, 2006, p. 66)

O espaço vivido é o espaço do cotidiano, do uso. É lócus da ação, da história do presente, se faz como o espaço do confronto com as geometrias, teorias e pensamentos impostos pelas concepções do modo de viver. Em outras palavras, é a confrontação entre o modo de conceber (o espaço concebido) e o vivente, ou seja, a ação de sua percepção quanto usuário, habitante na produção do espaço.

> Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos "habitantes", dos "usuários", mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais". (LEFEBVRE, 2006, p. 66)

Salienta-se que a decomposição tripartite é esquemática, embora, a compreensão do espaço se faça pela tríade dialética, ou seja, da relação entre os conceitos expostos. Harvey exemplifica como o conceito se daria de forma dialética.

> Os espaços e os tempos da representação [espaço vivido] que nos envolvem e nos rodeiam na nossa vida cotidiana afetam tanto nossas experiências diretas quantos nossa interpretação e compreensão. Podemos nem mesmo notar as qualidades materiais [espaço percebido] dos agenciamentos espaciais incorporados na vida cotidiana, porque nós nos conformamos espontaneamente às rotinas. No entanto, através das rotinas materiais cotidianas nós compreendemos o funcionamento das representações espaciais [espaço concebido] e construímos espaços de representação [espaços vividos] para nós mesmo (por exemplo, o sentimento intuitivo de segurança de um bairro familiar ou por sentir-se "em casa"). (HARVEY, 2012, p. 20)

Pode-se dizer que o espaço, de forma dialética, se produz pela concepção, pela materialização e pela vivência da sociedade. Contudo, Lefebvre assevera, esta dialética não se dá de forma homogênea, e sim desigual, no qual o espaço concebido constrange, domina e subordina o espaço vivido, o moldando a seu modo, a partir de suas concepções, ideologias e

práticas sociais (LEFEBVRE, 2006, p.69). Como o próprio Lefebvre salienta:

> Talvez seja preciso ir mais longe e admitir que os produtores de espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os "usuários" suportam o que se lhes é imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação [vivido]. (LEFEBVRE, 2006, p.73)

Para H. Lefebvre (2006, p. 69), o espaço concebido possui em suas formas um preenchimento de saber - "conhecimento e ideologia misturadas" - sempre relativos e em transformação. Este conteúdo, seria anos depois interpretado por Milton Santos (1979)[52] como a intencionalidade das formas ou, em sua conceituação, "estruturas técnicas" que abrigam "potencialidades".

Todavia, pode-se pensar, de onde vem as representações dos pintores, arquitetos, planejadores, urbanistas? À quem serve essas concepções? Lefebvre (2006) aponta que seria a partir de uma perspectiva de mundo, a partir de *uma* prática social.[53]

As *formas*, os planejamentos, a geometria que se espraia a partir de espaços concebidos, adentram na prática social e política de outros sistemas sociais[54], isto é, de outras totalidades, de outros "mundos". O espaço que recebe essas "novas" formas estabelece novas relações – objeto-pessoas – no espaço vivido, o qual altera e transforma o lugar.

> O espaço de representação, vividos mais que concebidos, não constrangem jamais à coerência, não mais que à coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. (LEFEBVRE, 2006, p. 70).

O espaço vivido "se vê, se fala; ele tem núcleo ou centro afetivo, o ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; a praça, a igreja, o cemitério" (LEFEBVRE, 2006, p.70). É lugar das situações vividas, das paixões e ações.

A partir das categorizações apresentadas compreende-se que o espaço é produzido, há uma história. Contudo, Lefebvre assevera que

---

52 Cf. "Na verdade, os mais recentes avanços tecnológicos equipam as economias centrais de objetos cuja estrutura técnica abriga potencialidades, no sentido conferido a este termo por Hegel para que os objetos são dotados de"conteúdo e finalidade" (in Knox, Intr., 1962, p.312) e por Tran-Duc-Thao (1971, p. 207) que afirma terem eles uma "forma de intencionalidade". (SANTOS, 1979, p. 154)

53 Cf. "Se é certo que os arquitetos (e os urbanistas) têm uma representação do espaço [concebido], de onde eles a tiraram? Em proveito de quem ela se operacionaliza? Se é certo que os 'habitantes' têm um espaço de representação (vivido), um curioso mal entendido começa a se elucidar. O que não quer dize que ele desaparece na prática social e política" (LEFEBVRE, 2006, p. 73).

54 Lefebvre não fala em sistemas sociais, neste momento faço uma interpretação a partir das categorias expostas nesse trabalho.

> A história do espaço não pode se contentar em estudar esses momentos privilegiados: a formação, o estabelecimento, o declínio e o estilhaçamento de tal código. Ela não pode deixar de lado o global: os modos de produção como generalidades, as sociedades particulares que eles englobaram com suas singularidades, eventos, instituições. A história do espaço periodizará o processo produtivo de uma maneira que não coincidirá exatamente com as periodizações admitidas. (LEFEBVRE, 2006, p. 78)

Assim, compreender as transformações de um modo de produção a outro seria o foco desta história do espaço. Pois estas se inscrevem no espaço, o subvertendo a sua lógica. Cada modo de produção apropriar-se-ia de um espaço e, assim, um novo espaço se produz no rompante desta transição[55].

Quando se pensa na história do presente, sobretudo nas formas que se fazem tão preenchidas de finalidade, poder-se-ia pensar em um espaço absoluto? Para Lefebvre o espaço absoluto se daria num tempo anterior a história do homem.

O espaço absoluto seria o espaço-natureza. Seriam as formas em suas qualidades intrínsecas, despidas de um conteúdo engendrado pelos homens.

> O espaço absoluto consiste em fragmentos da natureza, em lugares eludidos por suas qualidades intrínsecas (caverna ou cume, fonte ou rio), mas dos quais a consagração termina por esvaziá-los dessas características e particularidades naturais. O espaço-natureza se povoa de forças políticas. A arquitetura subtrai à natureza um lugar para aprestá-lo ao político através de um simbolismo (...)" (LEFEBVRE, 2006, p. 78)

A partir de um espaço absoluto, os viventes em relação com os objetos produzem um espaço relativo, ou seja, histórico. Contudo, como Lefebvre (2006, p. 79) assevera, "o espaço absoluto não desaparece (...), ele persiste como camada ou sedimento do espaço histórico".

O espaço histórico rompe a naturalidade do espaço absoluto, cada sistema social surgiria produzindo paisagens a partir de seus gêneros de vida. Neste período, no ocidente, um sujeito se apresenta a dominar, a "cidade histórica".

O trabalho no espaço absoluto, que se fazia como reprodução social, se torna uma abstração, um trabalho social abstrato e, assim, produz o espaço abstrato"[56]. Como Lefebvre

---

55 Cf. "Trata-se, afinal, de declarar que a passagem de um modo de produção a outro apresenta o maior interesse teórico, enquanto efeito de contradições nas relações sociais de produção, que não podem deixar de se inscrever no espaço, subvertendo-o. Cada modo de produção tendo, por hipótese, seu espaço apropriado, um novo espaço se produz durante a transição. O modo de produção considerado como acabado (sistema fechado) passa por objeto privilegiado; o pensamento ávido de transparência ou de substancialidade ou de ambos tem uma predileção por um tal 'objeto'. Ao contrário, as transições revelarão a produção de um espaço novo, pela sequência ordenada. " (LEFEBVRE, 2006, p. 76-77)

56 Cf. "Um 'sujeito' domina esse período: a cidade histórica ocidental, com seu território que ela domina. No

(2006, p. 80) explica,

> Esse espaço abstrato assume a sequência do espaço histórico, que também nele persiste como sedimento e suporte, que vai se debilitando, de espaços de representação. O espaço abstrato funciona "objetalmente" como conjunto de coisas-signos, com suas relações formais: o vidro e a pedra, o cimento e o aço, os ângulos e as curvas, os plenos e os vazios. Esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias. A significância de um tal conjunto remete a uma sobre-significância que escapa ao sentido: o funcionamento do capitalismo, ao mesmo tempo estilhaçante e dissimulado. O espaço dominante, o dos centros de riqueza e de poder, se esforça para aprestar os espaços dominados, os das periferias.

O espaço abstrato torna-se altamente complexo, espraia-se engole todos outros "pseudos-sujeitos", a aldeia, a cidade, a cidade-Estado, uma entidade se erige, o Estado absoluto e posteriormente o Estado-nação[57].

A lógica do Estado e a lógica do capital produziram um espaço abstrato que contém a acumulação como sua lógica, as quais se espraiaram engendrando suas dinâmicas em todo o globo. Este espaço se produziu a partir de mudanças estruturas, de inserção de novas *formas*, de planejamentos em territórios cujos modos de produção se imbricavam com a reprodução da vida.

O espaço abstrato se apresenta "sobre as formas de enormes redes de bancos, centros de negócio, de grandes unidades de produção". (LEFEBVRE, 2006, p. 85)

Pode-se interpretar em Ruy Moreira (2015) uma sistematização dessa noção de produção do espaço abstrato de H. Lefebvre. Moreira (2015, p. 112) afirma que "trata-se de explicar o visível pelo invisível e o invisível pelo visível, numa reciprocidade de análise que força a geografia mobilizar recursos de outras ciências". Ou seja, trata-se de analisar dialeticamente forma e conteúdo, como já salientado por Lefebvre.

Moreira (2015), na figura 5, expõe de forma esquemática como seria a representação da sociedade capitalista a partir da concepção crítica.

---

curso desse período, a atividade produtiva (o trabalho) deixa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social; ela se desprende, mas para se tornar a presa da abstração: trabalho social abstrato, espaço abstrato. " (LEFEBVRE, 2006, p. 80)

57 Cf. Haveria, portanto, o pseudo-sujeito aparente, impessoal, o Se abstrato, o espaço social moderno – e, escondido nele, velado por sua transparência ilusória, o verdadeiro "sujeito", o poder estatista (político). Nesse espaço, e sobre ele, tudo se declara: se diz e se escreve. Enquanto há pouco a dizer, ainda menos a viver. O vivido se esmaga. O concebido o assalta. (LEFBVRE, 2006. p.82)

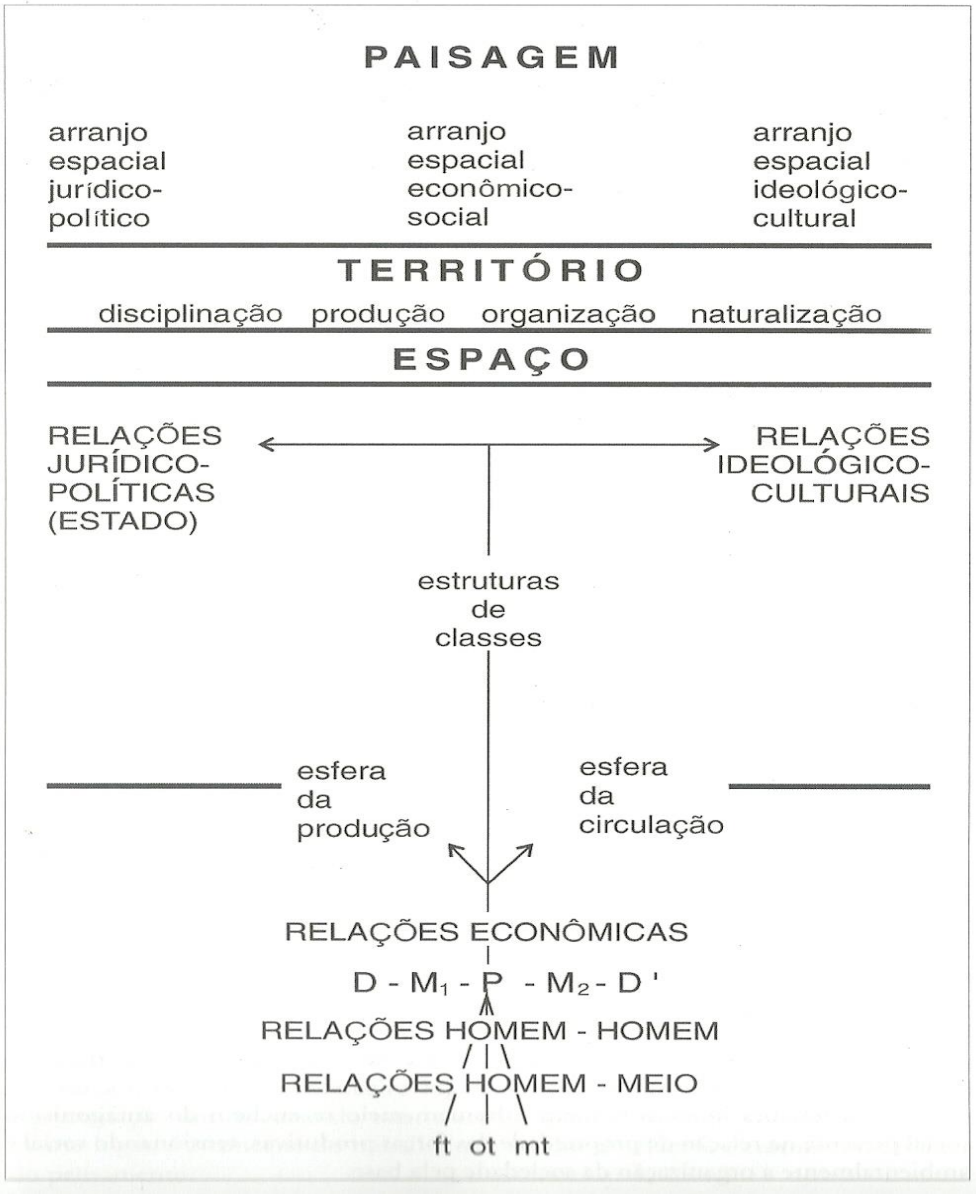


Fig. 5 A produção do espaço: Uma representação da sociedade capitalista. Fonte: MOREIRA, 2015, p. 113.

Partindo da paisagem ao conteúdo, isto é, do visível para invisível, Moreira salienta cinco passos.

1. A paisagem é formada por um arranjo de distintos objetos espaciais como: "o cinema, a igreja, a escola, o quartel, a delegacia, o fórum, a prefeitura, a fábrica, a mina, a loja, a fazenda etc." (MOREIRA, 2015, p. 114)

2. Os objetos da paisagem são distintos pelos conteúdos, pois estes, são a expressão particular dos modos de relação que se entrecruzam no interior do arranjo. Ou seja, "relações ideológicas ou culturais (o cinema, a igreja, a escola), relações jurídicas e políticas (o quartel,

a delegacia, o fórum, a prefeitura), relações econômicas (a fábrica, a mina, a loja, a fazenda).” (MOREIRA, 2015, p. 114)

3. Ao analisar os conteúdos desvelam-se a compreensão de estruturas como: “as relações econômicas de produção (fábrica, a mina, a loja, ou a fazenda) e de circulação (o mercado, as empresas de transporte, os meios de comunicação ou de transmissão de energia), formando a infraestrutura, naturalizando (relação ideológico-cultural), disciplinarizando (relação jurídica) e consensualizando (relação política) as tensões (de classes, ambientais etc.) da infraestrutura” (MOREIRA, 2015, p. 114)

4. A análise das tensões, por sua vez, desvela o conceito classe.

5. E, por fim, a partir dessa percepção-explicação tem-se a relação homem-espaço ou homem-natureza.

A leitura da figura 5 pode ser feita de forma inversa, ou seja, do invisível para o visível, da aparência ao conteúdo.[58]

1. Parte-se do conceito de trabalho[59], isto é, da relação homem-meio, “na qual as forças produtivas (ft = força de trabalho, ot= objeto do trabalho e mt = meio de trabalho) se articulam ao redor da tarefa de transformar a natureza de valor de uso em meios de produção e mercadoria. ” (MOREIRA, 2015, p. 114)

2. O conceito de propriedade separou a força de trabalho[60] (ft) e os meios de produção[61] (mt), definindo a relação homem-homem, isto é, proprietários e não proprietários.

3. A relação homem-meio, na sociedade capitalista, é determinada a partir da relação de compra e venda, entre proprietários e forças produtivas.

4. Deste modo, o contraditório entre proprietários e forças produtivas engendram as relações homem-homem e homem-meio.

5. As relações econômicas produzem um espaço dividido em duas esferas: a esfera da produção, cuja *forma* se apresenta pela fábrica, mina, fazenda; e circulação, a qual a *forma* apresenta-se pelas lojas, comércio, vias de transporte, meios de comunicação e redes de transmissão de energia. Ambas lógicas se integram na fórmula D-M1-P-M2-D'[62].

---

58 Cf. MOREIRA, 2015, p. 114-115

59 O trabalho categoria cunhada por Hegel é entendia como a “mediação entre o homem e seu mundo” (Abbagnano 2000), isto é, o homem sendo diferente dos animais, não consome diretamente o produto natural, mas o elabora, transforma, conferindo-lhe uma destinação, finalidade. Salienta-se que só através do trabalho o homem, se torna homem, pois é o ato de transformar a natureza que o faz modificar sua forma de pensar e agir.

60 Força de trabalho (ft) pode-se ser conceituado como “[a] energia física e intelectual de trabalho” do ser humano (MOREIRA, 2015, p. 114).

61 “Meios de produção, isto é, objetos e meios de trabalho” (MOREIRA, 2015, p. 114)

62 “D= capital dinheiro; M1 = mercadorias, força, objeto e meios de trabalho; P = processos de transformação

6. A fórmula D-M1-P-M2-D' configura-se de forma ampliada como o movimento dos ciclos do capital.

7. Para que as tensões entre proprietários e não-proprietários não se generalize, atuam as relações de superestrutura cujo objetivo é naturalizar (ideologia e cultura), disciplinar (as instituições jurídicas) e consensualizar (a política) esta criação de mundo.

8. Os conteúdos dão vida a organização e a fisionomia dos objetos da paisagem.

Para Moreira (2015, p.115) é a dialética da forma ao conteúdo do conteúdo a forma que permite a compreensão do "concreto-pensado". E, deste modo, desvelam-se o espaço, o território e a paisagem ao geógrafo.

Deste modo, as *formas (*como a indústria, os mercados, os objetos em geral) e as estruturas (o modo de produção) quando analisadas no espaço abstrato, isto é, no espaço-tempo do capitalismo histórico, percebe-se que estas advêm de imposições de um outro sistema social.

Compreende-se que as introduções dessas novas formas implicam em destruição das antigas, ou seja, a destruição das relações objetos-pessoas que se produziram através da história local. Conclui-se que o lugar, o espaço vivido, se constrange ao espaço concebido, o qual é concebido a partir de um único sistema social, o sistema mundo.

Assim, o capitalismo histórico[63] se expande, se produz e reproduz. E, sobre esta questão da expansão espacial do capitalismo, o qual Harvey sugere, se dá a partir das crises de superacumulação, ter-se-á que se debruçar.

---

dessas formas velhas em foras novas de mercadoria; M2 = mercadoria a ser posta à venda no mercado; D'= o capital dinheiro retornando em escala ampliada pela venda da mercadoria dois com o acréscimo do lucro, sob o comando da lei da reprodução ampliada. " (MOREIRA, 2015, p. 2015)

63 Capitalismo histórico, como afirma Wallerstein (2001), é sinônimo de Sistema mundo.

6 AJUSTE ESPACIAL

A teoria do "ajuste espaço-temporal"[64] advém da concepção lefebvriana do espaço como produção, o qual alega, entretanto sem explicar, que "o capitalismo sobrevive mediante a produção de espaço" (LEFEBVRE apud HARVEY, 2009, p. 77). David Harvey retoma e avança a afirmação, localizando-a nos "processos de formação e resolução de crises" (HARVEY, 2009, p.93), ou seja, no interior da lógica capitalista, os processos de produção do espaço.

Harvey identifica que tanto Lenin quanto Rosa Luxemburgo, a partir da categoria Imperialismo, discutem o espaço, todavia sem notarem o papel fundamental da dinâmica espacial no interior do imperialismo.

> É certo que tanto Lenin como Rosa Luxemburgo, embora por razões distintas e usando formas bem diferentes de argumentação, consideram que o imperialismo – certa forma de produção e uso do espaço global – era resposta do enigma, mas em ambos os casos essa solução era finita e, por conseguinte, repleta de suas próprias contradições terminais. (HARVEY, 2009, p. 77)

A procura de respostas sobre a produção do espaço no interior do sistema capitalista, faz Harvey retornar às teses de Johann Heinrich von Thünen[65] e Karl Marx, neste último, sobretudo em seu último capítulo do Capital, Tomo II, o qual discorre sobre "a teoria moderna da colonização" (MARX, 1996, p. 383), analisando ambos como uma resposta as inquietações deixadas em aberto por Hegel. Como o próprio Harvey salienta:

> A abordagem de Marx sobre colonização e a doutrina de Von Thünen sobre o salário fronteiriço constituem suas respectivas respostas a uma questão deixada em aberto por Hegel: o papel da expansão geografia e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo. (HARVEY, 2005, p. 98)

Para compreender o ajuste espaço-temporal ter-se-á que voltar aos fundamentos que a fizeram erigir, acompanhando Harvey (2005), far-se-á um sucinto resumo dos conceitos basilares tomados das teorizações de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), Johann

64 Em certas traduções para língua portuguesa apresenta-se como ordenamento espaço-temporal.
65 Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) fora um economista alemão, fundador da econometria e um dos criadores do estudo econômico do espaço. É considerado o fundador das análises espaciais a partir de modelos de localização agrícola. (LAROUSSE, 2016)

Heinrich von Thünen (1783-1850) e Karl Marx (1818-1883).

6.1.1 O Estado como realidade "ética"

Segundo Harvey (2005, p. 98), Hegel, em sua obra *Filosofia do Direito*, "expõe características de uma teoria econômica do imperialismo capitalista". Para Hegel (apud Harvey, 2005) a resolução dos problemas de um Estado se daria por duas vias: imperialismo, ou seja, pela expansão e dominação territorial; ou pela intervenção Estatal. Vejamos suas categorias para compreender tal ideação.

Para compreender o Estado moderno, em Hegel há duas categorias essências, a saber: a família e a sociedade civil. A família "como esfera da vida ética dominada pelo altruísmo privado e pessoal" (HEGEL[66] apud HARVEY, 2005, p. 98). A sociedade civil entendida como lócus do "egoísmo universal", isto é, onde "cada indivíduo busca usar os outros como meios para seus próprios fins" (HEGEL apud HARVEY, 2005, p. 98).

Essa tensão entre família e sociedade civil, para Hegel, pode ser superada através da "consciência universalista", consciência esta que se apresenta e se objetiva nas instituições do Estado moderno.

Hegel (apud HARVEY, 2005) rejeita as teses de "mão invisível" do mercado, alegando a impossibilidades destas de frenar o egoísmo e a cobiça universal, apostando que somente um Estado intervencionista e ético seria capaz de frear.

> (…) afirma Hegel, porque o trabalho, como mediador ativo entre "homem" e "natureza", é, necessariamente, a derradeira fonte de toda a prosperidade – a teoria do trabalho em relação ao valor está correta. No entanto, o trabalho provado é socializado por meio de um sistema de mercado baseado no egoísmo e na cobiça universal, enquanto o lucro, necessariamente, acarreta na apropriação do produto do trabalho de uma pessoa. Além disso, a lógica da busca do lucro significa uma compulsão no sentido da transformação perpétua das necessidades sociais – cada um procura criar uma nova necessidade no outro – acarretando expansão perpétua tanto da produção como do consumo. Essa dinâmica produz contradições tão violentas, que a sociedade civil, deixada aos seus próprios expedientes e sem a intervenção do Estado moderno racional, acabaria, com certeza, na beira da catástrofe total. O intervencionismo do Estado se justifica inteiramente. (HARVEY, 2005, p. 99).

Hegel demonstraria, assim, as contradições de uma sociedade civil envolta na lógica

66 HEGEL, G. **Philosophy of Right.** New York, 1967.

da busca do lucro, asseverando que a expansão do lucro coincidiria com o declínio do padrão de vida. Como afirma Hegel,

> Quando a sociedade civil está num estado desimpedido de atividade, ela se engaja na expansão interna da população e do setor industrial. A acumulação de riqueza se intensifica por generalizar (a) a ligação dos homens pelas suas necessidades, e (b) os métodos de preparação e distribuição dos meios para satisfazer essas necessidades, pois é a partir desse processo duplo de generalização que se obtêm os maiores lucros. Esse é um lado da situação. O outro lado é a subdivisão e a restrição de determinados trabalhos. Isso resulta na dependência e na desgraça da classe associada a trabalhos desse tipo (HEGEL, 196, p. 149-150 apud HARVEY, 2005, p. 100).

Para deter esse declínio do padrão de vida, Hegel analisa três soluções: a cobrança de imposto dos ricos para favorecer os pobres; o Estado amparar os pobres; o Estado ofertar mais trabalho. Essas soluções, para o autor são consideras inaptas à resolução do problema (HARVEY, 2005, p. 100). Assim, parte-se para solução imperialista, a qual o autor enxerga na fundação de colônias a saída para constituição de uma maior demanda. Deste modo, solucionaria os problemas causados pela superprodução e subconsumo da sociedade civil. Como Hegel (apud Harvey, p. 101) explica,

> (…) a crescente acumulação de riqueza, por um lado, e a produção de uma "ralé penuriosa", mergulhada nas profundezas da miséria e do desespero, por outro lado criam o cenário para instabilidade social e a guerra entre classes, que não pode, segundo sua análise, ser mitigada por qualquer transformação *interna* no funcionamento da sociedade civil. A superprodução e o subconsumo, provocados por desequilíbrios na distribuição da renda, também solapam a coerência interna do empreendimento industrial. A sociedade civil é forçada a buscar uma transformação externa por meio da expansão geográfica, pois sua "dialética interna" cria contradições, não admitindo soluções internas.

Seja como for, Hegel nos lega a intrigante questão: será que a sociedade civil madura pode se salvar das contradições internas através de um Estado moderno "ético" ou a salvação de uma sociedade civil capitalista se dará sempre a partir do "ajuste espacial", ou seja, através da expansão geográfica, da colonização, do imperialismo?

6.1.2 O salário fronteiriço

Johann Heinrich von Thünen, em seu livro de dois volumes, *The isolated State*, cria um modelo ideal (o Estado isolado) cujo objetivo, *a priori*, fora analisar ordenamento espacial

da produção agrícola e em seguida, o mesmo constructo fora utilizado para investigar as contradições sociais (HARVEY, 2005, p. 100). Como Harvey aponta,

> (…) o constructo ideal sobre o Estado isolado (…) [é] usado como ferramenta para analisar de que maneira se mantêm a estabilidade, a continuidade e a harmonia social numa sociedade civil cada vez mais ameaçada por desordens sociais, originárias dos crescentes antagonismos de classe e da progressiva pobreza das massas. (HARVEY, 2005, p. 102)

Harvey (2005) salienta que embora Von Thünen não cite Hegel diretamente, ele parte da mesma questão, ou seja, das contradições internas da sociedade e rejeita a ideia da mão invisível smithiana, passando para os questionamentos concernentes a solução das contradições inerentes da sociedade civil pela via interna ou externa.[67]

Para Harvey, Von Thüen explicita as contradições internas da sociedade capitalista de forma mais precisa do que Hegel. Ao afirmar que

> [A] fonte do infortúnio está no divórcio do trabalhador do seu produto. [Ou seja,] Nesse interesse contrário, portanto, jaz a razão pela qual o proletariado e os proprietários se oporão permanentemente como inimigos naturais, e manterão irreconciliados enquanto a divisão dos seus interesses não for eliminada". (THÜEN apud HARVEY, 2005, p. 103-104).

Para Thünen (apud HARVEY, 2005, p. 104), a questão central para solucionar este imbróglio entre capital e trabalho, se faria pelo conhecimento de qual seria a "*parte justa*, natural, do trabalho em relação ao produto que esse trabalho cria? "

A solução adotada fora a doutrina do salário fronteiriço. A fronteira de um "Estado isolado" seria o território comum, as terras sem donos, distantes da arbitrariedade dos capitalistas e concorrência de trabalhadores. Nas fronteiras nem mesmo os meios necessários a subsistência determina o valor dos salários. Desse modo, somente o produto do trabalho é o próprio padrão dos salários (HARVEY, 2005).

Thünen (apud HARVEY, 2005, p. 105) ainda salienta, caso os trabalhadores precisem ser mantidos numa colônia é necessário induzi-los

> a continuar a trabalhar para seus ex-empregadores por salários; os salários mais os juros que obtêm por emprestar o capital que foi necessário para estabelecer sua pequena colônia devem ser iguais ao produto do trabalho que pode ser produzido por uma família de trabalhadores em tal colônia.

---

67 Cf. " (…) Além disso, a linguagem e o aparato conceitual são muito hegelianos. Os paralelos são muito próximos para erem acidentais. Nas décadas de 1820 e 1830, dada a estatura de Hegel na vida intelectual alemã, torna-se muito improvável que Von Thünen ignorasse os argumentos de Hegel. " (HARVEY, 2005, p. 102)

Deste modo, Thünen deriva dos salários de fronteira a norma dos salários justos, cujo "produto total, a acumulação de capital e o padrão salarial ficam simultaneamente maximizados". (HARVEY, 2005, p. 104)

Entretanto, como os salários de equilíbrio podem ser instaurados na ausência de fronteiras reais?

Contudo, a propriedade privada surge, a população se adensa, os salários caem, as contradições sociais retornam. A solução dada por Thünen, não se faz pela via de um Estado ético, está hipótese é rechaçada. Para ele, a solução ainda assim se daria pela não-existência de fronteiras para capital e trabalho[68], ou seja, a não existência do próprio Estado a despeito do próprio nome de seu modelo – Estado isolado[69].

6.1.3 Expansão geográfica ou destruição de capital: A encruzilhada do capitalismo

Qualquer tentativa sumária de esclarecer um ponto no edifício teórico de Marx, já se faz como um desafio, sobretudo, pela escolha de Marx ao método dialético, considerando que ao analisar somente um conceito, um capítulo, seria falho. No entanto, esse tópico objetiva somente demonstrar os conceitos basilares que erigem a teoria do ajuste espaço-temporal.

Os três autores – Hegel, Von Thünen e Marx – se assemelham em três aspectos: a) consideram o trabalho humano como categoria fundamental, compreendendo a alienação entre o trabalhador e o produto; b) reconhecem e enfocam a tensão entre capital e trabalho; c) buscam como solução para as contradições internas (crises do capital e instabilidade social) as transformações internas e/ou externas. O que os diferencia – de forma simplista – seria o modo de desenvolver e solucionar essas questões e hipóteses[70].

Se para Hegel a resolução das contradições internas do capitalismo se dariam de forma ambígua, tendo como fim a produção de um suposto Estado "ético" ideal, para Marx a emancipação está no proletariado, "a classe que poderia verdadeiramente reivindicar consciência universal em virtude de sofrimento universal" (HARVEY, 2005, p. 111).

Marx desvela a "sagrada e eterna" lei da oferta e da procura ao demonstrar a capacidade de dupla ação dos capitalistas, uma vez que estes manipulam tanto a oferta como a

68 Expansão do assalariamento.
69 Cf. "Von Thünen é menos ambíguo do que Hegel. A harmonia social pode ser alcançada diretamente onde quer que a fronteira esteja aberta, e a mobilidade do trabalho e do capital esteja garantida" (HARVEY, 2005, p. 108-109).
70 Ver mais em Harvey, 2005.

demanda. Para ele, os capitalistas têm a possibilidade de controlar a oferta de mão-de-obra através do exército de reserva (desempregados, mulheres[71], crianças, camponeses expulsos da terra entre outros), ou pelo uso da tecnologia. Qualquer ameaça a esse controle da oferta e demanda é "[contraposta] por meios violentos e pela interferência do Estado" (MARX apud HARVEY, 2005, p. 112)

Quanto a questão fronteiriça levantada por Von Thünen, Marx demonstra que os capitalistas estão interessados em controlá-la, de modo, a não ser um território anômalo dentro do sistema capitalista, ou seja, cujo o lucro não é auferido. Como Marx explica:

> Mas como curar o câncer anticapitalista das colônias? Se se quisesse, de um golpe, transformar toda base fundiária de propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia — é verdade — o mal pela raiz, mas também — a colônia. A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada. Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, deveria ser usado pelo governo, por outro lado, para importar, na mesma proporção em que ele cresce, pobres-diabos da Europa para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista seu mercado de trabalho assalariado. Nessas circunstâncias, *tout sera pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*[72]. Esse é o grande segredo da colonização sistemática. (MARX, 1996, p. 390-391)

Para Marx, abolir a pobreza sem destruir os grilhões paternalistas entre a classe capitalista e o trabalhador seria uma vã ilusão. As soluções apresentadas por Von Thünen poderia conseguir no máximo um ocasional relaxamento das tensões e contradições.

Desse modo, Marx indica a impossibilidade de um ajuste espacial permanente como solucionador de contradições internas. Fechando, assim, a questão deixada por Hegel (HARVEY, 2005).

Se as contradições internas de um dado Estado não se resolvem de modo permanente

---

71 Wallerstein explica o motivo do pouco entusiasmo pela proletarização total por parte dos empregadores, ele assevera que o modo de produção capitalista criou a divisão de trabalhos produtivos e improdutivos, assim, o cuidar da casa, do campo, da subsistência tornou-se um trabalho menor, contudo, este "trabalho improdutivo" ainda sim reverbera no sistema capitalista, tendo em vista que o trabalhador(a) que possui uma base familiar produtiva de trabalhos ditos improdutivos seriam mais suscetíveis a aceitar trabalhos abaixo do valor de sua subsistência, numa última instância, o capitalista se apropriaria também deste trabalho. Desse modo, conclui-se que a cultura machista se atrela a lógica do capital. Cf. Wallerstein, 2001, p. 23-27.

72 Tudo será como o melhor dos melhores mundos possíveis. (tradução nossa)

pelo ajuste espacial, o quão longo seria essas resoluções? O ajuste espacial seria a fórmula de resolução das crises do capital de forma momentânea?

Harvey (2005) salienta que o tema é controverso e possui inúmeras interpretações, mas que de forma simplificada no interior da teoria marxiana, pode-se extrair como as crises de superacumulação e de desvalorização poderiam ser remediadas através da expansão geográfica. Como o próprio Harvey afirma:

> (...) trabalhei com uma versão muito simplificada, em que capitalistas distintos, presos à luta de classes e coagidos pela competição intracapitalista, são forçados a ajustes tecnológicos, que destroem a possibilidade relativa à acumulação equilibrada, e, desse modo, ameaçam a reprodução tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora. O produto final de tal processo é uma condição de *superacumulação* de capital, definida como excesso de capital em ralação às oportunidades de empregar esse capital rentavelmente. Esse excesso de capital pode existir como excedentes de mercadorias, de moeda, de capacidade produtiva, e também leva a um excedente de força de trabalho (desemprego ou subemprego amplo). A única solução efetiva para tais crises, na ausência do ajuste espacial, é a *desvalorização* do capital, como moeda (por meio de inflação), como mercadorias (por meio da superabundância no mercado e dos preços em queda), como capacidade produtiva (por meio de instalações, equipamentos, infraestrutura física etc. Ociosos ou subutilizados, culminando em falência), e a desvalorização da força de trabalho (por meio de decrescentes padrões reais de vida do trabalho). (HARVEY, 2005, p. 114-115)

Harvey (2005) aponta três observações de Marx, as quais poderiam ser usadas para corroborarem a tese do ajuste espacial, a saber: os mercados externos e o subconsumo; a exportação de capital para a produção; a expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva.

A questão dos mercados externos e o subconsumo se aflorariam nos casos em que as crises do capitalismo são expressas pela falta de demanda efetiva, ou seja, atribuíveis ao subconsumo. Assim, o ajuste espacial apareceria como uma possibilidade comercial, forçando outros territórios a consumirem os produtos abundantes do Estado em crise. Como Marx (apud HARVEY, 2005, p. 116) assevera, essa saída é temporária, “não é possível um país continuar a inundar o outro país com seus produtos (…) a não ser que o primeiro país seja capaz de dar ao segundo país algum proveito em troca”.

A exportação de capital para produção em contextos de excedente de capital (crise de superacumulação) sem poder ser (re)investido num dado Estado (interno) busca outras formas de investimentos. Uma dessas é os empréstimos para produção de outros países. Todavia, caso esse capital acumulado não seja investido será desvalorizado, colocando, deste modo, o país

acometido pelas contradições internas numa encruzilhada.

A expansão geográfica soluciona, temporariamente, as crises causadas pela abundância de capital, contudo, criando novos recursos produtivos em outros Estados, o que promoveria e estabeleceria novos centros rivais, que também em dado momento, devem ser responsáveis pelos seus próprios ajustes espaciais como um modo de conter as contradições internas vindouras.

As crises, até hoje, foram locais e regionais, uma crise realmente global acontecerá somente quando se esgotar todas as possibilidades de ajuste espacial. Como Harvey afirma:

> (...) as crises locais, regional e de mudança são algo normais para o funcionamento desse processo, a construção de uma crise verdadeiramente global do capitalismo depende do esgotamento das possibilidades para novas transformações revolucionárias[73] ao longo do curso do capitalismo (HARVEY, 2005, p. 118)

A expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva, ou, como Harvey denominou acumulação por espoliação, é a produção de excedentes de população para obtenção de mão de obra.

Marx divide o excedente populacional em três categorias: latente, flutuante e estagnada, Harvey se concentra em duas delas, a saber, latente e flutuante.

O excedente latente é possibilitado pela acumulação primitiva, ou seja, a separação camponeses, artesão e autônomos dos meios de produção ou o emprego de mulheres e crianças.

O excedente flutuante caracteriza-se pela combinação entre trabalhador e máquina, ora utiliza-se um, ora outro, levando em consideração a maximização da acumulação. Como Harvey salienta,

> Marx não submete esses processos a um exame detalhado, nem se ocupa sistematicamente com aspectos espaciais. No entanto, o fluxo de sua lógica aponta claramente para determinadas conclusões. *Numa* determinada sociedade civil, vista como sistema fechado, a acumulação vai se acelerar até serem absorvidos todos os elementos latentes e serem alcançados os limites do crescimento natural da população. Então progressivamente, devem ser levadas em conta as populações flutuantes como fonte de um exército de reserva industrial. A sociedade se livra do transtorno e alvoroço da acumulação primitiva e da destruição das relações familiares pré-capitalistas, passando a sofrer o trauma do desemprego tecnologicamente controlado (HARVEY, 2005, p. 119)

---

73 Como Harvey (2005, p. 118) salienta "a expansão geográfica e a intensificação do capitalismo são uma revolução realizada durante muitos anos".

O desemprego estrutural, demonstrado por Harvey, advindo da expropriação dos meios de produção e mantido pela tecnologia, possuem em si elementos de contradição. O aumento do uso acelerado e, de certo modo, descontrolado de tecnologia tem como fim uma crise de superacumulação. Ou seja, a produtividade é alavancada, diminuindo a demanda (HARVEY, 2005).

Deste modo, quanto mais os capitalistas utilizarem os excedentes flutuantes, ou seja, a tecnologia, mais crises de desvalorização ter-se-á. A solução para essas desvalorizações se dariam no campo da expansão geográfica, onde ter-se-ia, ainda, reservas latentes de mão-de-obra. Desta maneira, mitigando as crises de desvalorização.

Conclui-se que pode-se mitigar as tendências de crise a curto prazo através da expansão geográfica, todavia, as relações sociais que impulsionam as contradições internas (dialética entre capital e trabalho) são produzidas e reproduzidas numa escala geográfica ampliada.

Ao compreender as bases epistemológicas do ajuste espacial, passa-se a discutir o conceito propriamente dito.

6.2 Ajuste espacial

A própria palavra inglesa *fix* (“ajuste” e “conserto”), em seus dois significados, nos traz a dimensão deste conceito. Para Harvey (2009), a palavra em termos literais remete a fixação de capital no solo e metaforicamente num conserto para as sucessivas crises do capitalismo.

> O termo “ordenação” [fix] tem em meu argumento um duplo sentido. Determinada porção do capital total fica literalmente ordenada/fixada em termos de terra e na terra em alguma forma física por um período de tempo relativamente longo (dependendo de seu tempo vida física e econômica). Alguns gastos sociais (como educação pública ou o sistema de assistência médica) também são territorializadas e tornados geograficamente imóveis por meio de empenhos do Estado. A “ordenação” [ajuste] (*fix*) espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para um tipo particular de solução para crises de capitalistas por meio do adiamento temporal e da expansão geográfica. (HARVEY, 2009, p.98-99)

Os dois significados da palavra *fix*, encontram concretude na história, empregado literalmente remete a dependência da acumulação do capital com relação ao espaço.

Para que se possa produzir e reproduzir acumulação de capital necessita-se de

instalações construídas para esse fim, a saber, portos, ferrovias, estradas, aeroportos, redes de telégrafo, redes de telefone, sistemas de fibra óptica, redes de energia elétrica, oleodutos, rede de água e de esgoto, fábricas, escritórios, moradias, hospitais, escolas e etc. Todos esses se constituem como capital fixo, ou seja, capital embutido na terra, distinto do capital fixo que são móveis como, dinheiro, navios, caminhões, aviões e máquinas. Ao fixar infraestruturas "físicas *no* espaço", o capital consegue circular em todas as suas formas móveis "*pelo* espaço em busca do lucro máximo". (ARRIGHI, 2008, p. 226)

Já o sentido figurado do termo *fix*, como conserto, ajuste, remendo, contempla o que Marx (apud ARRIGHI, 2008. p.226) denominou "aniquilação do espaço através do tempo", destacando a ocorrência de uma acumulação de capital, que feita de maneira correta, tem como destino a redução e até a eliminação das barreiras espaciais.

Harvey supõe que a produção do espaço se deve a ajustes espaço-temporais, ou, para sermos mais conciso o "ajuste espacial", causados pela demanda de uma busca interminável de lucros. Em sua teorização, analisa a tendência da queda de lucro inerente ao sistema capitalista como uma questão espacial. Essa tendência do capitalismo é explicada por Karl Marx (apud HARVEY, 2009. p.78), o qual salienta que a tendência da queda da taxa de lucro tem como efeito produções de crises de superacumulação ou, como denominado por Arrighi, crises de acumulações intermináveis.

> Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis. (HARVEY, 2009, p, 78)

Sem maneira de conjugar capital e trabalho, entra-se num período de recessão, primeiramente em um dado território. Para sair deste imbróglio, o Estado-nação ameaçado por essa crise, tem como recurso a expansão geográfica de seu capital para novas áreas, sejam internas ou externas. Esta seria a resposta para esse capital excedente, evitando sua desvalorização.

Como expansão geográfica, entende-se que esses investimentos se centrariam em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo, assim, a produção e reordenação das relações espaciais se ofereceriam como um meio de atenuar, se não solucionar, a tendência à formação de crises estruturais do capitalismo.

Para Harvey, os processos gerais de produção do espaço estão presos aos processos de formação e resolução de crises do capitalismo, resume-se a teoria do ajuste espacial como,

> A sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrados como um acúmulo de mercadorias no mercado que não pode ser dissolvido sem uma perda, como capacidade produtiva ociosa e/ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo). Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos (com a educação e pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2009. p.94)

Compreende-se que Harvey ao abordar a teoria das "tendências da queda da taxa lucro" de Marx, enfoca seu aspecto espacial, criando um arcabouço convincente para resolução dos problemas de produção e reprodução do espaço capitalista.

Numa análise mais detida sobre o circuito do capital, Harvey busca compreender os processos de produção do espaço. Para ele, com uma crise de superacumulação, os fluxos de capital são retirados da produção e do consumo, ou seja, saindo do "circuito primário". Entretanto, essa mudança não ocorre de forma imediata, isso depende do papel crucial do Estado e dos agentes capitalistas. Como o autor afirma, "não se pode converter diretamente capitais excedentes na forma de camisas e sapatos num aeroporto ou instituto de pesquisa. **As instituições estatais e financeiras** detêm o poder-chave de gerar e oferecer títulos". (grifos nossos, HARVEY, 2009. p.97)

Com a diminuição do lucro, há níveis não aceitáveis, no circuito primário, os fluxos de capital se elevam para o circuito secundário ou terciário, ambos capitais de fixo de longo prazo.

No circuito secundário, os fluxos de capital se dividem em capital fixo para a produção – como instalações de fábricas, equipamentos, aumento da capacidade de geração de energia, linhas ferroviárias, portos e entre outros – e/ou na produção de um fundo de consumo, como é o caso do ramo imobiliário. Sendo que esses investimentos tanto podem servir para produção de espaços de produção como para espaços de consumo, é capital incorporado ao espaço para produzir mais capital, porém em longo prazo.

Os fluxos de capital que são investidos no circuito terciário, "definido como investimentos de longo prazo em infraestruturas sociais" (HARVEY, 2009. p.94), também podem ocorrer de duas maneiras: a) como pesquisa, treinamento profissional, entre outras. Ou seja, investimentos que serão diretamente reintroduzidos na produção; b) investimentos na

forma de compra títulos da dívida pública ou notas promissórias tendo como finalidade a criação de melhorias sociais, como, por exemplo, a produção de espaços educacionais, ou de cuidados de saúde.

Se os gastos na produção de espaços ou para melhorias sociais se revelarem positivos, isto é, se proporcionarem novas formas mais eficazes para acumulação do capital, os valores investidos no capital fictício serão recuperados, entretanto, se houver sobreinvestimento na produção de certos espaços ou até mesmo em despesas sociais, pode-se ter a desvalorização desses ativos, culminando em dificuldades para o pagamento das dívidas produzidas pelo Estado em questão.

A análise apresentada por Harvey do circuito do capital baseia-se na teoria da expansão do capital (DMD'), de Karl Marx, a qual é utilizada de forma expandida nos ciclos sistêmicos de acumulação. O que se observa é que tanto Harvey quanto Arrighi se valem da mesma categoria para compreender os movimentos do capital. Sendo assim, entende-se que o ajuste espaço-temporal é a faceta espacial da teoria do ciclo sistêmico de acumulação.

Salienta-se que Arrighi, em seu livro *Adam Smith em Pequim*, reconhece a associação entre ajustes espaciais e as mudanças de centro hegemônicas, até mesmo aponta que o "ajuste espaciotemporal tem consequências globais não só [para] absorver capital superacumulado, mas também por alterar o equilíbrio de poder econômico e político (...)"(ARRIGHI, 2008. p. 229). Desta maneira, pode-se ler o modelo arrighiano como um modelo geo-histórico, isto é, um modelo temporal como também geográfico da dinâmica do capitalismo histórico.

7 UMA LEITURA ESPACIAL DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO

Neste capítulo mostrar-se-á a dinâmica espacial do ciclo sistêmico de acumulação, ou seja, o ciclo geo-histórico. Primeiro analisa-se, brevemente, duas questões: retoma-se a discussão da imbricação da lógica do capital- territorial e o processo de financeirização. Feito isto, passa-se a discutir os fatos históricos e as expansões geográficas na narrativa de G. Arrighi. E, por fim, discute-se o modelo geo-histórico arrighiano.

7.1 A lógica capitalista do poder e a lógica política/territorial do poder.

Para compreender a dinâmica espacial do ciclo sistêmico de acumulação, ter-se-á que voltar a discussão entre a lógica de poder territorial e a lógica de poder capitalista. Como já fora visto no capítulo 3, Arrighi compreende que "ambas as lógicas referem-se primariamente a política estatais". (ARRIGHI, 2008, p. 222)

David Harvey (2004, p.34) posiciona-se de modo distinto, para ele, as "lógicas diferem entre si", se dariam de forma dialética, ora se imbricam, ora se contradizem. Assim, a lógica territorial refere-se estritamente às políticas estatais e a lógica capitalista refere-se a produção, a circulação e acumulação. Como Harvey salienta:

> Aquilo que Arrighi denomina lógica "territorial" do poder e lógica "capitalista" do poder são lógicas que diferem muito entre si. Em primeiro lugar, as motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O capitalista que dispõe de capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de Estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. O capitalista procura as vantagens individuais e (embora de modo geral e sujeito a restrições legais) só é responsável perante seu círculo social imediato, ao passo que o homem de Estado procura vantagens coletivas, vendo-se restringido pela situação política e militar de seu Estado, sendo em algum sentido responsável perante uma comunidade de cidadãos ou, o que é mais frequente, perante um grupo de elite, uma classe, uma estrutura de parentesco ou algum outro grupo social. O capitalista opera no espaço e no tempo contínuos, enquanto o político opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral. Por outro lado, as empresas capitalistas vêm e vão, mudam de

> localização, se fundem entre si ou encerram as operações, mas os Estados são entidades de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados a fronteiras territoriais fixas. (HARVEY, 2004, p. 32)

A partir dessa visão dialética o próprio Harvey (2004, p. 33) alega que é "igualmente inegável que essas duas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias" em dados momentos históricos. Portanto, Harvey aponta que ter-se-ia que ver essas duas lógicas de forma problemática e contraditória, diferente da leitura imbricada feita por Arrighi e Wallerstein.

Embora as lógicas para Harvey não possam ser simplificas, ele se questiona:

> Como pode a lógica territorial do poder, que tende a estar desajeitadamente fixada no espaço reagir à dinâmica espacial aberta da acumulação interminável de capital? E que implicações tem esta última para a lógica territorial de poder? Inversamente, se a hegemonia no sistema mundial é uma propriedade de um Estado ou de um conjunto de Estados, como pode a lógica capitalista ser administrada de modo a sustentar o *hegemon* [líder]? (HARVEY, 2004, p. 36)

Na busca de olhar a imbricação entre essas duas lógicas, Harvey encontra em Hannah Arendt uma solução. Para Arendt (apud HARVEY, 2004, p. 36) a "acumulação interminável de propriedade" necessita se basear em uma "acumulação interminável de poder (…) O processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um 'Poder ilimitado' em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder".

Deste modo, Harvey compreende que se a "acumulação de poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo" (HARVEY, 2004, p. 37). E assim, afirma, fora justamente isto que Arrighi compreendeu empiricamente a partir dos ciclos sistêmicos de acumulação.

Harvey assevera, se Arendt estiver certa, toda hegemonia, tendo como objetivo manter sua acumulação interminável de capital, deveria "buscar sem cessar estender, expandir e intensificar seu poder. " Contudo, como afirma Paul Kennedy (apud HARVEY, 2004, p. 37), este "excesso de extensão e abrangência" seriam o "calcanhar de Aquiles dos Estados e impérios hegemônicos (...)". A expansão demasiada o destruiria, cessando a rodada de expansão que se produzira, assim, necessitando de uma outra entidade, mais ampla e dotada de recurso para administrar a economia mundial.

A correspondência entre a observação teórica de Hannah Arendt e o ciclo sistêmico de acumulação não são precisas. Arrighi (2008, p. 238) salienta que "embora inegável, a correspondência não é 'exata', como sugere Harvey. Afinal, a observação de Arendt refere-se à acumulação de poder e capital *dentro dos Estados*, enquanto (…) [o modelo arrighiano] se refere à acumulação de poder e capital num *sistema de Estados* em evolução".

Arrighi (2008, p. 238) assevera que Arendt observa os processos pelos quais "os Estados capitalistas tendem a vivenciar individualmente a acumulação de "dinheiro supérfluo"[74] (…) e a necessidade de se tornar mais poderoso para proteger a propriedade crescente".

Assim, o imperialismo seria uma política de Estado que visa encontrar aplicações externas lucrativas para o capital excedente. Ou seja, a lógica capitalista, em dados momento histórico unir-se-ia a lógica territorial, uma vez que fortaleceria acumulação e o Estado nacional.

Por sua vez, Arrighi declara que não há essa distinção das lógicas, sobretudo, quando se analisa em uma escala alargada. Arrighi,

> (…) ao contrário [de Harvey e Annah Arendt], chama nossa atenção para o processo pelo qual organizações capitalistas cada vez mais poderosas tornaram-se agentes da expansão de um sistema de acumulação e domínio que desde o princípio, englobava uma multiplicidade de Estados. Desse ponto de vista, o imperialismo de tipo capitalista é um aspecto das lutas contates pelas quais os Estados capitalistas usaram meios coercivos na tentativa de virar a seu favor as mudanças espaciais causadas pela acumulação "interminável" de capital e poder. (ARRIGHI, 2008, p. 238)

Embora, Harvey tenha explicitado que o capital financeiro imbricado ao poder estatal teria o protagonismo na produção do espaço, sobretudo, no espaço produzido para acumulação, isto é, circulação de capital e em suas determinações nas práticas de destruição e desvalorização. Ainda assim problematiza a imbricação destas duas lógicas – capital e territorial.

Arrighi (2008) assevera que Harvey ao analisar numa escala temporal mais restrita, apoiado em Arendt – a qual, compreende o capital financeiro como um ramo do capitalismo industrial do século XIX -, teria se tornado vago e impreciso em suas análises, sobretudo, por não observar o capitalismo em toda sua dimensão, ou seja, na longa duração.

74 Capital excedente sem possibilidade de ser reinvestido com lucro no interior do território nacional.

7.2 Superacumulação e financeirização

Arrighi (2008, p. 239), seguindo Braudel, aponta que a financeirização – capacidade do capital financeiro de "tomar posse e dominar, ao menos por algum tempo, todas as atividades do mundo dos negócios" – tem sua primeira aparição durante a crise de superacumulação das cidades-Estados italianas do século XV, ou seja, um acontecimento anterior à industrialização. Como Arrighi assevera:

> Braudel sugere que os holandeses terem abandonado o comércio, por volta de 1740, para se tornarem "banqueiros da Europa" foi típico de uma tendência sistêmica mundial recorrente. O mesmo processo foi visível na Itália do século XV e novamente por volta de 1560, quando os grupos dominantes da diáspora empresarial genovesa abandonaram aos poucos o comércio para exercer, durante cerca de setenta anos, o controle das finanças europeias (…). Depois dos holandeses, os britânicos repetiram a tendência durante e após a Grande depressão de 1873-1896, quando "a aventura fantástica da Revolução industrial" criou superabundância de capital pecuniário. É preciso acrescentar que, depois da aventura igualmente fantástica do chamado fordismo-keynesianismo, o capital norte-americano seguiu trajetória semelhante a partir da década de 1970. "[Todo desenvolvimento capitalista desse tipo, ao chegar ao estágio de expansão financeira, parece ter anunciado, em certo sentido, sua maturidade: um sinal de outono. (BRAUDEL apud ARRIGHI, 2008, p. 239-240).

Deste modo, Arrighi aponta que a análise de Harvey seria algo errônea porque restrita, tendo em vista que as lógicas políticas e capitalistas se imbricam desde os primeiros processos de financeirização.

Compreende-se que o fio condutor que une as duas narrativas, tanto o modelo de compreensão Arrighiano como a teoria do ajuste espaço-temporal, está na crise de superacumulação, ou seja, o momento de financeirização do sistema.

Como vimos, a crise de superacumulação, para Arrighi (2008, p. 240), ocorreria na fase da financeirização, seria o sinal de "maturidade", "o sinal de outono"[75], ou seja, o início do fim da hegemonia, o caos sistêmico.

Para Harvey (2013, p. 524), as crises de superacumulação seriam as repercussões da "dialética interna", o que significaria uma "sociedade civil "madura" [que] é levada a encontrar colônias para suprir sua população com novas oportunidades", o que de forma simplificada, seria busca de demanda para seus produtos e oferta de mão de obra barata. Assim, neutralizando, por tempo determinado, a suposta lei dos lucros decrescentes[76].

---

75 BRAUDEL apud ARRIGHI, 2008, p. 240.

76 Cf. "o capítulo [final do capital] não resolve inteiramente a questão. Ele simplesmente afirma que as

Assim, pode se concluir que as crises de superacumulação, observadas em escala alargada, são os processos de financeirização sistêmicos, isto é, a fase financeira do modelo arrighiano.

Todas expansões financeiras, assevera Arrighi (2008), trouxeram consigo a acumulação por desapropriação[77]. Ou seja, a partir da maior flexibilidade do capital, os agentes capitalistas e os governos hegemônicos oferecem este capital excedente a governos e populações em dificuldades, os quais impossibilitados de pagar, redistribuiriam seus patrimônios e a renda a esses credores. Para Arrighi (2008), acompanhando Harvey, estas ações do capital financeiro seriam as velhas práticas da acumulação primitiva.

O capital excedente emprestado pelos países credores cria as *Belles époques* da fase de financeirização "desde a Florença renascentista até as eras Reagan e Clinton. " (ARRIGHI, 2008, p. 242).

As *Belles époques* são períodos que expressam o fortalecimento e a posição da hegemonia nas altas finanças, contudo, assim que a competição interestatal se intensifica e as guerras eclodem, há uma inversão, a relação credor-devedor se alteram. Como Arrighi aponta, as inversões variam de uma transição hegemônica a outra.

> Na inversão Holanda-Grã-Bretanha, o mecanismo principal foi a pilhagem da Índia durante e após a Guerra dos Sete Anos, que permitiu à Grã-Bretanha comprar dos holandeses sua dívida nacional e, assim, iniciar as guerras Napoleônicas quase sem dívida externa. Na inversão Grã-Bretanha-Estados Unidos, o mecanismo fundamental foi os Estados Unidos terem fornecido, durante a guerra, armas, máquinas, alimentos e matérias-primas bem além daquilo que a Grã-Bretanha podia pagar com suas receitas correntes. Mas em ambos os casos a guerra foi ingrediente essencial na troca de guarda dos postos dominantes do capitalismo mundial. (ARRIGHI, 2008, p. 243)

Retornar-se-á a essas questões no próximo item, o qual se propõe discutir a dinâmica

---

"transformações internas" envolvem primeiro a subjugação formal, depois a subjugação real do trabalho ao capital para onde quer que o capital se mova. O limite externo a esse processo está no ponto em que toda pessoa em todo canto do mundo fica espremida dentro da órbita do capital. Até que esse limite seja alcançado, as resoluções "externas" para as contradições internas do capitalismo parecem inteiramente factíveis. Marx chega próximo a admitir isso em suas breves observações sobre o papel do comércio internacional na neutralização da suposta lei de lucros decrescentes. O comércio internacional (e a exportação de capital) pode certamente aumentar a taxa de lucro de várias maneiras. Mas, na medida em que isso significa "uma expansão da escala de produção" em casa, o que por sua vez "apressa o processo da acumulação", só termina exacerbando esses processos que dão origem em primeiro lugar à queda na taxa de juros. O que parece uma solução se transforma em seu oposto no longo prazo. Entretanto, Marx também é obrigado a concluir que a lei dos lucros decrescentes "atua apenas como uma tendência", e que "só sob determinadas circunstâncias e só depois de longos períodos seus efeitos se tornam extremamente pronunciados". (HARVEY, 2013, p. 525)

77 Com a reiterada prática da acumulação primitiva durante o século XX, Harvey (2009) substitui a nomenclatura para acumulação por desapropriação.

espacial do capitalismo histórico.

7.3 A dinâmica espacial do capitalismo histórico

Apontar-se-á neste segmento os processos históricos principais com objetivo de demostrar os ajustes espaciais e suas *formas*. Salienta-se que está se trabalhando em escala global. Somado a visão de Arrighi imbricada nas lógicas política e do capital, demonstrar-se-á somente as *formas-conteúdos* que saltam das paisagens as vistas do olhar global. Essas formas não serão classificadas de econômicas ou políticas como Harvey as faz, só evidenciar-se-á a força destas para criação de um ordenamento do espaço mundial.

7.3.1 O primeiro ciclo geo-histórico

O modelo arrighiano concentra-se, sobretudo, nos "recipientes de poder"[78]. O autor observa que nos sucessivos ciclos de acumulação, cada um desses “recipientes de poder” hegemônicos se torna maiores em dimensão territorial. Nos dizeres de Arrighi,

> (...) veremos imediatamente uma progressão da Cidade-Estado e da diáspora comercial cosmopolitana (os genoveses) para um Estado protonacional (as Províncias Unidas) com as sociedades anônimas oficiais, um Estado multinacional (o Reino Unido) com um império tributário que dava volta ao mundo e um Estado nacional do tamanho de um continente (os Estados Unidos) com um sistema de grandes empresas transnacionais, bases militares e instituições de governança mundial que englobam o mundo todo. (ARRIGHI, 2008, p.244)

Antes do primeiro ciclo de acumulação se materializar, algumas cidades-Estados italianas, sobretudo Veneza, já demonstravam possuir um estratagema capitalista de poder. Por outro lado, seus vizinhos, os reis dos Estados absolutistas, adotavam estratégias territoriais, isto é, sua busca de poder se dava pelo domínio de novos territórios.

As cidades-Estados italianas erigiram-se, sobretudo, com base na rota comercial centro-asiática para China. Onde cada uma das quatro cidades-Estados possuía rotas e comércios específicos. No caso de Gênova seu

78 Anthony Giddens (apud Arrighi, 2008, p. 244) cria essa expressão para designar os Estados-nacionais. Arrighi utiliza essa nomenclatura para designar um conjunto mais amplo de organizações, como as cidades Estado, os proto-Estados e os Estado nacionais.

> Sucesso [fora] estabelecer um controle quase monopolístico do “terminal” dessa rota no mar Negro, o comércio genovês prosperou e as empresas genovesas aumentaram de escala, âmbito e número. Mas a sorte mudou tão logo o declínio do poder mongólico tornou a rota comercial centro-asiática menos competitiva e segura, e ascensão do poder otomano na Ásia Menor solapou e, depois, destruiu a supremacia genovesa na região do mar Negro. A prosperidade do comércio genovês diminui e, subitamente, o inflacionado aparato militar-comercial confrontou-se com o imperativo de uma reestruturação fundamental. (ARRIGHI, 2012, p. 117)

O surgimento do império Otomano rompera com as rotas de comércio italianas. Essas *formas* que outrora continham o equilíbrio de poder europeu – a divisão territorial do trabalho entre as quatro cidades Florência, Gênova, Milão e Veneza – esvaziaram-se dos seus *conteúdos,* criando guerras e inflação.

Com os fechamentos das rotas para Ásia, o capital excedente não encontrava negócios para ser reinvestido, assim, a competição entre as quatro cidades-Estados se acirravam. Gênova sem oportunidades de lucro no comércio, por falta de proteção, de rotas, ascende a esfera das altas finanças. Essa crise de financeirização do sistema social europeu teve como solução – momentânea – o ajuste espaço-temporal.

As duas lógicas – capitalista e territorial – se imbricaram. Esse equilíbrio de poder se deu pois a busca de lucro e poder *no interior* da Europa dependiam, sobretudo, de acesso a recursos *fora* desta península.

Essa imbricação entre essas duas estratégias foi extremamente favorável para lógica capitalista de poder. Como Arrighi salienta:

> (...) a designação ibero-genovesa do primeiro ciclo sistêmico de acumulação não se refere à República de Gênova como tal, cidade-Estado que, durante todo o ciclo, teve vida politicamente precária e "continha" pouco poder. Refere-se, ao contrário, às redes comerciais e financeiras transcontinentais que permitiram à classe capitalista genovesa, organizada numa diáspora cosmopolita, tratar de igual para igual com os governantes mais poderosos da Europa e transformar a concorrência mútua desses governantes pelo capital num motor poderoso para a expansão do seu próprio capital. (ARRIGHI, 2008, p. 246)

Ou seja, a imbricação das lógicas (territorial e capitalista) refere-se a dispersão espacial das trocas mercantis internacionais.

Deste modo, a relação entre Gênova, Portugal e Espanha produziu uma divisão internacional do trabalho. Portugal e Espanha produziriam as rotas, os mercados, garantiriam a segurança da circulação do capital. Os genoveses se especializaram na atividade comercial e financeira.

Em outras palavras, Portugal e Espanha produziam espaços, ao introduzirem as *formas (*como os mercados, as vilas, as naus) nos territórios "descobertos" (como fora o caso da América, África, Índia), promoviam através de seus *conteúdos,* a acumulação genovesa.

Os espaços produzidos por esses impérios territoriais remetiam à cidade-Estado renascentistas; as paisagens dos monastérios, catedrais e rotas que ligam as cidades ao oriente foram a ideação dos espaços concebidos no além-mar. Os espaços vividos dos habitantes nativos são constrangidos a ideologia das cruzadas e da acumulação, essas duas lógicas imbricadas criavam uma paisagem de portos e igrejas, a pilhagem e a canonização.

Arrighi salienta que "o capitalismo genovês e o imperialismo ibérico sustentavam um ao outro, mas por meio de uma relação de troca política que reproduzia, de ponta a ponta, suas identidades organizacionais distintas" (ARRIGHI, 2008, p. 247)

Como já vimos, a guerra dos 30 anos eclode na Europa[79], lançando os maiores Estados territoriais num intenso conflito. Durante a guerra ocorre o rompimento entre os ibéricos e genoveses, anunciando o fim do primeiro ciclo de acumulação.

Durante esse primeiro ciclo observa-se a

> (…) expansão material da economia mundial europeia, através do estabelecimento de novas rotas de comércio de incorporação de novas áreas de exploração comercial, foi acompanhada por uma expansão financeira que acentuou o controle do capital sobre uma economia mundial ampliada. Além disso, uma classe capitalista claramente identificável (a genovesa) incentivou, supervisionou e se beneficiou das duas expansões, em virtude de uma estrutura de acumulação de capital que, em sua maior parte, já passara a existe quando a expansão material teve início. (ARRIGHI, 2012, p. 130)

Conclui-se que o ajuste espaço-temporal do primeiro ciclo espraia o sistema social europeu para grande parte do globo. Em cada porto, entreposto, vila, cidade, o espaço é concebido para suprir as necessidades do povo europeu. Assim, cria-se uma divisão internacional do trabalho, metrópole-colônia, centro-periferia, que de certo modo, ainda se reproduz.

7.3.2 O segundo ciclo geo-histórico

A paz da Vestfália é um marco, fora este tratado que pôs fim à guerra dos 30 anos (1618-1648), assim, recobrou-se o equilíbrio de poder europeu.

79 Cf. item 4.6.1, O primeiro ciclo sistêmico de acumulação (Ibero-genovês).

Desta guerra as Províncias Unidas ascendem como o *hegemon.* Ou seja, como "recipiente de poder" que dariam suporte a uma nova rodada de acumulação.

As Províncias Unidas, no século XVII, saem do báltico para o Atlântico, seguindo ao Índico. Utilizam-se das rotas conhecidas pelos ibéricos para expandir seu comércio e poder.

As estradas, as naus, os entrepostos, eram os mesmos dos Ibéricos, contudo, a finalidade dessas formas alterava-se, seu *conteúdo* continha o germe da acumulação holandesa.

As Províncias Unidas, como um proto-Estado, fizeram o que Gênova não conseguira, tornaram-se autossuficientes em proteção e comércio. Nos dizeres de Arrighi,

> (...) os holandeses conseguiram talhar, a partir do império marítimo e territorial ibérico, o sistema de entrepostos comerciais e de sociedades anônimas oficias centrados em Amsterdã que se tornou a base do segundo ciclo sistêmico de acumulação precisamente por fazer o que os genoveses não estavam fazendo, ou seja, tornaram-se autossuficientes na guerra e na formação do Estado. (ARRIGHI, 2008, p. 247)

A luta pela independência das Províncias Unidas contra o Estado territorial Espanhol produziram-na uma ideologia capitalista anti-imperialista, sobretudo quando comparada à lógica territorial dos estados absolutistas em seu derredor. Contudo, as Províncias Unidas não deixam de conceber espaços para sua acumulação. Como afirma Arrighi,

> (…) o sistema de acumulação holandês, que de fato se beneficiaria mais com a paz do que com a guerra depois da Vestfália, fora construído sobre a guerra e a ruína do comércio ibérico. Além disso, no mundo não europeu, principalmente no arquipélago indonésio, "o gato da Holanda" não ficava atrás de nenhuma "fera de rapina" europeia no uso da violência a fim de destruir as paisagens de comércio e de produção existentes e criar paisagens mais favoráveis à acumulação interminável de capital holandês. (ARRIGHI, 2012, p. 248)

Salienta-se que a lógica de poder da "república holandesa baseava-se primariamente não na expansão de seus domínios territoriais, mais sim na expansão do controle sobre o capital dinheiro e o sistema de crédito internacional". (ARRIGHI, 2012, p. 248)

Através de empréstimos para as lutas entre os Estados territoriais da Europa as Províncias Unidas promoviam auto expansão do seu capital. Como Violet Babour (apud ARRIGHI, 2012, p. 246) afirma "esse sistema centrado em Amsterdã foi o último caso de verdadeiro império de comércio e de crédito (…) mantido por uma cidade por direito próprio, sem ser sustentado pelas forças do Estado Moderno. "

É controverso o debate se as Províncias Unidas são ou não um Estado moderno,

contudo, Arrighi (2008) salienta, o ciclo holandês fora um marco na transformação do capitalismo histórico. Neste ciclo as cidades como pseudo-sujeito[80] do capital se tornam pequenas, a acumulação precisa de entidades mais robustas, surge o Estado territorial com sua economia nacional.

Como vimos, até o ciclo holandês, a fusão entre a lógica territorial e a lógica capitalista não se deu por completo. Contudo, como afirma Braudel (apud Arrighi, 2008, p. 248) "a escala territorial do centro dominante do sistema de acumulação tinha de crescer de algum modo para acompanhar o aumento da escala espacial do sistema".

A geografia da Holanda fora o limite impostos para manutenção da sua hegemonia, um proto-Estado pequeno com falta de mão de obra sucumbiu frente a competição com outros Estados mais populosos. Como afirma Arrighi (2012, p. 249) "os holandeses não podiam competir com os grandes Estados territoriais na criação de colônias simplesmente por que havia pouco holandeses disponíveis para a tarefa".

A competição interestatal se intensificava, o mercantilismo da Inglaterra, França se expandia. A partir de 1720, países que não haviam entrado como a Prússia, Rússia, Suécia, Dinamarca e Noruega acirram o senso de competição[81]. Como sugere Arrighi, citando Braudel:

> (…) uma das principais razões por que a pequena escala territorial da Holanda se tornou uma desvantagem na sua manutenção como centro do sistema de acumulação globalizante europeu foi a escassez estrutural de mão de obra. "A Holanda, "só poderia cumprir seu papel de navio cargueiro se conseguisse obter a mão de obra necessária entre os miseráveis da Europa". Foi a pobreza do resto da Europa que "permitiu aos holandeses "montar" sua República". Mas assim que um número crescente de Estados europeus buscou internalizar as fontes holandesas de riqueza e poder em seus próprios domínios por meio de alguma variante do mercantilismo e do imperialismo, a concorrência pelos recursos humanos europeus intensificou-se e o tamanho da república holandesa tornou-se desvantagem. (ARRIGHI, 2008, p. 249)

Os britânicos produzindo colônias, isto é, espaços concebidos para sua acumulação, desafiam e superam a circulação de produtos e capitais feitas por Amsterdã.

Acirrando a competição interestatal, os Estados territoriais ávidos por créditos encontram o excedente de capital holandês, assim, a Holanda retira-se do comércio que estava a ficar pouco lucrativo para as altas finanças. Como Arrighi salienta:

> Não haviam nada que os comerciantes holandeses pudessem fazer para

80 Cf. Lefebvre, 2006.
81 Ver mais em Arrighi, 2012.

> conter, e muito menos reverter, essa onda sísmica de mercantilismo. Contê-la estava muito além de sua capacidade organizacional. Mas, o que não estava além desta e que, a bem da verdade, era o curso da ação mais sensato que eles poderiam adotar nestas circunstâncias, era retirar-se do comércio e se concentrar nas altas finanças, a fim de tirar proveito da difusão do mercantilismo, em vez de sucumbir a ela. É que o acirramento da competição entra as organizações territorialistas da Europa, que estava minando a viabilidade do sistema de comércio mundial holandês, também estava ampliando e aprofundando a necessidade de dinheiro e crédito dos governos em geral. (ARRIGHI, 2012, p. 146)

Assevera-se que é durante as fases de financeirização que ocorre o ajuste espacial do sistema como um todo; observa-se durante a fase de financeirização Holandesa, novos "recipientes de poder" adentram na disputa, assim, em busca de demanda, mão-de-obra, matéria-prima, produzem "novos" espaços coloniais, ou seja, espaços cujas antigas *formas* são destruídas para se conceber territórios que promovam a acumulação.

Deste modo, o ajuste espaço-temporal, visto em escala alargada, soluciona as contradições internas do sistema como um todo, contudo, de forma parcial, pois como vemos na história, as contradições internas do capital sempre retornam e, assim, necessitando sempre produzir mais espaços para acumulação.

Enquanto a hegemonia holandesa despejava seu capital excedente no financiamento desses competidores, a busca por reinvestir esse capital se acirrava. Neste momento as contradições se elevam, as guerras eclodem, ao lado da França, a Holanda foi arrastada para as guerras do século XVIII. Como Arrighi salienta:

> O renascimento territorialista – que, em roupagens mercantilistas, espalhava-se pela Europa – acabou apanhando os holandeses, os quais, sob a pressão dos interesses territorialistas em seu próprio meio, que a Casa de Orange apressou-se em liderar e organizar, foram arrastados para os combates, com consequências desastrosas. Assim, na guerra que decorreu da rebilão norte-amerciana, os holandeses marcharam com a França contra Grã-Bretanha. Como França, porém, as Províncias Unidas nada ganharam com a derrota britânica. Ao contrário, os britânicos retaliaram violentamente, no correr da quarta guerra anglo-holandesa (1781-1784), aniquilaram o que restava do poderio naval holandês, ocuparam o Ceilão, controlado pelos holandeses, e ganharam acesso às ilhas Molucas. (ARRIGHI, 2012, p. 147)

A derrota conjunta da Holanda e França somada a revolução batava[82] e seu revés a contrarrevolução orangista, decretou o fim da hegemonia holandesa.

82 Ver mais em Arrighi, 2012, p. 148.

7.3.4 O terceiro ciclo geo-histórico

No modelo arrighiano, o declínio de um ciclo sistêmico de acumulação, isto é, a financeirização, coexiste com ascensão de um novo "recipiente de poder". Como Arrighi (2012, p. 163) assevera: "Durante a década de 1780 e, em menor grau, a de 1790, o domínio holandês nas altas finanças coexistiu com dificuldades com domínio britânico emergente, tal como o genovês coexistira com o domínio holandês emergente na década de 1610 e início da de 1620. "

Foi no contexto das Guerras Napoleônicas que o Reino Unido surgiu como o novo "recipiente de poder". O sistema de acumulação interminável de capital sob a liderança do Reino Unido fundamenta-se na fusão completa da lógica territorial e do capital. (ARRIGHI, 2008; 2012)

A Grã-Bretanha tornou-se o principal beneficiário na competição pelo capital flexível espalhado pela Holanda. O que lhe deu poder econômico quase ilimitado, como Arrighi analisa:

> Durante as guerras francesas, a recém-conquistada posição dominante da Grã-Bretanha nas altas finanças europeias traduziu-se num crédito praticamente ilimitado para sua busca de poder. Basta mencionar que, em 1783, os £9 milhões de libras pagos anualmente pelo governo britânico para cobrir os juros e amortizações das dívidas absorveram nada menos de 75% do orçamento equivaleram a mais de ¼ do valor anual total do comércio britânico. No entanto, entre 1792 e 1815, os gastos públicos da Grã-Bretanha puderam ser aumentados quase seis vezes. De £ 22 milhões para £123 milhões, em parte mediante uma inflação interna indiretamente induzida, mas principalmente através de novos empréstimos, que, em 1815, elevaram a soma anualmente requerida pelo serviço da dívida para £ 30 milhões. (ARRIGHI, 2012, p. 164)

Com o aumento tanto do endividamento quando dos gastos públicos, a Grã-Bretanha produzia novos espaços, concebia-se a paisagem industrial do século XVIII.

As siderúrgicas inglesas preparadas para as demandas dos períodos de guerra, nos tempos de paz se faziam ociosas. O capital como um processo, necessitava circular para se produzir, deste modo, tem-se uma condição ímpar de incentivos à indústria britânica. O Estado e a burguesia local investem em técnicas e tecnologias cujo objetivo era utilizar a mão de obra e maquinário excedente das grandes caldeiras estagnadas.

Deste incentivo criou-se os trilhos, os trens e os navios de aço, objetos técnicos cujo *conteúdo* expressava a reprodução da hegemonia britânica. Como McNeil salienta,

> (…) a demanda do governo criou a indústria precoce do ferro, com excesso de capacidade instalada para as necessidades em tempo de paz, como demonstrou a depressão do pós-guerra, entre 1816 e 1820. Mas também criou condições para o crescimento futuro ao dar aos mestres ferreiros britânicos incentivos extraordinários para encontrar novos usos para o produto barato que suas grandes e novas fornalhas poderiam gerar. Assim, as exigências militares feitas à economia britânica contribuíram muito para moldar as fases subsequentes da revolução Industrial, permitindo o aprimoramento dos motores a vapor e tornando possíveis inações muito importantes, como as ferrovias e os navios de aço, numa época e sob condições que simplesmente não existiram sem o impulso que a guerra deu à produção de ferro. (McNeill apud ARRIGHI, 2008, p. 252)

O espaço concebido pelo ajuste espaço-temporal do segundo para o terceiro ciclo, embora não tenha descoberto nenhum território novo – praticamente todos territórios já haviam sidos descobertos – produzira um espaço diferente, começa-se a destruição das antigas *formas,* como as naus e estradas, instaladas pelos ajustes espaciais anteriores, produzindo um espaço célere do tempo industrial.

Quanto a organização do espaço mundial, tem-se uma modificação na passagem do segundo ao terceiro ciclo. Arrighi (2008, p. 250) aponta que o sistema interestatal criado pelo tratado de Vestfália caracterizava-se por uma ausência de domínio central, isto é, "era verdadeiramente anárquico". O sistema interestatal convencionado no Congresso de Viena, após as Guerra Napoleônicas, "ao contrário, transformou o equilíbrio de poder europeu em instrumento de domínio britânico informal".

O Reino Unido se esforçou para manter em sua mão o controle do equilíbrio de poder. "Na Europa, exigiram e conseguiram que a França derrotada fosse incluída entre as grandes potências, se bem que mantida sob controle por estar entre as potências de segunda linha. " Na América Latina, deteve os "planos da Santa Aliança de restaurar o domínio colonial afirmando o princípio da não intervenção (…) convidando os Estados Unidos a apoiar o princípio", o que anos depois tornou-se a Doutrina Monroe[83].

No mercado promoveram liberações de modo unilateral[84] – as Leis do Trigo em 1848 e das Leis da Navegação em 1849 – forjando, assim, uma noção que seu poder mundial era exercido em nome do interesse geral.

O sistema britânico diferiria do holandês. A hegemonia holandesa, com sua ideologia anti-imperialista não conseguiu formas concretas para se legitimar, assim, permitiu facilmente

83 "A Doutrina Monroe – a ideia de que a Europa não devia intervir nos assuntos norte-americanos – foi a princípio uma política britânica" (ARRIGHI, 2008, p. 251)

84 A política de liberação unilateral do comércio tornou o regime britânico o mundo inteiro. Como Arrighi (2008) salienta, 1/3 das exportações do mundo passavam pela Grã-Bretanha.

o aumento da competição interestatal por vias do mercantilismo, sobretudo da Grã-Bretanha e França. (Arrighi, 2008;2012). Já o sistema britânico através de sua política externa, criou condições sob o controle[85] do equilíbrio de poder.

O Reino Unido com sua política de estado (e capital) forjaram as condições para garantir a "Paz dos Cem anos de Polanyi" (ARRIGHI, 2008, p. 251). Nos dizeres de Arrighi:

> [o controle do equilíbrio de poder] (...) reduzia a possibilidade de que algum Estado tivesse condições de desafiar a supremacia comercial britânica do mesmo modo que os britânicos haviam desafiado a supremacia holandesa depois da Vestfália. A segunda "engaiolava" um número crescentes de Estados territoriais numa divisão de trabalho global que fortalecia o interesse de cada um deles em preservar o sistema centrado no Reino Unido. E quanto mais geral esse interesse se tornava, mais fácil era para a Grã-Bretanha manipular o equilíbrio de poder a fim de impedir o surgimento de ameaças à sua supremacia comercial. (ARRIGHI, 2008, p. 252)

Salienta-se que em ambos os ciclos, o proto-Estado holandês e o Estado-nacional britânico se produziam como entrepostos para a circulação do capital. Contudo, suas paisagens se diferiam, o entreposto holandês concebia cidades cuja centralidade eram os mercados e os bancos, já no Estado britânico a cidade se organiza para empreendimento fabril.

O espaço-tempo célere do período fabril "fizeram do globo uma única economia", os objetos técnicos, como ferrovia e o navio a vapor, expandiram em ritmo inaudito o comércio mundial. Essa expansão do comércio, provoca a cobiça, os capitalistas dos países em melhores condições se aventuram em busca de reproduzirem os objetos e técnicos que promovem a acumulação. Quando conseguem acirram a competição[86].

Contudo, nos primeiros cinquenta anos do século britânico, havia mais vantagens para os países europeus se ligarem ao entreposto britânico, objetivando aproveitar de seus recursos e equipamentos, do que sair de sua zona de influência (ARRIGHI,2008).

A Grã-Betanha forjara seu poder, sobretudo, pelo imperialismo. Ressalta-se que fora a pilhagem da Índia que a permitiu iniciar a Guerra Napoleônicas quase sem dívidas externas (o processo de inversão credor-devedor, como já fora explicitado)

---

85 As estratégias britânicas para assegurar o controle da balança de poder mundial foram, a saber: as instituições, como a Santa Aliança e Concerto da Europa; e a política unilateral de livre-comércio.

86 Cf. "De meados da década de 1840 até meados da década de 1870, o volume de mercadorias transportadas por mar entre os principais Estados europeus mais que quadruplicou e o valor do comércio entre a Grã-Bretanha e o Império Otomano, a América Latina, a Índia e a Austrália aumentaram em torno de seis vezes. Finalmente, essa expansão do comércio mundial intensificou a concorrência e a rivalidade entre os Estados (ARRIGHI, 2008, p. 253).

Assevera-se que os recursos demográficos e financeiros da Índia se fizeram como o grande sustentáculo do poder britânico.

> Em termos comerciais, os trabalhadores indianos foram forçados a passar de grandes concorrentes da indústria têxtil europeia a grandes produtores de alimentos baratos e matérias-primas para a Europa. Em termos militares, (…) o efetivo indiano foi organizado como exército colonial de estilo, inteiramente financiando pelo contribuinte indiano e usado, durante todo o século XIX, na série infindável de guerras com as quais a Grã-Bretanha abriu a Ásia e África ao comércio e aos investimentos ocidentais. (ARRIGHI, 2008, p. 254)

Com o aumento da competição interestatal, a Grã-Bretanha fugindo da queda dos lucros expande territorialmente, abre caminhos comerciais na Ásia e na África. Contudo, essas expansões geográficas, embora temporariamente deem um alívio, elas não resolvem a tendência da perda de lucros, inicia-se um processo de superacumulação.

Como nos ciclos anteriores, o Reino Unido estava em melhores condições para aproveitar a intensificação da concorrência, tornando-se o financiador a juros desta competição. Assim, o Reino Unido adentra em sua *belle époque.*

O sistema capitalista precisa expandir para continuar sua acumulação, a concorrência interestatal a partir do capital britânico cria espaços, produz um ajuste espaço-temporal de escala e alcance ainda maior do que fora os ciclos anteriores. Como afirma Andrew Gamble (apud ARRIGHI, 2008, p. 254):

> A nova insegurança e os crescentes militarismo e jingoísmo na Grã-Bretanha [no fim do século XIX] surgiram porquê de repente parecia que o mundo havia se enchido de potências industriais, cujas bases metropolitanas, em termos de recursos, efetivo e humano e produção industrial, eram potencialmente muito mais poderosas que as da Grã-Bretanha.

Como vimos[87], a rápida industrialização da Alemanha, cria uma potência terrestre capaz de "aspirar à supremacia continental e desafiar o domínio marítimo da Grã-Bretanha" (ARRIGHI, 2008, p. 255). O equilíbrio de poder se desfaz, eclode a primeira Guerra Mundial, nesta guerra o Reino Unido, juntamente com os aliados, contém a Alemanha e até mesmo expandem seu império territorial ultramarino. Contudo, após a primeira guerra o Reino Unido criara um déficit comercial (em armas e alimentos) imenso com os Estados Unidos da América. Como afirma Paul Kennedy (apud ARRIGHI, 2008, p. 255)

87 Cf. 4.6.3 O terceiro ciclo de acumulação (britânico).

> Nem a transferência de ouro nem a venda do enorme volume de títulos em dólar da Grã-Bretanha poderiam preencher o buraco; o problema só se resolveria com empréstimos feitos nos mercados monetários de Nova York e Chicago para pagar em dólar os fornecedores de munição norte-americanos.

Durante a segunda Guerra Mundial, quando o crédito da Grã Bretanha se aproximava do fim, os EUA entram em guerra ao lado de seu devedor. Esse evento marca a vitória dos aliados, e também da passagem dos ciclos de acumulação.

Compreende-se que a competição entre os Estados pelo "espaço vital"[88] intensificou-se sob impacto dos novos objetos técnicos e, assim, levou o sistema a financeirização.

A fase financeira produz *Belles époques* e ajustes espaço-temporais, embora alivie o sistema não se mantém, a competição logo se acirra rompendo o equilíbrio de poder.

Salienta-se que as colônias da Grã-Bretanha deixaram de ser lucrativas para serem onerosas (custos de proteção). Com a saída do comércio, somado aos déficits financeiros da primeira e segunda guerra mundial, a hegemonia britânica sucumbe aos aliados norte-americanos.

As tecnologias comprimindo espaço-tempo deram a possibilidade aos Estados Unidos competirem nas redes comerciais, sobretudo quando o ajuste espaço-temporal terceiro para o quarto ciclo concebeu o Pacífico como zona econômica, tornando a localização norte-americana uma "ilha do tamanho de um continente, com acesso ilimitado aos dois maiores oceanos do mundo", isto é, um entreposto "ideal" para promover mais uma rodada de acumulação de capital (ARRIGHI, 2008, p. 255).

7.3.5 O quarto ciclo geo-histórico

A hegemonia estadunidense floresce no pós Segunda Guerra. Em 1945 já eram líderes em tecnologia e na produção. O dólar, a essa altura, se apoiava em reservas de ouro que equivaliam a 70% do total mundial (ARRIGHI, 2012; HARVEY, 2009). E, assim, o dólar se estabelecia como a moeda das trocas internacionais.

Os ganhos territoriais da URSS[89] durante a Segunda guerra, isto é, a ascensão centro

---

88 O conceito de espaço vital fora cunhado por Frederich Ratzel, o qual analisava os Estados nacionais como organismos vivos, isto é, precisavam de certos territórios para se manterem vivos. Ver mais em MORAES, 1990.

89 União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), criada em 1922 e extinta em 26 de dezembro de 1991. Possui após a Segunda Guerra Mundial 22.400.000 km² de território divido em 15 repúblicas socialistas federadas, atualmente independentes, a saber: Rússia, Ucrânia, Belarus, Lituânia, Estônia, Letônia, Cazaquistão, Armênia, Moldávia, Quirguízia, Azerbaidjão, Geórgia, Tadjiquistão, Turkmenistão e Uzbequistão. (LAROUSSE, 1995).

de poder soviético se contrapôs ao "estilo paranoide"[90] da política dos Estados Unidos, originando a guerra fria. No plano interno norte-americano isso levou a repressão de qualquer grupo ou partido com influências de esquerda, seja socialismo ou comunismo. Porém, nos assuntos externos, os Estados Unidos se apresentavam como defensor da liberdade e dos direitos da propriedade privada. Constata-se que essa liberdade pode ser entendida como liberdade do mercado e não a do ser humano.

Os Estados Unidos em retórica se mostram não quererem um império nos moldes da lógica de poder territoriais, entretanto, definia-se como império americano tudo aquilo que não era soviético. Ou seja, o que se compreende é que o mundo que estaria divido em dois donos.

Há uma tentativa extenuante de afirmar o imperialismo estadunidense como sendo um resultado natural do pregresso histórico, este seria o próprio "destino manifesto". Harvey, discuti essa negação do imperialismo americano e sua real pretensão de dar sentindo e significado a este fenômeno.

> Os Estados Unidos não adquiriam sua estatura imperial, como afirma Ignatieff, por meio da negação, eles simplesmente usaram a negação da geografia e a retórica da universalidade para esconder, mais deles próprios do que dos outros, seu envolvimento territorial. (Harvey, 2009, p.56)

Durante a guerra fria, a impossibilidade do embate frontal entre as duas maiores potências mundiais criou "guerras quentes" nos países do terceiro mundo. Muitas dessas políticas causaram desastres. Vale ressaltar o apoio estadunidense aos mujahedin afegãos em 1979, que armados pela CIA expulsaram os russos de seu território. O problema que a CIA não discerniu quais grupos dariam os lotes de armamento, criando após a expulsão dos soviéticos um caos generalizado pelo controle do país. Mais tarde esses grupos dariam início ao terrorismo baseado no fundamentalismo islâmico.

Nos mesmos moldes os envolvimentos externos se deram para proteger os países favoráveis aos interesses dos Estados Unidos, a derrubada de democracias e ditaduras em nome de uma ordem social estável que promovesse a "contínua expansão da acumulação do capital e do consumo doméstico para garantir a paz, a prosperidade e a tranquilidade interna" (HARVEY, 2004, p.51). Em espaços geopolíticos estratégicos como é o caso da Europa Ocidental, Japão, Taiwan e Coreia do Sul, o Plano Marshall[91] veio para consolidar o poderio

---

90 A criação de um inimigo ou "estilo paranoide", como Hofstadter o consagra, torna-se o modo de ser da política estadunidense. (HARVEY, 2004)

91 Plano Marshall foi um programa de ajuda econômica à Europa, lançado pelo general e político estadunidense

estadunidense.

Em 1948 a ONU é criada e tem como o seu braço armado a OTAN. No pós-segunda guerra essas instituições se puseram como controles para que não houvesse guerras intercapitalistas e se faziam como atalaias que tinham como missão conter as influências da URSS e, hoje, da própria China.[92]

Um arcabouço internacional foi desenvolvido no pós-segunda guerra para coordenar à economia mundial, tendo como objetivo desenvolver o mundo capitalista e frear as sucessivas crises. Com acordo de Bretton Woods criou-se uma série de instituições como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, o Banco internacional de compensações, GATT[93] e a OCDE.[94] Ressalta-se que o Japão, por intermédio dos Estados Unidos foi aceito no GATT, assim obteve acesso privilegiado aos mercados estadunidenses e europeus. "Além disso, o governo norte-americano tolerou o fechamento administrativo da economia japonesa à iniciativa privada estrangeira" (ARRIGHI, 2012, p.354). Fato este, que teria levado qualquer outro governo do mundo a ser considerado inimigo do mercado livre e, por conseguinte, um inimigo dos Estados Unidos durante a guerra fria.

O problema da superacumulação[95] – problema crônico do capitalismo – fora afastado até o final da década de 1960 com ajustes internos e externos executados pela hegemonia norte-americana. Conforme a capacidade dos Estados Unidos de absorver capitais excedentes estagnou, a superacumulação surgiu e fez que a competição entre os centros do capitalismo se acirrassem. Os Estados Unidos que outrora forçava a abertura dos mercados parceiros ao Japão, no que Wallerstein denominou de "desenvolvimento a convite" (WALLERSTEIN 1979 apud ARRIGHI, 2012, p.355), com a crise de superacumulação modifica-se. A estrutura da economia mundo exigia mudanças para manter os Estados Unidos como hegemonia.

O governo norte-americano para de influenciar a abertura dos mercados ao seu aliado

---

George Catlett Marshall, cujo objetivo era conter a expansão soviética. O plano previa a reconstrução da Europa em quatro anos – de 1º de abril de 1948 a 30 de junho de 1952. (LAROUSSE, 1995).

92 Ver mais em HARVEY, 2004, p.51.

93 Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*) é um acordo geral e provisório assinado, outubro de 1947, em Genebra, tendo como objetivo harmonizar as políticas alfandegárias. O GATT tem como princípio básico o livre comércio, sendo constituído por um código básico de tarifas e regras. O GATT deu origem, em 1995, à Organização Mundial do Comércio (OMC), neste mesmo ano, possuía 123 países associados. (LAROUSSE, 1995).

94 A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização sediada em Paris, fundada em 1948, tendo como princípio gerir o Plano Marshall. (LAROUSSE, 1995. p. 4334).

95 O capitalismo tem uma tendência crônica de queda de taxa de lucro e, assim "de produzir crises de superacumulação. Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis". (HARVEY, 2004. p. 78)

Japonês e força o governo japonês a sobre-elevar o Ien para que assim, “a economia japonesa se abrisse ao capital e comércio estrangeiro” (ARRIGHI, 2012, p. 355).

A crise de superacumulação impulsionou o capital japonês, mesmo com as ações econômicas estadunidenses tentando frear seus avanços, um novo centro de acumulação já se desenvolvia.

A política belicista, somado aos gastos de incursões para conter o socialismo, como no caso do Vietnã, os Estados Unidos não conseguem parar o processo de superacumulação gerado pela maior competitividade dos países reconstruídos pelo plano Marshall. A resposta imediata da hegemonia em perigo fora a impressão de mais dólares. Dessa impressão de papel moeda, cria-se uma pressão inflacionária em todo o mundo. A crise se instala, as oportunidades de lucros decaem, o endividamento dos governos latino-americanos parece como uma solução para esse dinheiro fictício. Entretanto, os dólares excedentes já haviam inundado o mercado mundial e toda a arquitetura financeira ruía junto ao acordo de Bretton Wood[96]

Com o fim de Bretton Wood, em 1970, surge um novo sistema, o neoliberalismo. Tem-se, assim, o abandono do padrão ouro e como consequência um mundo regido por um “sistema monetário desmaterializado” (HARVEY, 2004, p.58).

Os Estados Unidos tornam-se assim, cúmplices do solapamento do seu complexo industrial, entretanto tiveram benefícios, como obter bens cada vez mais baratos dos países superexplorados[97]. Antes independentes do setor externo, neste momento da história, o próprio Estados Unidos torna-se dependente.

Os Estados Unidos já não podem controlar sozinhos o sistema mundo. Observa-se que o acordo de Plaza em 1985 e seu revés em 1990 (acordos cujos objetivos foram de desvalorizar o dólar frente ao iene e seu revés (re)valorizar o iene para equilibrar o mundo financeiro) somados às crises 1997 e 1998 revelou ao mundo que os Estados Unidos deixaram de ser independentes com relação a produção e que se afundam cada vez mais numa financeirização. A década de 1990 mostrou ao mundo que os maiores centros de produção são o leste e o sudeste asiático.

O Japão e a Alemanha – da mesma forma que os Estados Unidos no século XIX sobrepujaram o império britânico – a partir da década de 1960 tornaram-se concorrentes econômicos. Como nas outras fases de financeirização, o acirramento da competição produz

96 Ibidem item 6.
97 Ver mais em MARINI, 1990, p.13.

ajustes espaço-temporais em todo sistema.

O Japão num primeiro momento comercialmente, seguida por exportação de capital através de investimentos diretos para Europa e Estados Unidos, passando atualmente a investir no Leste e Sudeste asiáticos e na China e, por fim, passando a fornecer fundos para déficits dos Estados Unidos.[98]

Em outras palavras, o Japão através de suas *formas-conteúdo*, como a *joint ventures* (conjunto de industriais), espraia-se pelo leste asiático e China.

Nas décadas de 1980 e 1990, países como Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e até mesmo países da América Central e África, passam de territórios receptores a territórios exportadores líquidos de capital e mão de obra. Harvey (2009, p. 102) salienta que mesmo os "recentes adeptos bem-sucedidos do desenvolvimento capitalista" transformam-se rapidamente, tendo necessidades "de um ajuste espaço-temporal para seu capital em superacumulação".

A China, vem absorvendo o capital excedente[99], tanto do Japão quanto de Taiwan, promovendo, assim, um espaço concebido para acumulação do capital, sobretudo, no que se refere as *formas-conteúdos* da produção. Salienta-se que, em certos casos, a China passa a competir e, em outros, até mesmo suplantar as linhas de produção de países – como Japão e Taiwan – exportadores de capital (HARVEY, 2009). Fora as multinacionais, que em sua busca insaciável por lucro migram atrás de mãos mais baratas para seus negócios, como a General Motors que realizou a maior parte dos seus lucros, no período 2001-2002, na China (HARVEY, 2009, p. 104).

Não só indústrias pesadas se produzem e reproduzem no território chinês, a área de microeletrônica, como exemplo a multinacional "Lenovo", a partir de investimentos externos, vem ganhando força, orientando suas vendas tanto para o mercado interno, quanto para o externo.

A China, desde 1998, vem tentando conter suas contradições internas[100] mediante a destruição do espaço local, para um espaço concebido para acumulação do capital. Como Harvey aponta,

---

98 Cf. Dados em Harvey, 2009, p. 102.

99 Cf. "a China se tornou um grande recipiente de investimentos externo direto. O valor líquido deste passou de 5 bilhões de dólares em 1991 a cerca de 50 bilhões de dólares em 2002. Mas o mercado chinês também está crescendo com muita rapidez, estando as rendas urbanas se elevando à razão de 11 por cento e as rendas rurais à de 6 por cento ao ano em tempos recentes". (HARVEY, 2009, p. 103-104)

100 Ver mais em ARRIGHI, 2008.

> Desde 1998, os chineses têm procurado absorver seus vastos excedentes de trabalho (e conter a ameaça de agitação social) mediante investimentos financiados por dívidas em (…) megaprojetos que transformam em uma anã a represa já impressionante de Três Gargantas. Eles estão propondo um projeto bem mais ambicioso (com um custo de ao menos 60 bilhões de dólares) para desviar água do Yangtsé para o rio Amarelo. Novos sistemas de trens subterrâneos e vias expressas estão sendo construídas em cidades importantes, havendo a proposta de implantar 13 mil quilômetros de novas ferrovias para integrar o interior à zona costeira economicamente dinâmica, incluindo um entroncamento de alta velocidade entre Xangai e Beijing e um que vai para o Tibete. As infra-estruturas urbanas estão sendo reformadas em toda parte. (HARVEY, 2009, p. 104)

Todavia, os déficits criados para produzir espaços, isto é, infraestruturas, envolvem altos riscos, pois caso os investimentos não deem retorno no devido prazo ao processo de circulação do capital, uma crise fiscal pode acometer a China (HARVEY, 2009, p. 104).

A produção de espaço na China, portanto, especula-se ser o grande ajuste espaço temporal em escala global, podendo absorver os excedentes de capital superacumulados e, até mesmo torna-se o novo *hegemon.*

7.4 O modelo geo-histórico

A questão da produção do espaço está implícita ao longo da narrativa de I. Wallerstein e fora notada tardiamente por G. Arrighi[101]. A partir do ajustes espaço-temporal desvela-se a dinâmica espacial no interior do sistema mundo.

Ao analisar o espraiamento do sistema social europeu, ou seja, a expansão geográfica (ajuste espaço temporal) do modo de produção e de suas *formas-conteúdo* através do globo, tem-se uma produção e (re)produção de um espaço muito singular, um espaço concebido para circulação e produção do capital.

Assevera-se que a expansão geográfica do sistema social europeu produziu uma divisão territorial do trabalho, isto é, produziu uma geografia desigual.

A partir de uma escala espaço-temporal alargada compreende-se que o sistema organizado pelos iberos e genoveses em sua expansão geográfica (ajuste espacial) modificaram as estruturas dos territórios conquistados, como América Latina e África, através de ferro, varíola e sangue.

No ciclo subsequente, o ciclo organizado pelos holandeses, essas transformações se

101 No livro Adam Smith em Pequim, 2008.

aprofundam, constitui-se um proto-Estado – entidade está que imbrica, não completamente, as lógicas territoriais (domínio) e a lógica do capital – forjando as relações de dependência e de troca desigual entre metrópole e a colônia.

O terceiro ciclo, o Estado-nacional britânico – fusão completa da lógica do capital com a territorial –, baseou-se no comércio e imperialismo, na busca pela demanda e mão de obra, (re) produzia-se nos territórios o assalariamento. Neste momento expandia-se os processos de independência, todavia, uma independência dependente, isto é, uma independência desigual.

O quarto ciclo, norte-americano, deram continuidade a fusão entre imperialismo e capital, tornou-se um império mundo. O espaço concebido por essa hegemonia tem a centralidade nas instituições do FMI, Banco Mundial, nas multinacionais, nas *joint ventures*, o objetivo dessas *formas* é moldar os territórios para o bem circular do capital. Isto é, manter a geografia desigual. Como Milton Santos salienta:

> Não mais se pode ver as formas como desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos. Como um resultado de outro sistema de relações, em uma outra Temporalidade e em uma outra Totalidade – em poucas palavras – num sistema diferente de determinações – elas tornaram-se dotadas da força de gerar novos relacionamentos. (SANTOS, 1979, p. 155)

Deste modo, novos objetos ao serem inseridos em outros sistemas sociais, como é o caso da máquina a vapor, do automóvel criam novas funções, localizações e novas relações, os quais a partir do seu desenvolvimento "tendem a superar seu próprio quadro de referência" (SHUMPTER, 1970, p. 12 apud SANTOS, 1979, p. 153).

Interpreta-se que o ajuste espaço-temporal, portanto, se deu pela produção de novas estruturas e formas em outros sistemas sociais (totalidades). Como na história do presente, segundo Wallerstein, tem-se um único sistema, um sistema mundo – que se instaura e se afirmar a partir de um sistema de Estados[102]-, o ajuste espaço-temporal se dá em seu interior, destruindo e (re)produzindo o espaço para uma melhor circulação e acumulação do capital. Contudo, essa produção do espaço não é homogênea, perpetua-se uma divisão territorial do trabalho, isto é, uma geografia desigual.

A cada crise sinalizadora, como detalhado na tabela 1, seria o início de uma crise estrutural do sistema capitalista, ou seja, as crises sinalizadoras assinalam as contradições

102 Para Wallerstein, não há parte habitada no mundo que não seja dominada por um Estado-nação. Para ele, "o poder estatal apresenta-se (…) [como] elemento fundamental para compreendermos as operações do capitalismo histórico. Trata-se do direito legal, reservado aos Estados, de determinar as regras que governam as relações sociais de produção no interior de sua juridição territorial". (WALLERSTEIN, 2001, p. 44)

internas do sistema capitalista como um todo, as quais solucionam-se através da produção de espaço.

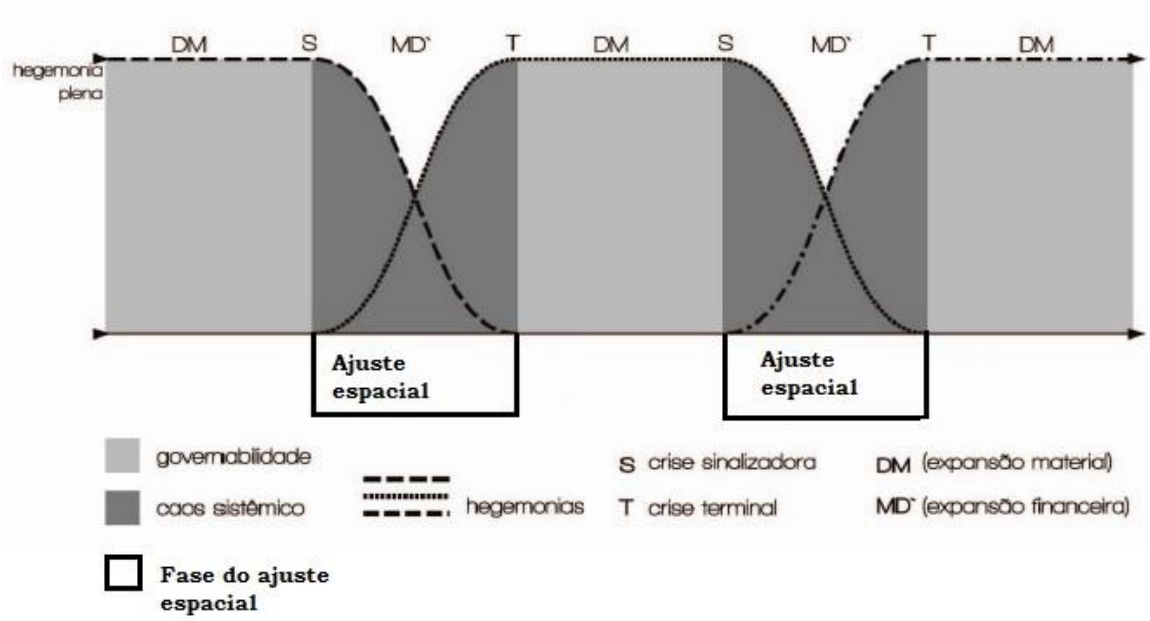
Deste modo, os ciclos arrighianos, visto a partir do conceito do ajuste espacial, demostram que nas fases da financeirização (período entre crises sinalizadoras a crises terminais), ocorrem a expropriação, produção e reprodução de espaços cujo objetivo é promover mais acumulação.

	Crise sinalizadora	Crise terminal
Ciclo genovês	1560	1630
Ciclo holandês	1740	1790
Ciclo britânico	1873	1929
Ciclo norte-americano	1970	2000-2008?[103]

Tabela 1: As crises do capitalismo histórico. Dados: ARRIGHI, 2012, p. 220-221.

Propõe-se um ciclo espaço-temporal do modelo arrighiano, isto é, um ciclo geo-histórico. Observa-se na fig. 6, após a crise sinalizadora, o ciclo sistêmico entra em sua fase de financeirização, momento este, marcado pelo acirramento da competição interestatal. Os "centros de poder" financiados pela hegemonia, buscam demanda, mão de obra, poder, promovendo ajustes-espaço temporal.

103 "Além disso eu era ambíguo sobre onde estávamos no início de 1990, quando escrevi o *Longo Século XX*. Pensei que em alguns aspectos a *Belle époque* dos Estados Unidos já havia terminado quando, na verdade, era apenas o começo. Reagan a preparou ao provocar uma grande recessão, que criou as condições para expansão financeira subsequente, mas foi Clinton que na verdade supervisionou a *Belle époque*, que, em seguida, terminou com o colapso financeiro dos anos 2000, especialmente do Nasdaq. Com estouro da bolha imobiliária, o que estamos observando agora é, claramente, a crise terminal dos EUA, da centralidade financeira e da hegemonia. " (ARRIGHI, 2009, p. 83)



Fig, 6. Ciclo geo-histórico arrighiano.

Esses ajustes espaço-temporal aliviam as crises, contudo, parcialmente. O acirramento competitivo entre os centros de poder continuam se elevar, a guerra se instaura e, por fim, tem-se a crise terminal da hegemonia. Assim, um novo centro de poder se erige, promovendo um “equilíbrio de poder“ sob os espaços concebidos pelos ajuste espaço-temporal dos ciclos de acumulação anteriores.

Conclui-se que o capitalismo se produz e reproduz a partir da produção do espaço. A cada crise estrutural do sistema capitalista tem-se como solução, parcial, um novo ajuste espacial. A cada expansão espacial do capitalismo, mais territórios, mais povos, são constrangidos a viver a lógica da acumulação. O espaço deixa de se produzir à vida, ao habitat humano, para se produzir ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo final, far-se-á breves comentários a respeito do desenvolvimento deste trabalho e apontamentos para futuras pesquisas.

Para uma leitura espacial do modelo arrighiano, isto é, uma leitura geo-histórica, precisou-se lançar mão dos conceitos de espaço e da teoria do ajuste espaço-temporal. A partir desta teorização desvela-se a dinâmica espacial, as expansões geográficas e as transformações do sistema mundo. Os conceitos de espaço de H. Lefebvre e Milton Santos nos possibilitaram enumerar certas *formas-conteúdo* que se espalhavam nas paisagens para promover a acumulação.

Como vimos, quando um ciclo sistêmico intensifica a competição interestatal, tem-se o início da fase da financeirização. A hegemonia do ciclo, em melhores condições econômicas, retira seu capital do comércio e transforma-se em credora da disputa dos Estados competidores por capital, território e poder. Deste modo, a competição se intensifica ainda mais, a tendência de queda da taxa de lucro espalha por todos os centros de poder.

Cada centro em busca de mais lucros e mão de obra, produzem ajustes espaço-temporais; novos espaços são produzidos a lógica da acumulação, as *formas* instaladas nesses "novos" territórios remetem, em última análise, a hegemonia, pois esta é a financiadora dessa expansão. Contudo, as contradições do ciclo sistêmico não cessam, os centros de poder continuam a disputar territórios e capital, neste processo eclodem as guerras. A hegemonia é sugada para os conflitos, numa vã tentativa de se manter como *hegemon*, endivida-se, um centro de poder aliado torna-se credor, assim, ocorre a inversão financeira, devedor torna-se credor, o aliado torna-se hegemonia.

A cada ciclo sistêmico, a hegemonia tende a ser maior, aumenta-se em território, em população e poder. Parte-se das pequenas cidades-Estados italianas, passe-se pelo proto-Estado holandês, tem-se o imperialismo Estatal do pequeno território britânico, chegando nos Estados Unidos, um Estado de proporções continentais. Nesta lógica, a próxima hegemonia possuíra mais território, população e poder do que as anteriores.

O capitalismo histórico se mostrou ser um sistema mundo, os ciclos sistêmicos ocorrem em seu interior. Ao acompanhar sua expansão, do sistema social europeu a um sistema mundial, pode-se compreender a produção da geografia desigual.

O ajuste espaço-temporal dos primeiros ciclos sistêmicos produzira uma divisão

internacional do trabalho, os territórios coloniais foram concebidos para *fora*, isto é, produziram um espaço constrangido pela lógica da acumulação. O terceiro ciclo, britânico, aprofunda essa divisão, com os navios a vapor e o trem, concebem espaços para insumos, mão de obra e demanda de sua produção.

O quarto ciclo sistêmico de acumulação, o norte-americano, é marcado pelas multinacionais, *joint ventures*, um espaço-tempo comprimido por mundo do *just time.* Assim, a divisão internacional do trabalho se mantém, promovendo um desenvolvimento do subdesenvolvimento.

A questão da lógica do capital e a lógica do Estado, suscita muitos questionamentos, compreende-se que há uma fusão, uma vez que o próprio processo de criação do Estado surge desta imbricação. Contudo, nos parece simplista uni-las, como Harvey (2009; 2013), percebe-se que estas duas lógicas ora se imbricam, ora se contradizem, ou seja, são dialéticas. Ressalta-se quando se pensa nos diferentes ramos do capital (financeiro, rentista, industrial) e nas diferentes escalas local, territorial, regional e global, se complexifica a análise do todo.

A partir do sistema mundo compreende-se que o espaço concebido se impõe sobre o espaço vivido e o percebido, observou-se que a cada ajuste espaço-temporal, o espaço vivido é constrangido pela lógica do capitalismo histórico. Deste modo, pode se compreender a força do todo sobre o local.

O sistema mundo, a partir dos ciclos sistêmicos, nos mostra a força do todo sobre o local, mas não do local ao todo. Assim pode-se dizer que é uma representação de totalidade, mas que não conseguimos compreender tudo e todos.

Salienta-se, como Santos (1977), que ao introduzir novas *formas* se introduz novas relações no espaço, essas *formas-conteúdos* inseridas podem se apresentar de acordo a lógica global da acumulação ou contradizerem dependendo da resistência e dos arranjos do próprio local.

Contudo, observa-se que ao longo do capitalismo histórico, as *formas vêm servindo muito mais a* cooperação do que as resistências, assim, produzem espaços cada vez mais dependente do Sistema Mundo.

O sistema mundo, através do ciclos geo-históricos, cumpre o papel de mostrar a força do todo para com as partes, mas sem dúvida, perde-se os ruídos, perde-se a relação periferia-periferia, não se tem, assim, a completitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARRIGHI, G. Os caminhos sinuosos do capital: entrevista [março/abril 2009]. New left Review: Entrevista concedida a David Harvey. Traduação realizada por Pedro Antônio Viera e Fábio Soncine. **TEXTOS DE ECONOMIA.** Florianópolis: Ufsc, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2011v14n1p11>. Acesso em: 01 fev. 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. 8 reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ARRIGHI. G. **Adam Smith em Pequim**: Origens e Fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História:** Destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do moderno sistema mundial: As contribuições de Wallerstein, Braudel, Arrighi. **Ensaios Fee,** Porto Alegre, v. 28, n. 1, p.99-126, jul. 2007. Trimestral. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2138/2522>. Acesso em: 16 dez. 2015.

COSTA, Jales Dantas da. **Crise da Hegemonia ou Novo Império Norte-Americano?** Um Confronto entre a economia política dos Sistemas-mundo e a Nova Economia Política do Sistema mundial. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CHANG, Magda Holan Yu. A economia mundo capitalista: conceitos e considerações histórico-espaciais. **E-metropolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais,** Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p.44-53, dez. 2013. Trimestral. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/015/original/emetropolis_n15.pdf?1447896356>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes.** 5ª ed. Buenos Aires: Catálogos, 2001.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **O espaço como palavra-chave.** Tradução de Letícia Gianella. Revisão Técnica Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Revista GEOgraphia, Niterói: UFF, 2012a. v. 28, p. 8-39.

_____. **Condição Pós-moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 2012b

_____. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Tradução de Cláudio Figueiredo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015

KOCKA, Jünger. Objeto, conceito e interesse. In: GERTZ, René E. (Org.).**Max Weber & Karl Marx.** São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. 2. p. 32-69.

LAROUSSE (Org.). **GRANDE ENCICLOPEDIA:** LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultura, 1995.

LAROUSSE. Paris: La Société éditions Larousse, 2016. Disponível em <www.larousse.fr>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: [Edusp], 2006.

LÖWY, Michel. **Ideologia e Ciência Social:** Elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

MARX, Karl. **O Capital.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Revisão de Paul Singer. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARINI, Ruy. **Dialética da Dependência.** México: Era, 1990.

MORAES, Antonio Calors Robert (org). **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia:** Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza.** Tradução de Illana Heinebe. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PRIGOGGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **Nova Aliança:** Metamorfose da Ciência Tradução de Miguel Faria; Maria Joaquina Machado Trincheira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

REIS, Rafael Pons; HENDLER, Bruno. **O modelo Arrighiano e o "novo" Caos:** Limites e possibilidades. Florianópolis: Anais do IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2010.

SANDOVAL, L. R. El Pensamiento economico de N. D. Kondratiev. In: **La Nueva Economia.** v. 3, n. 3. La Paz: Grupo Nueva economia, 1990. Disponível em:

<http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtualdata/publicaciones/nueva_economia/v3_1990/a04.pdf> . Acesso em: 16 fev. 2016.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia: Associação dos Geógrafos brasileiros,** São Paulo, v. 2, n. 54, p.53-81, jun. 1977. Semestral. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. **Economia espacial:** Críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 8 ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno Sistema Mundial:** La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Tradução de: Antônio Resines. 2ª ed. Madrid: Siglo XX, 2010.

_____. **O capitalismo histórico & Civilização capitalista.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Outras bibliografias

HARVEY, David. **Curriculum Vitae.** 2016. Disponível em: <http://davidharvey.org/media/shortcv.pdf.>. Acesso em: 16 fev. 2016.

WALLERSTEIN, I. **Curriculum Vitae.** 2016. Disponível em <http://iwallerstein.com/wp-content/uploads/docs/iwallerstein-cv-eng-09.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

FIORI, Jorge. **Giovanni Arrighi.** 2007. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Giovanni-Arrighi/20867> . Acesso em: 16 fev. 2016.